



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

RAQUEL NASCIMENTO COELHO

**PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL:
UMA VISÃO PSICOSSOCIAL A PARTIR DA VIVÊNCIA DE
JOVENS DA PERIFERIA DA CIDADE DE FORTALEZA.**

**Fortaleza
2008**

RAQUEL NASCIMENTO COELHO

**PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL:
UMA VISÃO PSICOSSOCIAL A PARTIR DA VIVÊNCIA DE
JOVENS DA PERIFERIA DA CIDADE DE FORTALEZA.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social do Trabalho

Orientador: Cássio Adriano Braz de Aquino

Universidade Federal do Ceará

Fortaleza
Universidade Federal do Ceará
2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS -GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Dissertação intitulada “PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL: uma visão psicossocial a partir da vivência de jovens da periferia da cidade de Fortaleza.”, de autoria da mestranda Raquel Nascimento Coelho, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino – UFC – Orientador

Prof. Dra. Regina Heloísa Mattei de Oliveira Maciel - UNIFOR

Prof. Dr. Antonio Caubi Ribeiro Tupinambá – UFC

Profª. Dra. Laéria Beserra Fontenele
Coordenadora do Curso de Mestrado em Psicologia
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza, 10 de abril de 2008

À minha família: meus pais, Wiler e Irene, e meus irmãos, Wiler Jr. e David, fontes de amor e inspiração eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Cássio, meu orientador, e, mais do que isso, meu amigo, que tem uma importância e influência fundamental na minha opção em desenvolver a Psicologia Social do Trabalho e seguir a carreira acadêmica. Obrigada por me acompanhar desde o meu início no NUTRA e me ajudar a amadurecer como pesquisadora.

À Fátima, minha amiga e companheira de NUTRA nesses últimos anos, por sempre me dar forças e acreditar no meu potencial. Obrigada por estar presente ao meu lado nessa caminhada, dando-me um suporte imprescindível.

Aos meus companheiros de orientação Iratan e Ítalo, pelas co-orientações e colaborações teóricas que com certeza enriqueceram o meu trabalho. Obrigada por estarem ao meu lado e me dando um suporte importante nessa caminhada.

Aos companheiros de mestrado, alguns já mestres, pela força e encorajamento. Foi muito bom conviver, crescer e compartilhar experiências com vocês nesses dois anos.

A todos os eternos nutranianos, velhos e novos, que compartilharam alegrias, tristezas, aprendizados, conquistas, fofocas... Obrigada por estarem presentes em momentos fundamentais da minha vida. Vocês são amigos especiais que eu vou levar no coração para onde quer que eu vá.

Às amigas Tici, Mary, Robertinha, Amanda, Julia, Jamile e Andréa, por serem minhas amigas do peito, para todas as horas. Obrigada pelo carinho e apoio incondicional. Amo vocês!

À Thaisinha, por estar ao meu lado quando eu realmente precisei de uma boa companheira. Obrigada por sempre me animar, pelas viagens e diversão juntas.

Às lindas do samba, por me receberem de braços abertos e fazerem dos meus sábados de samba momentos de muita felicidade.

Aos jovens, que se dispuseram, prontamente, a colaborar com este estudo e pela calorosa recepção e respeito em todos os momentos.

À associação comunitária, por proporcionar novamente o seu espaço para que fossem realizadas as entrevistas.

Ao Nik, por fazer meus olhos ganharem um brilho especial.

Aos meus irmãos, Junior e David, pelo seu amor, compreensão, brincadeiras e por me

fazerem ver a vida de forma mais leve.

Aos meus pais, Irene e Wiler, que amo muito e são exemplo de responsabilidade e força e a quem agradeço por ser como sou hoje. Obrigada por me apoiarem incondicionalmente e pelo amor infinito.

A Deus, por estar sempre caminhando ao meu lado, ajudando-me a ter forças que nem eu mesma acreditava existir.

Muito obrigado!

A VERDADE É QUE NÃO HÁ VERDADE.
PABLO NERUDA.

RESUMO

O presente trabalho visa trazer uma compreensão psicossocial sobre o processo de inserção laboral juvenil a partir da vivência de alguns jovens de uma comunidade da periferia da cidade de Fortaleza. Acreditamos que todo fenômeno humano deve ser compreendido tendo como referência o momento sócio-histórico em que se insere; portanto, damos início a esse estudo delimitando o contexto social do trabalho em que o processo de inserção acontece, trazendo algumas reflexões sobre as transformações do mundo laboral, que têm como uma de suas principais marcas a precarização e a flexibilização laboral, e suas conseqüências para os sujeitos. Com base nessa contextualização, trouxemos a nossa compreensão sobre a condição de ser jovem hoje, suas características e necessidades. Partimos, em seguida, para a delimitação do processo de inserção laboral juvenil dentro de um contexto mais amplo de transição para a vida adulta, além de trazer a posição, cada vez mais desfavorável, que os jovens estão ocupando no mercado de trabalho e de apresentar algumas alternativas que surgem para dar conta das dificuldades enfrentadas por eles. Uma vez feito esse percurso teórico, seguimos para a realização da pesquisa qualitativa com cinco jovens de uma comunidade da periferia da cidade de Fortaleza. Realizamos entrevistas abertas semi-dirigidas que foram submetidas a uma análise semântica de conteúdo. Os conteúdos foram organizados em quatro categorias, divididas para efeito meramente didático com o intuito de facilitar a compreensão dos dados: sentidos atribuídos ao trabalho, vivências na relação com o trabalho, trajetórias de inserção e o que mudou? A partir das análises podemos dizer que o processo de inserção laboral é um momento de grande importância na construção da identidade dos jovens e um momento crítico na vivência global desses sujeitos por ser um dos possibilitadores da sua integração social, psicológica e econômica.

Palavras-chave: Juventude, Trabalho, Vivência, Inserção Laboral.

ABSTRACT

This work aims to bring an understanding of the psychosocial process of youth labor insertion through the experience of some young people of a periphery community of Fortaleza. We believe that every human phenomenon must be understood related to the socio-historical moment in which it happens, therefore, we started this study delimiting the social context of work where the insertion process happens, bringing some thoughts about the changes in the labor world, which has the precarization and flexibility as one of its main brands, and its consequences for the individuals. Based on this context, we brought our understanding of the condition of being young today, its characteristics and needs. Then we aimed a delimitation of the youth labor insertion process within a broader context of transition to adulthood, in addition to it we brought the increasingly negative position that young people are occupying in the labor market and then we present some alternatives to solve the difficulties faced by them. After this theoretical work, we made a qualitative research with five young people of a periphery community of Fortaleza. We made five semi-directed interviews that were submitted to a semantic content analysis. These contents were organized into four categories, didactically divided to clarify the organization of the data to the reader: meanings assigned to work, experiences in relation to work, insertion trajectories and what has changed?. From the analysis we can say that the labor insertion process is a very important moment in the identity construction of young people and a critical moment in the global experience of these individuals as it makes it possible their social, psychological and economic integration.

Keywords: Youth, Work, Experience, Labor Insertion.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. COMPREENDENDO O TRABALHO NUM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES NOS SUJEITOS.....	17
2.1 As novas condições de trabalho e a precarização laboral.....	18
2.2 Cenário laboral brasileiro.....	25
2.3 A repercussão da realidade laboral nas novas formas de construção subjetiva.....	27
2.4 Perspectivas para o trabalho.....	31
2.5 Processo de inserção laboral	33
3. JUVENTUDE: AFRONTANDO O DESAFIO DE UMA COMPREENSÃO PSICOSSOCIAL.....	36
3.1 Situando os campos de estudo sobre adolescência e juventude.....	36
3.1.1 Algumas contribuições do campo da psicologia.....	36
3.1.2 Algumas contribuições do campo da sociologia	43
3.1.3 (Im)possibilidades de aproximação	46
3.2 Em busca de uma compreensão psicossocial da juventude.....	49
3.3 Retratos da juventude no cenário contemporâneo.....	51
4. COMPREENDENDO O PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL DE JOVENS.....	59
4.1 A inserção laboral dentro de um contexto mais amplo de transição para a vida adulta.....	59
4.2 A inserção do jovem no mercado de trabalho.....	61
4.3 A orientação profissional como um campo privilegiado de discussão das questões sobre a inserção laboral dos jovens.....	68
4.4 Algumas propostas para a problemática da inserção laboral dos jovens...	72
5. DEFINIÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA.....	77
6. COMPREENDENDO A VIVÊNCIA DOS JOVENS E SEU PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL.....	88
6.1 Sentidos atribuídos ao trabalho	89

6.2 Vivências na relação com o trabalho.....	95
6.3 Trajetórias de inserção.....	105
6.4 O que mudou?.....	111
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
APÊNDICE	
ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

Aos 16 anos, me vi na obrigação - porque essa era realmente a sensação que me dava - de escolher um curso universitário! O vestibular se aproximava e não podíamos perder tempo para começar a estudar para as matérias específicas. Não me sentia nem um pouco preparada e não tinha a menor noção de que trabalho gostaria de um dia exercer. Nunca houve um espaço para que discutíssemos sobre isso na minha escola, muito menos para que questionássemos se queríamos ou não fazer uma universidade.

Vinda de uma família com boas condições financeiras, tive acesso a um bom colégio particular onde pude me preparar para e conseguir uma vaga em uma universidade pública, no caso a UFC, para um dos cursos mais concorridos da época que escolhi totalmente baseada numa idéia vinda do senso comum: Psicologia.

Fui me identificando com o curso, ao contrário de alguns da minha turma que desistiram antes de concluir o terceiro semestre. Não era bem aquilo que eles esperavam... eu continuei.

O ano de 2002 foi um marco em minha juventude. Consegui o meu primeiro trabalho como professora de inglês e fui selecionada para ser estagiária do Núcleo de Psicologia do Trabalho da UFC. Estava experimentando responsabilidades do mundo adulto, sentindo-me um pouco mais independente e começando a me ver realizando um trabalho no futuro enquanto psicóloga. A vida acadêmica me encantava a cada dia. Fui me descobrindo...

O interesse pela Psicologia Social do Trabalho foi crescendo através dos trabalhos desenvolvidos no NUTRA. Um deles foi bastante significativo para mim, pois tive a oportunidade de trabalhar com jovens no projeto intitulado “Inclusão Social dos Usuários dos Programas de Redução de Danos (PRDs) de Fortaleza”. Comecei a me interessar pelas questões acerca do trabalho que afetavam esses indivíduos em sua maioria tentando inserir-se no mercado de trabalho. Decidi, nessa época, o tema de minha monografia: inserção laboral de jovens.

O interessante foi que ao longo desse estudo sobre o tema pude pensar sobre o meu próprio processo de inserção, como estavam sendo as minhas escolhas até ali e a minha socialização para o trabalho. Estava estudando algo que fazia parte da minha própria vivência e podia ver em mim muito dos conteúdos com os quais eu estava entrando em contato com os meus estudos, principalmente, aqueles relacionados às incertezas e inseguranças quanto ao

futuro profissional. Enxerguei, sobretudo, o quanto faz falta um espaço em que essa temática pudesse ser discutida de forma aberta e crítica com os jovens. Não sinto que somos preparados para esse processo.

Os resultados desse estudo e a atuação como psicóloga em outro projeto do NUTRA, o “Kara a Kara”, cujo público consistia de adolescentes e jovens, alimentaram ainda mais a vontade de me aprofundar nos conhecimentos sobre a inserção laboral de jovens, o que me trouxe ao curso de mestrado.

O que aqui buscaremos apresentar é um dos frutos desses dois anos de dedicação. Essa dissertação é uma pesquisa de caráter exploratório a partir da análise do processo de inserção laboral dos jovens. Trabalhamos especificamente com um grupo de pessoas de uma comunidade da periferia da cidade de Fortaleza com os quais tivemos contato quando da realização dos trabalhos com o NUTRA. Procuramos focar em uma compreensão do processo de inserção laboral a partir da vivência dos próprios jovens, dando voz a esses sujeitos dentro de um contexto de transformações do mundo do trabalho.

Essas transformações que marcam o nosso atual contexto laboral estão relacionadas ao enfraquecimento dos direitos e condições de trabalho conquistados no modelo de Estado do Bem Estar que está sendo acompanhado de uma intensificação da exploração da classe trabalhadora. E somando-se a isso, entre as novas configurações presentes no mundo do trabalho, podemos citar a precarização do trabalho, processo de transformação em curso advindo da nova organização do trabalho e das condições precárias de sua realização; a flexibilização laboral, que, aliada aos fenômenos anteriores, ganha expressão no aumento da economia informal, dos trabalhos parciais, temporários, subcontratações, terceirizações; citamos também o aumento do desemprego¹ e a complexificação, fragmentação e heterogeneização da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1998).

Essas características do cenário laboral trazem conseqüências negativas aos trabalhadores. Entre elas podemos dar como exemplo o enfraquecimento ou desconstituição de classes, o que implica em uma debilidade na sociabilidade do trabalho e uma maior individualização das relações; sensação de insegurança e incerteza frente ao futuro; sentimentos de incompetência e culpabilização dos sujeitos; aumento da violência no trabalho; presença de diversas formas de sofrimento físico ou mental como estresse e

¹ É importante ressaltar que não estamos compreendendo o desemprego como falta de trabalho, mas de emprego, noção que surge com o “*Welfare State*”, que é apenas uma das formas que o trabalho adquiriu ao longo da história.

depressão; além do medo constante frente às dificuldades do mercado, levando a uma existência cada vez mais angustiada e ansiosa.

Diante desse cenário não muito promissor apresentado, o processo de inserção laboral se coloca, a nosso ver, como uma problemática relevante a ser estudada diante dessas profundas transformações e suas conseqüências para os jovens. E para estudá-lo vamos partir de alguns pressupostos importantes para nós. Em primeiro lugar, acreditamos que o trabalho é uma categoria fundante do sujeito, que tem um papel importante na construção de sua subjetividade. Em segundo, que o processo de inserção laboral é um momento fundamental na integração social plena do sujeito, de reconhecimento social, possibilitador de conquista de autonomia econômica, social e psicológica (PASCUAL, 1995). E, por fim, que a condição de ser jovem hoje é marcada por esse processo de inserção laboral, ou seja, a transição ao trabalho é uma das formas ou possibilidades de compreender a vivência dos jovens e seu modo de inserir-se na sociedade adulta.

Os jovens são um alvo muito fácil dessa realidade perversa de perda dos direitos dos trabalhadores, já que eles estão tentando começar a fazer parte do mundo do trabalho e se integrar na sociedade adulta de qualquer forma, e as realidades precárias acabam sendo o meio viável ou mais fácil disponibilizado para eles iniciarem essa inserção. Essas atividades precárias desenvolvidas por eles, que muitas vezes têm a intenção de ser algo temporário ou passageiro, acabam se estendendo bastante e estão interferindo nos seus projetos de vida e expectativas em relação ao trabalho e na própria significação que é dada a essa categoria.

Além disso, sabemos que um processo de transição, em si, já pode ser cercado de confusões e incertezas e que, quando aliado às constantes mudanças tecnológicas, sócioeconômicas e culturais que caracterizam o contexto em que vivemos, ele pode ser ainda mais acentuado. Este contexto faz da inserção laboral um processo muito instável e está tornando cada vez mais difícil para o jovem o vislumbre de uma inserção laboral plena. Podemos começar a observar em alguns segmentos da sociedade, de forma paralela às inserções precárias, o alongamento da condição de “ser jovem” como outro fenômeno juvenil, conseqüência das dificuldades de inserção encontradas por esses indivíduos.

Tendo em vista as repercussões negativas dessa realidade para a vida dos jovens, o processo de inserção laboral aparece como um dos pontos de preocupação mais importantes nas pautas de criação de políticas públicas e nos anseios na sociedade como um todo em relação ao futuro dos jovens. Em janeiro deste ano na cidade de Fortaleza, pudemos presenciar e participar dessa mobilização para a criação de políticas públicas específicas para a juventude na 1ª Conferência Municipal de Políticas Públicas de Juventude realizada pela

Prefeitura. Dentro das pautas de discussão, estava o grupo “Trabalho, renda e novas formas de inserção”, um dos mais procurados pelos jovens participantes.

Acreditamos que a juventude pode atuar como um barômetro ou meio de projeção para medir a evolução geral da sociedade, ou seja, um reflexo, no presente, do que está por vir. Estudar a vivência dos jovens com relação ao trabalho, através do processo de inserção laboral desses sujeitos, se apresenta como um interesse especial e com grande relevância para compreender a própria importância que terá o trabalho no futuro, além de dar bases para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a esse público, para pensar criticamente sobre o próprio processo de qualificação dos jovens, fundamentando e pautando as nossas ações enquanto psicólogos de forma contextualizada e mais adaptada às demandas desses indivíduos.

Para discutir, então, o processo de inserção laboral de jovens nessa dissertação, optamos por dividi-la em cinco capítulos.

Delimitaremos, no primeiro capítulo, a concepção que temos do trabalho através de uma contextualização das transformações da realidade laboral à qual os indivíduos fazem face atualmente e as repercussões subjetivas que a sua configuração traz aos trabalhadores. É também aqui onde a inserção laboral será apresentada dentro de uma compreensão psicossocial, fazendo parte da relação dos jovens com o trabalho.

No capítulo seguinte, abordamos a temática da juventude, trazendo contribuições tanto da psicologia como da sociologia. Nesse sentido, trouxemos também relações entre os conceitos de adolescência e juventude. Finalizamos esse momento apresentando uma perspectiva de compreensão psicossocial desse tema e apresentamos algumas características dos jovens no contexto atual e que vão nos guiar na compreensão de suas vivências de inserção laboral.

No terceiro capítulo, centrar-nos-emos na delimitação de nossa compreensão do processo de inserção laboral como fazendo parte de um processo mais amplo de transição para a vida adulta. Traremos alguns dados atuais sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho a partir das fontes do IBGE², OIT³, IDT⁴. E, por fim, abordaremos as alternativas pensadas por teóricos tanto da área psi, através das práticas de Orientação Profissional, como de outras áreas com um foco maior nas políticas públicas para a juventude.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³ Organização Internacional do Trabalho

⁴ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho

No próximo capítulo, deter-nos-emos na delimitação do método de nossa pesquisa, abordando referenciais, técnicas, instrumentos de coleta e forma de análise das informações, caracterização do grupo e do local onde a pesquisa foi realizada.

E, finalmente, apresentaremos os conteúdos obtidos através das entrevistas realizadas com os jovens de uma comunidade da periferia de Fortaleza que tratam das vivências dos seus processos de inserção laboral. É através dessas vivências que poderemos ter uma dimensão desse fenômeno tão marcante na vida dos jovens contemporâneos.

Acreditamos ser importante deixar claro que todo o nosso trabalho será perpassado por um referencial sócio-histórico de compreensão do sujeito e da realidade, tendo como fundamento a visão de que o homem está em constante diálogo com a realidade psicossocial em que vive, sendo produtor e produto da mesma.

Reforçamos que este estudo que relaciona a juventude e o trabalho através do processo de inserção laboral dentro de uma perspectiva psicossocial se configura como uma das possibilidades de perceber esses fenômenos e não pretende de modo algum cristalizá-los em uma visão, pois as formas de compreender um fenômeno são, inegavelmente, diversas.

2. COMPREENDENDO O TRABALHO NUM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES NOS SUJEITOS

Acreditamos que para compreender o processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho é importante trazermos uma discussão sobre a realidade laboral em que esses indivíduos se encontram. Esse é o ponto de partida de nosso estudo e o intuito deste capítulo.

Entretanto, antes de adentrarmos essa discussão, faz-se necessário ficar clara a forma como entendemos o que seja trabalho. Partimos do pressuposto de que ele é uma atividade humana direcionada a um fim seja material ou imaterial; implica consciência, abstração, uso de instrumentos e gasto de energia por parte de quem o realiza; é motivado por uma insatisfação, existência de privação ou necessidade do sujeito; e proporciona ao homem obtém algum tipo de compensação material, psicológica e/ou social (PEIRÓ, 1989; AIZPURU Y RIVIERA, 1994).

Ao escolher esses autores, estamos fazendo uma aproximação ao conceito marxista de trabalho no qual, trabalhando, o homem é agente transformador da natureza e é, ao mesmo tempo, transformado por ela em um processo dialético. Ele modifica-a e constrói a sua realidade e é nessa ação de construção e reconstrução que podemos compreender a própria construção da subjetividade. É nesse processo que há uma mediação das relações sociais e a internalização da materialidade do mundo, permitindo a produção da linguagem e de sentidos pessoais da realidade.

Esse fenômeno, então, é compreendido como elemento fundamental de auto-referência, que faz parte da constituição da identidade dos indivíduos e, portanto, é um território privilegiado de viabilização de construção do sujeito.

Outro ponto fundamental está em situar que o trabalho, nessa compreensão, não está apenas na esfera psicológica, mas psicossocial. Assim, ele é construído nas relações sociais e em momentos históricos concretos. Nesse sentido, tanto a forma de ser realizado foi se modificando ao longo da história como também sua valoração e o sentido a ele atribuído. Daí falarmos que essa categoria é polissêmica e multidimensional, não comportando uma definição única (AQUINO, 2003; BORGES, 1998).

Tendo esse aspecto em mente, gostaríamos de pontuar que existe uma diferenciação entre o que acabamos de desenvolver de forma ampla como sendo o trabalho e as diferentes formas que ele assumiu ao longo da história. Um exemplo claro sobre isso e relevante para esse estudo está na noção de emprego. Este é compreendido como uma

modalidade de trabalho que surgiu no século passado durante o que se denominou de Estado do Bem-Estar Social. Essa noção de emprego se refere a uma relação de trabalho marcada pela proteção dos trabalhadores pelo Estado, onde este intervém para garantir, além do salário fixo, benefícios sociais e segurança àqueles. Portanto, de forma resumida, todo emprego é trabalho, mas nem todo trabalho é emprego.

Na contemporaneidade, onde a compreensão de trabalho enquanto emprego se apresenta em crise, a realidade laboral nos remete à vivência de um contexto de intensas transformações e mudanças que trazem conseqüências importantes para a estruturação do trabalho, bem como para o modo como ele é significado pelos indivíduos, principalmente, se pensarmos a complexidade das formas de inserção.

A discussão aprofundada sobre essas transformações do mundo do trabalho é feita por vários autores (NARDI, 2006; ANTUNES, 2003; PASCUAL, MARTÍN E SUÁREZ, 2001; OFFE, 1997) que trazem como elemento fundamental de análise a crise do capitalismo, que começa a dar sinais nos países industrializados a partir do início dos anos 70.

Daremos continuidade ao capítulo tendo como foco o fenômeno da precarização do trabalho que, a nosso ver, se configura como um dos aspectos mais marcantes das transformações do atual contexto laboral e que se mostra relevante para compreendermos, de forma mais específica, como os jovens estão se inserindo nessa realidade.

2.1 As novas configurações do trabalho e a precarização laboral

A explicação das transformações do mundo do trabalho e do regime de verdades que as legitimam é necessária para definir em que novo contexto histórico nos situamos e qual código moral que delineia o surgimento dos modos de subjetivação contemporâneos (NARDI, 2006).

Após um longo período de acumulação de capitais decorrente do apogeu do sistema Taylorista-Fordista e do Estado do Bem-Estar Social sustentado pelas políticas Keynesianas, algumas tendências começam a se fazer cada vez mais presentes entre os países e evidenciam o quadro crítico pelo qual passa o capitalismo. Entre elas podemos citar: tendência decrescente das taxas de lucro; esgotamento dos padrões de acumulação; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais através de fusões entre empresas; crise do Estado do Bem-Estar Social refletido na retração dos gastos públicos; privatizações; desregulamentação e flexibilização do processo produtivo (ANTUNES, 2003).

Nesse contexto, os referenciais da sociedade salarial e a realidade do emprego se

aplicam cada vez menos à realidade dos trabalhadores contemporâneos diante das mudanças que o mundo laboral vem sofrendo. Podemos observar que o trabalho está adquirindo novas formas de ser feito e, principalmente, como já afirmamos, significado pelos indivíduos.

Em uma visão geral e em concordância com autores como Aquino (2005) e Antunes (1998), acreditamos que, no atual contexto, o trabalho vem marcado pela precarização laboral. A compreensão deste fenômeno implica que o tomemos como um processo em curso, resultado de uma nova organização e condições do trabalho que são qualificadas como precárias e que têm, como fim último, o estabelecimento da precariedade laboral como modelo.

Ainda que não tenha aí a sua origem, o tema da precarização adquire grande destaque no momento histórico da crise estrutural do capitalismo, marcado pelo advento da reestruturação produtiva, e passa a ser bastante referenciado na produção acadêmica que discorre sobre o mundo do trabalho.

Ao situar brevemente a reestruturação produtiva, percebe-se que ela se propõe a dar nova força de dominação ao capital, ou seja, mais dinamismo ao processo produtivo através de um modelo de acumulação mais flexibilizada. Esse objetivo pôde ser atingido através da projeção mundial das técnicas e princípios organizacionais do modelo japonês, o Toyotismo. Vale ressaltar que esse modelo toyotista faz parte da reestruturação produtiva de forma significativa, mas não são sinônimos.

A reestruturação produtiva é caracterizada por provocar alteração da base técnica, reformulação das formas de gestão e do valor moral atribuído ao trabalho (NARDI, 2006). O momento atual apresenta essas condições. Estamos vivendo uma terceira revolução industrial representada pelo salto tecnológico advindo do desenvolvimento das telecomunicações e informática; presenciando formas de gestão que estão cada vez mais voltadas para a descentralização do poder, incentivando os modelos participativos e liberais, que visam a um controle da subjetividade operária; e intensificando uma valorização do trabalho como um instrumento, como algo que ganha importância pelo que pode proporcionar aos indivíduos em termos de consumo, ou seja, estamos presenciando uma mercantilização do trabalho.

Além disso, essa reestruturação produtiva é marcada por dois elementos fundamentais: o estabelecimento conjunto da intensificação da globalização e influência das políticas neoliberais (NARDI, 2006).

A globalização, tal como vem sendo apregoada, representa uma política de abertura dos mercados e tem como importância primordial o livre mercado em detrimento das

questões sociais. Podemos dizer, a partir das idéias de Nardi (2006), que existe uma relação de dependência entre a reestruturação produtiva e a globalização, pois se observa que, na realidade laboral contemporânea, há uma necessidade, ou mesmo exigência, de redistribuição da divisão internacional do trabalho como estratégia de reestruturação produtiva e que pode ser possibilitada pelas vias da globalização.

Estão entre seus elementos fundamentais: busca de uma mundialização dos mercados financeiros; um compromisso para com a competição como fonte de criação de riqueza, utilizando estratégias internacionais; uma difusão de tecnologia e do conhecimento com abrangência mundial; uma transformação dos padrões de consumo definidos a partir de mercados mundiais homogeneizados culturalmente; um papel diminuto dos governos nacionais em planejar as regras de governos globais. Ao privilegiar aqueles que estão em melhores condições de competir no mercado mundial, autores como Santos (2001) e Nardi (2006) acreditam que ela se apresenta como uma estratégia de manutenção da dominação.

Ao estabelecer-se pela influência do neoliberalismo, a Reestruturação Produtiva traz como fundamento a adoção de políticas que têm no mercado a força reguladora das relações. As conseqüências disso vêm através de exigências feitas aos países que querem participar desse contexto como, por exemplo: redução ou mesmo eliminação de barreiras protecionistas, promovendo a livre circulação entre os mercados; desregulamentação das relações de trabalho, pois se tem a idéia de que a culpa do atraso econômico está no excesso de direitos sociais; submissão das políticas sociais à lógica do mercado, ou seja, diminuir investimentos (ou não fazê-los) na área social no sentido de cortar custos “desnecessários”; ruptura da estrutura sindical; e restauração da taxa “natural” do desemprego, a qual desencorajaria as reivindicações trabalhistas e incentivaria a “saudável” competição entre os trabalhadores (RUMMERT, 2000). A partir da adoção dessas medidas, os países podem tornar suas economias competitivas no mercado global.

Os elementos destrutivos - conseqüências da reestruturação produtiva do capital - acentuam-se cada vez mais. Nas palavras de Antunes:

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência inter-capitais, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital. [...] Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em

escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital. (2003, p.34)

Tendo em vista que, dentro dos interesses de nosso estudo, o foco está na precarização, não nos deteremos nas questões relacionadas aos impactos negativos no meio ambiente, ainda que consideremos a relevância dessa discussão, tão aludida entre os teóricos.

Buscaremos, então, focalizar as implicações dessa reestruturação produtiva e os fenômenos que a acompanham nos sujeitos que trabalham, nosso maior interesse.

Tomando como principal referência Antunes (2003; 1998), além de autores como Nardi (2006), Alves (2005) e Aquino (2003), observamos que o mundo do trabalho e, mais evidentemente, a classe que vive dele está se complexificando, se fragmentando e se heterogeneizando no contexto do capitalismo contemporâneo. Esses autores concordam que existem algumas novas tendências que estão sendo observadas no contexto laboral e que nos dão uma dimensão das mudanças que marcam o destronamento do trabalho assalariado.

A conceituação de *classe-que-vive-do-trabalho* de Antunes (2003) inclui tanto aqueles trabalhadores chamados produtivos, que promovem o processo de valorização do capital, produzindo a mais valia, como os trabalhadores improdutivos, também assalariados inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviço público, no qual o trabalho é consumido como valor de uso e não de troca.

Observa-se uma tendência à desproletarização do trabalho industrial, principalmente nos países mais desenvolvidos. O que significa dizer, em outras palavras, que o contingente de trabalhadores inseridos na indústria tradicional está cada vez mais diminuindo. Em algumas empresas, observa-se até o discurso de que se pretende abolir o trabalho humano (manual) como meta para o futuro. Esta situação pode ser vista como uma consequência da automação e do surgimento de novas tecnologias (robótica e microeletrônica) que alguns apontam como geradores do desemprego estrutural: por conta da estrutura econômica que se estabelece, algumas funções ou postos de trabalho acabam desaparecendo do cenário laboral.

Essa desproletarização vem acompanhada por uma expansão periférica de unidades de subcontratação industrial e de serviços que trazem um neoproletariado com estatutos sociais ainda mais precários. As empresas são cada vez mais internacionais, passando por um processo de desterritorialização, com a intenção de diminuir custos e se aproveitar das melhores condições existentes em outros países, seja pela mão-de-obra barata, pela redução de impostos, ou pela facilidade na exploração de matérias-primas.

Pesquisas realizadas por Frank Annunziato, citadas no seu texto *Il Fordismo nella*

Critica di Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea, mostram que, ao lado desse decréscimo de proletários, está acontecendo um aumento considerado de pessoas inseridas no setor de serviços, incluindo também o comércio, as finanças, os seguros, a indústria do lazer, de saúde, imóveis, entre outros (ANNUNZIATO, 1989 apud ANTUNES, 1998). Esses serviços são largamente utilizados pela indústria através das terceirizações.

É importante ressaltar que não significa dizer que o trabalho na indústria ou mesmo na agricultura, por exemplo, tenha deixado de existir ou foi substituído, mas apenas perdido espaço para esse novo setor de serviços. Como diz Aquino (2003), são períodos de convivência dialética.

Paralelamente a essas tendências, também se intensifica a subproletarização do trabalho, caracterizada pela precariedade dos empregos e salários, trabalhos parciais, temporários, subcontratações, terceirizações, todos relacionados ao advento da economia informal, pois os mercados procuram reduzir o número de trabalhadores fixos, com um custo maior, para empregar uma mão-de-obra mais facilmente substituível e sem muitos custos adicionais, ou seja, busca-se a flexibilização do mundo do trabalho.

Portanto, uma parcela muito pequena de funcionários, o mínimo essencial para que a empresa funcione, permanece contratada formalmente. Esse fenômeno é conhecido como *downsizing* ou empresa enxuta. Nesse sentido, uma boa quantidade das atividades realizadas é terceirizada, ou seja, é delegada a outras empresas. Ela traz como resultado ganhos de competitividade frente à concorrência do mercado, pois os encargos sociais relacionados à contratação de funcionários diminui e ela pode tanto atender demandas mais reduzidas como em grande escala através de uma maior ou menor utilização dos serviços terceirizados.

Esse fenômeno torna ainda mais difícil a inserção laboral direcionada ao mercado formal, já que diminui de forma evidente as oportunidades de emprego, afetando também os jovens que buscam essa modalidade de inserção.

As condições precarizadas de trabalho estão cada vez mais presentes em todos os contextos, entretanto, quanto mais o trabalho se afasta das empresas principais, maior tende a ser sua precarização. Algumas hipóteses para que isso ocorra podem ser: a dificuldade de fiscalização com relação às condições e estruturação desses trabalhos; e também, como a concorrência com as grandes empresas acaba sendo desleal, os impostos são altos e os incentivos do governo ainda não chegam para todos, essas práticas de trabalho precário acabam sendo adotadas como uma solução para que se possa competir.

Alves (2005) tece um comentário interessante sobre uma outra tendência que começa a se fazer presente no que concerne à terceirização:

Se antes a terceirização atingia, principalmente, os serviços de apoio, tais como alimentação, transporte, vigilância, assistência médica, ela tende a atingir, hoje, atividades diretamente vinculadas à esfera da produção, promovendo alterações importantes na materialidade do capital. Assim, de início, a terceirização pode atingir as tarefas menos estratégicas e especializadas, que exigem trabalho pouco qualificado, para depois atingir o trabalho mais qualificado, oferecendo uma divisão especializada do processo produtivo aliada à manutenção do nível tecnológico (p. 205).

Além dessa redução quantitativa entre os trabalhadores na indústria, também acontece uma desqualificação dos profissionais e também a sua desespecialização, pois, na lógica da flexibilização, aqueles que possuem um caráter mais polivalente, ou seja, têm domínio básico sobre campos diversificados, se adaptam melhor às necessidades do mercado, podendo facilmente ser inseridos nas empresas e, conseqüentemente, passam a ser os profissionais mais procurados. Porém, ao mesmo tempo que o operário deixa de ser prisioneiro de uma só empresa, já que o seu saber pode ser empregado em qualquer outro local de trabalho, ele passa a ser facilmente substituído e seu saber banalizado. A demanda por esse tipo de profissional reflete também a intenção de estar diminuindo o poder deles sobre a produção e aumentando a intensidade do seu trabalho.

Essa desqualificação do trabalho não exclui a tendência à superqualificação que também acontece nitidamente no mercado de trabalho decorrente do avanço científico e tecnológico. Os profissionais passam a se especializar extremamente em áreas cada vez mais restritas e muitas vezes perdem a noção do “todo”. Nesse contexto, também podemos observar que os trabalhadores passam a ser cada vez mais os supervisores do processo produtivo.

Observa-se claramente uma dualidade nessa sociedade em que alguns vivem a segurança no emprego ao contrário da maioria (massa crescente) que tem trabalhos precários e insegurança econômica (trabalhos temporários, pequenos serviços etc). Estes são os trabalhadores que se inserem, principalmente, no mercado informal e fazem parte do contingente de trabalhadores subproletarizados.

Essa desigualdade proporciona uma desintegração e segmentação da classe operária, existindo uma elite com um largo leque de qualificações, benefícios e privilégios; e outro núcleo de trabalhadores com qualificações menores e mais restritas, marginalizados que servem de “exército reserva” para o mercado.

Entretanto, é importante assinalar que, como a reestruturação produtiva instaura a instabilidade como princípio, a ameaça de perda do emprego também é vivenciada pelos trabalhadores formalizados. Pensar em estabilidade em nossa realidade laboral talvez ainda

seja possível apenas no setor público, fato que explica a intensa procura pelos concursos nesse âmbito.

Outra questão importante é que um grande contingente de mulheres está ganhando mais visibilidade no cenário laboral, heterogeneizando ainda mais a classe trabalhadora (ANTUNES, 1998). Mas, ainda assim, são marginalizadas no trabalho, são alvos muito atingidos pela precariedade laboral e também pela opressão masculina.

Elas se inserem em atividades marcadas por uma informalidade ainda mais forte, com desníveis salariais ainda mais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas. A mulher é explorada duplamente pelo capital, pois ela realiza suas atividades dentro e fora de casa. No espaço público, ela desempenha uma atividade de trabalho tradicionalmente produtivo e no espaço privado desempenha o trabalho doméstico que é essencial para reprodução do capital. Mesmo que este não seja um trabalho diretamente mercantil, ele cria condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos ou filhos e de si própria. Sem essa esfera, o sistema de metabolismo social do capital estaria bastante comprometido, se não inviabilizado (ANTUNES, 2003).

A presença feminina no cenário laboral vem de longas datas. Portanto, essa heterogeneização se refere, mais do que à entrada propriamente dita das mulheres no mercado, a uma feminilização ou à presença do modelo feminino de trabalho que é o de trabalhos informais e precários sobre os quais comentamos.

Diante de uma fragmentação, heterogeneização e complexificação tão intensas no seio da *classe-que-vive-do-trabalho*, uma consequência não menos importante está se revelando no enfraquecimento dos movimentos sindicais. Torna-se cada vez mais difícil a possibilidade de uma luta unificada de classe. O que observamos hoje é um sindicalismo de empresa de caráter muito mais propositivo, dócil, de parceria e de adaptação ao modelo formado pelos trabalhadores formalizados, já que aos terceirizados é negado o simples direito de sindicalização (ALVES, 2005; ANTUNES, 2003).

Por fim, é interessante comentar sobre uma alternativa que está se tornando mais freqüente entre as formas diversas de inserção no mundo do trabalho: o assalariamento no chamado terceiro setor e as novas formas de trabalho em domicílio. O terceiro setor é compreendido por Antunes como uma:

[...]forma alternativa de ocupação em empresas de perfil comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado (2003,

p.112).

Ele faz referência à expansão dessas atividades, mas as vê como opções limitadíssimas às perdas e aos danos causados pela crise do capital. Esse setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas assume um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital, já que este não quer ter preocupação e nenhuma obrigação para com essas pessoas à margem, muito menos com as questões sociais. No entanto, o terceiro setor e a economia solidária também trazem aspectos positivos àqueles que se engajam nelas, pois possibilitam uma mudança na autopercepção dos sujeitos de excluídos e desempregados para pessoas que realizam atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Esse é um setor em que podemos observar uma participação expressiva dos jovens tanto por conta do sentido social dessa atividade como também por ser fonte de experiência para o futuro profissional.

2.2 Cenário laboral brasileiro

A reestruturação produtiva no Brasil, segundo Alves (2005), não aconteceu de maneira uniforme. Um fator importante para compreender esse fenômeno, e muitos outros que envolveram o mercado de trabalho nesse país, é que o processo de industrialização brasileira veio ao longo dos anos se desenvolvendo sob a determinação estrutural do capitalismo mundial, sem nunca ter conseguido romper sua condição de país subordinado aos pólos do capitalismo desenvolvido. Ou seja, ele vem sempre tentando se adaptar, vem a reboque.

A partir da crise da dívida externa em 1981, o país teve que adotar uma política recessiva determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), contraindo de modo brutal o mercado interno e incentivando as exportações ao mercado internacional. A partir daí sentiu-se o primeiro choque de competitividade, que obrigou as grandes empresas a adotarem ainda que de modo incipiente, novos padrões organizacionais-tecnológicos. Esses novos padrões foram caracterizados pelo autor como um Toyotismo Restrito.

A palavra-chave do discurso empresarial passou a ser a qualidade. Voltava-se essencialmente para o objetivo de elevar o nível de produtividade e eficiência, sem esquecer da característica fundamental que garantia maior competitividade internacional: a flexibilidade.

Isso era possibilitado pela superexploração do trabalho, caracterizada, em primeiro lugar, pelo arrocho salarial e, em seguida, pela intensificação e nova rotinização do trabalho. Os baixos salários se apresentavam como um componente da competitividade dos produtos brasileiros, vislumbrada como uma vantagem estratégica.

Essas mudanças promovidas pela reestruturação produtiva no Brasil, nos anos 80, entretanto, se concentraram, principalmente, nas subsidiárias das corporações transnacionais e grandes empresas de projeção mundial.

A luta de classe se fez bem presente nessa época e se concentrou numa reação ofensiva dos operários na busca de conquistar direitos do trabalho. Assistimos à ascensão de um novo sindicalismo de classe que prejudicou bastante as intenções do novo sistema que estava surgindo e foi um dos fatores que contribuiu para restringir as possibilidades de implementação dos princípios toyotistas, pois:

se os operários se recusarem a participar das atividades de grupo ou assumir as responsabilidades pelo seu próprio trabalho, os dispositivos organizacionais do Toyotismo, tais como o *just-in-time/kanban* e CCQ's não conseguirão ser instalados. Por isso, o Toyotismo pressupõe a constituição de uma nova subjetividade operária, conformista, interessada, com dedicação total e subordinação às metas do capital. Além disso, é importante anular o antagonismo de classe na produção (ALVES, 2005 p. 159).

Segundo esse mesmo autor, no Brasil, no decorrer dos anos 90 sob a era neoliberal, houve a passagem de um Toyotismo Restrito para um Toyotismo Sistemico, expressando uma nova ofensiva do capital na produção, trazendo uma nova configuração do mundo do trabalho cada vez mais fragmentado. A partir daí, vários fenômenos puderam ser percebidos: crise no sindicalismo brasileiro, cuja principal característica é a “debilitação da postura classista e a consolidação de práticas sindicais neocorporativas de cariz propositivo”(2005 p.101); adoção, em maior intensidade e amplitude, dos princípios *just-in-time/kanban*, gerenciamento pela qualidade total e novos sistemas de pagamentos; busca de acumulação flexível no país através da descentralização produtiva caracterizada pelo processo de terceirização e deslocalização industrial.

Nesse sentido, no Brasil, tornam-se ainda mais evidentes aquelas conseqüências negativas para o mundo do trabalho e a classe que vive dele, comentadas no apartado anterior, provenientes dessa nova estruturação do capital, pois sabemos que o cenário de precarização nunca foi uma novidade para esse país. No cenário acadêmico europeu, começamos a escutar alguns autores como Beck (2000) afirmando, por exemplo, que se está vivendo um fenômeno de “brasilização” da Europa.

2.3 A repercussão da realidade laboral nas novas formas de construção subjetiva

Como pudemos ver, essa crise do capitalismo a partir dos anos 70 levou a mutações em diversos âmbitos: econômico, social, político e ideológico. É inegável que também houvesse forte repercussão na subjetividade e nos valores dos indivíduos que estão vivenciando esse contexto. Segundo Nardi (2006), essas mudanças do capitalismo levam à produção de novas formas de subjetivação ou de uma nova subjetividade.

Uma questão que deve ser enfatizada é que a nova forma de organização do trabalho, que tem o Toyotismo e as políticas neoliberais como base, apresenta-se como um potente sistema de controle da subjetividade operária. E pior: é um controle acompanhado do consentimento dos indivíduos através de um processo de manipulação.

Alves (2005) traz uma contribuição importante para pensarmos sobre a captura da subjetividade operária pelo capital, que em sua opinião é pré-condição para que ele se mantenha. Só que agora ela acontece de forma mais perversa: a subjetividade do trabalhador, não é só capturada, mas manipulada em uma articulação entre a coerção capitalista e o consentimento operário. É manipulatória por se mostrar mais participativa, mais consensual e envolvente. Nas palavras do autor:

Por trás do novo tipo de agenciamento da linha de produção subsistiria a necessidade imperiosa da subsunção real operária à lógica do capital, por meio de um tipo de inserção engajada dos trabalhadores no processo de produção, aumentando suas responsabilidades quanto aos bons resultados do processo produtivo, e promovendo, por conseguinte, uma intensificação da exploração do trabalho, com os operários atuando simultaneamente com máquinas diversificadas (2005, p. 45).

Uma série de exigências, longe de serem inocentes, é feita aos trabalhadores: qualificação contínua, diversificada e excessiva, proporcionando um estoque de competências a serem usadas; postura pró-ativa e propositiva dos funcionários, extrapolando a função de produção e intensificando a exploração do trabalhador; e um envolvimento completo com os interesses da empresa.

Essas exigências são justificadas em um discurso que aparentemente revela a boa intenção da organização em valorizar a mão-de-obra. No entanto, oculta o recurso de integrar mais ainda o operário às demandas da produção capitalista, a fim de se apropriar do saber operário, já que ela necessita de uma classe polivalente e cooperativa para atender de forma mais efetiva a demanda pela flexibilização em prol de um ganho de competitividade no mercado mundial.

É claro que esse consentimento operário frente a essas novas demandas do funcionário ideal não aparece por acaso. Ele é, muitas vezes, estimulado por dispositivos coercitivos implícitos nos mecanismos do despotismo do mercado: medo do desemprego que é a nova exclusão social, por exemplo, levando a atitudes de conformismo, aceitação, medo e passividade (ALVES, 2005).

Essa realidade tão ameaçadora, guiada pelas “mãos invisíveis do mercado”, traz uma série de conseqüências negativas para o trabalhador. Uma delas está no enfraquecimento ou desconstituição da classe, o que implica em uma debilidade na sociabilidade do trabalho e uma maior individualização das relações, o que torna ainda mais difícil a constituição de uma solidariedade de classe. Os indivíduos direcionam o seu investimento para carreiras individuais.

Segundo Pagan (2000), a ruptura da coesão social deriva de três aspectos. Em primeiro lugar, da desregulamentação própria da abertura dos mercados exigida pela forma que a globalização econômica vem assumindo; também da insatisfação dos trabalhadores ligada às diferenças marcantes de salário (ou remuneração) e condições de trabalho entre as classes sociais, diferentes categorias profissionais e dentro de uma mesma categoria; e por fim da descontinuidade na cadeia produtiva que cria uma divisão entre trabalhadores fixos e temporários. Ele também fala que quanto maior é a precariedade associada ao trabalho, maior é o risco de rupturas sociais e familiares, de redução da sociabilidade, de diminuição da renda e de piora das condições de vida.

Entre as características desse individualismo, podemos apontar que ele se apresenta sob uma forma narcisista e volta-se para a busca da auto-satisfação. Bauman (1999) acrescenta com relação a esse comportamento de satisfação que há a predominância de um caráter de imediatividade, resultante da presença da estética do consumo que prevalece em nossa sociedade. Além disso, como se vive uma dificuldade de planejar o futuro se produz uma incontrolável vontade de aproveitar os momentos da forma mais intensa possível, muitas vezes sem preocupações com as próprias conseqüências.

Como resultado desse individualismo negativo, surgiria um direcionamento novo da solidariedade voltado para as formas microssociais, para as relações próximas do cotidiano. Uma solidariedade mais restrita aos pequenos grupos de iguais, já que a heterogeneidade marcante da sociedade atual dificulta identificações com um grande número de pessoas.

Ao viver em uma sociedade de incertezas, derivada do dismantelamento das garantias de estabilidade do Estado do Bem-Estar Social em favor da competição extremada

da economia flexível, os indivíduos se encontram perdidos com a falta de referenciais de futuro.

A sensação de insegurança permanente encontra-se presente em todos os segmentos sociais. Ela impede o planejamento da vida a longo prazo e um pensamento direcionado para a construção de futuro. Nesse sentido, essa insegurança afeta diretamente os processos de subjetivação, pois um mínimo de segurança é necessário para a construção dos projetos de vida e para o desenvolvimento das relações afetivas, de trabalho e a própria inserção na esfera pública. Segundo Sennett (1999), essa sensação corrói o caráter dos trabalhadores, fazendo com que eles se sintam desorientados e inseguros em relação ao padrão moral de comportamento das futuras gerações, por se sentirem incapazes de fornecer parâmetros do que é certo e errado.

Ao pensarmos especificamente nos jovens, não podemos deixar de pontuar a gravidade das repercussões que essa insegurança e falta de referenciais podem trazer nesse período de transição ao mundo adulto, pois este é um momento crucial para que esses indivíduos construam seu lugar enquanto sujeitos sociais, e esse processo de construção e afirmação acaba sendo abalado ou dificultado por essa realidade de incertezas.

Outro fato interessante a ser comentado é que a própria viabilização de uma reflexão crítica, de uma participação da população trabalhadora na discussão a respeito de alternativas políticas de organização da sociedade e de possíveis ações coletivas tem uma estreita relação com a presença de um grau mínimo de segurança. A saída do imperativo da sobrevivência pode estar possibilitando esse tipo de comportamento. Pudemos observar isso na sociedade salarial onde se tinham garantidos os suportes sociais do Estado.

Vale ressaltar que, quando reduzimos a nossa compreensão de trabalho a emprego, só parecem ser úteis e produtivos aqueles que têm um emprego. Isso faz com que o fato de não estar empregado seja vivido como incapacidade pessoal e coletiva de ser útil e produtivo, produzindo um sentimento de incompetência. Nesse sentido, podemos perceber a existência de uma procura massiva de jovens pelos projetos do governo que têm como objetivo dar a eles a oportunidade do primeiro emprego ou da carteira assinada.

Há quem defenda algumas hipóteses, às vezes de cunho moral, que atuam contra a manutenção do Estado do Bem-Estar e da seguridade social. Uma delas defende que a garantia de uma seguridade mínima gera passividade e clientelismo, tendência do ser humano a não se esforçar se não há ameaça de castigo. Ou outra que diz que os benefícios sociais, garantidos pelo Estado por meio dos impostos, são injustos, já que prejudicam as pessoas ativas e empreendedoras que têm que manter um grupo cada vez maior de cidadãos passivos e

de burocratas que se ocupam deles (PASCUAL, MARTÍN, SUÁREZ, 2001). Acreditamos que ambas se configuram como reducionistas, desconsiderando os benefícios psicológicos e sociais da segurança anteriormente apresentados e cobertos de um caráter ideológico que visa à perpetuação das políticas neoliberais.

Observa-se também que, quando os governos enfatizam e incentivam a formação de empreendedores, dos autônomos e a criação de cooperativas, trazem como consequência uma culpabilização e responsabilização dos desempregados por sua situação, pois são eles que não sabem aproveitar as “novas possibilidades” que estão sendo oferecidas no mercado.

Um fato também relevante a ser destacado é que a precariedade e, por consequência, a insegurança já penetram o núcleo integrado da classe dos trabalhadores assalariados, atingindo os que ainda mantêm vínculo formal de emprego. No Brasil, por exemplo, a própria legislação trabalhista, parcialmente, está incorporando medidas mais flexíveis na categoria dos trabalhos formais, como os trabalhos temporários e com carga horária reduzida. Além disso, a todo instante, na mídia e no cotidiano, lhes é lembrado que existe uma massa enorme de excluídos não menos qualificados, dispostos a receber uma remuneração muito menor que eles e que estão à espera de uma oportunidade.

Entre os próprios trabalhadores que se mantêm empregados, há um deterioramento das relações entre os colegas, pois se cria uma paranóia constante, já que se maximiza a produtividade com a utilização de estratégias psicológicas de manipulação dos sentimentos de medo do desemprego e, principalmente, de sobrevivência na empresa.

Gorz (2003), quando fala do trabalho/emprego, defende que ele não pode mais servir de fundamento à integração social nesse contexto. Isso é gerado quando alguns possuidores do privilégio de ter um emprego têm que defendê-lo da cobiça dos demais, trazendo como consequência o surgimento de comportamentos de egoísmo e individualismo muito competitivos. Entra-se na moral do esforço e na lógica do “dar o melhor de si”, sem a preocupação com os demais ou em integrar-se.

A fragilidade do laço social, o excesso de individualismo, a ausência de princípios que forneçam sentido para a vida em comum, a destruição dos valores da modernidade, sem que estes valores tenham sido substituídos por qualquer outro que não seja o consumo da própria existência, levam à vivência de um presente ansioso e angustiado. Há também o sentimento de solidão próprio da sociedade contemporânea que faz com que o outro seja, muitas vezes, percebido como inimigo, ou o “concorrente”.

Segundo autores como Nardi (2006), no ambiente de trabalho, pode-se observar, como reflexo desse contexto da reestruturação produtiva, pouca adesão ao emprego, pouco

entusiasmo e elevação do estresse (negativo), aumento da violência no trabalho e o surgimento de outras formas de sofrimento físico ou mental.

Dentre as conseqüências da nova configuração laboral, aparece também um fenômeno que, a nosso ver, é bastante preocupante: o de um discurso que remete persistentemente a um estado de natureza, ou seja, uma tendência à naturalização dessa realidade. A competição e a concorrência, por exemplo, tornaram-se credo universal, assumiram lógica natural.

Dejours contribui de forma relevante sobre esse assunto, trazendo a idéia da “banalização do mal”, que seria um processo graças ao qual um “comportamento excepcional, habitualmente reprimido pela ação e comportamento da maioria, pode erigir-se em norma de conduta ou mesmo valor” (2006, p.110).

Este é um fenômeno que faz com que os indivíduos não se sensibilizem com a miséria e o sofrimento do outro resultante, por exemplo, dos processos de transformação do mundo do trabalho. Esse autor aponta que a origem desse comportamento de conformidade e consentimento estaria no medo – fundado nas atuais condições do trabalho que vimos explicitando. Acreditamos também, assim como Nardi (2006), que isso decorre do fato de atribuir-se ao indivíduo a culpa pela situação em que se encontra, isentando aqueles que não estão na mesma situação de agir politicamente no sentido de denunciar/resistir aos processos de invalidação social.

Seguindo o pensamento de Castel (1997), que se enquadra em uma postura denunciante, acreditamos ser necessário pensar nas possibilidades de construir novas formas de propriedade social capazes de dar conta dos processos de individualização negativa e das demais conseqüências que surgem através da precarização do trabalho no atual contexto.

2.4 Perspectivas para o trabalho

Mesmo com todas essas modificações no cenário laboral, Antunes (1998) afirma que “enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não se pode concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor”. O que ele defende, portanto, é que todas essas tendências, ou novas formas de estruturação do trabalho, coexistem no mundo laboral e que não se pode falar hoje de um caráter generalizante ou uníssono dessa categoria.

Autores como Méda (1998) e Gorz (2003) têm uma visão pessimista sobre o futuro do trabalho, mas segundo Aquino (2003):

Essa distinção entre a perda de centralidade do trabalho e perda de hegemonia de um tipo de configuração laboral, parece ser um dos motivos que geram os equívocos que as conduzem ao surgimento de idéias que apregoam o fim do trabalho [Tradução livre].

Não podemos negar que a idéia de trabalho que está impregnada no contexto atual é a da modalidade emprego. Quando se busca um trabalho, comumente se está referindo à necessidade de ter um emprego.

Estamos vivendo um contexto de mudança da estrutura econômica e social, onde se observa cada vez mais uma desconexão entre investimento produtivo e criação de emprego (diminuição massiva de empregos), além de flexibilização e precarização. E ao se falar de crise do trabalho, da perda de sua centralidade, ou mesmo mais radicalmente do seu fim, nesse contexto específico, acredito que se está esquecendo do caráter múltiplo e polissêmico do trabalho como atividade humana.

O trabalho assalariado concebido como emprego ou dentro do contexto do Estado do Bem-Estar Social é que está em crise, visto que ele se torna inviável dentro da lógica neoliberal, e isto configura grandes mudanças no âmbito laboral e da identidade dos próprios sujeitos, mas não vemos sentido em fazer disso uma generalização que afirme o fim do trabalho em sua concretude.

Não queremos ser saudosistas e nos deter em um juízo de valor, dizendo que o emprego é a melhor forma de trabalho, e que as transformações que esta categoria vem sofrendo como informalidade, empreendedorismo, e mesmo flexibilização sejam ruins. Sabemos que a sociedade salarial não fez um trabalho perfeito, pois não reduziu o abismo social e nem resolveu os problemas sociais, como miséria, fome, epidemias, educação, saneamento, moradia, por exemplo, mas teve uma função fundamental no delineamento de um modelo de inserção que hoje é imaginado por uma grande parcela dos jovens, por exemplo. Além disso, temos conhecimento de que existem diferenças entre as pessoas, podendo existir tanto aquelas que vão preferir um modelo mais flexível como outras que vão se sentir melhor com um trabalho mais seguro. Ambos trazem alguns ganhos, mas também perdas.

O que questionamos e criticamos com relação ao atual mundo do trabalho é que não se tem a opção entre a segurança do emprego ou a condição do trabalho autônomo ou informal do mercado flexibilizado. Os trabalhadores estão tendo que se inserir nessa segunda realidade de forma quase que obrigatória, pois ela tem sido uma das principais alternativas de inserção e muitas vezes vista como a única possibilidade que está sendo oferecida pelo mercado. É algo que se torna “natural”. E, a partir disso, os indivíduos têm que se adaptar a

essa forma de trabalho, tendo que deixar de lado suas preferências e características individuais.

A partir do que vimos discutimos e também com o intuito de dar um fechamento a essa primeira parte de nosso trabalho e nos aproximarmos cada vez mais do foco de nosso estudo, gostaríamos de situar mais especificamente o processo de inserção laboral.

2.5 Processo de inserção laboral

Em um sentido mais amplo, acreditamos que o trabalho tem uma grande relevância na construção da identidade dos indivíduos, no reconhecimento social e na própria socialização destes, mas quando falamos especificamente no caso dos jovens, é o processo de inserção laboral que ganha um maior significado.

A Psicologia Social do Trabalho permite-nos trazer contribuições importantes sobre esse campo do saber. Ela compreende o fenômeno da inserção laboral como um momento de transição psicossocial fundamental na construção da subjetividade dos indivíduos. Em relação aos jovens, é um momento muito importante na integração social plena desses sujeitos, pois representa o seu processo de contato com o trabalho. Esta categoria possibilita, além do reconhecimento social do indivíduo, a sua autonomia econômica, social e psicológica (PASCUAL, 1995).

Mais especificamente, a inserção laboral é aqui compreendida como um processo e, portanto, implica em sua definição a idéia de socialização para o trabalho, o que se traduz em um momento de mobilização para um contato com o trabalho em vários aspectos: tanto na aprendizagem, preparação e obtenção de informações, como também na própria experimentação de atividades laborais.

No texto *Socialización y Desarrollo del Rol Laboral*, Prieto et al. (1996) exploram detalhadamente a importância do processo de socialização na aquisição do papel de trabalhador. A sua questão central está na diferenciação entre socialização laboral (que é o que mais nos interessa no momento) e a socialização organizacional (direcionada a uma organização ou empresa determinada) que, segundo eles, é o sentido que mais aparece na literatura na área de psicologia do trabalho, confundindo-se com a própria compreensão de socialização como um todo.

A socialização laboral é uma socialização para o trabalho. Ela é um processo que acompanha toda a vida dos indivíduos e no qual intervêm diversos agentes que transmitem e

impõem normas sociais e culturais, como a família, a escola, os iguais, as empresas, entre outros. Nesse processo, há também o indivíduo como agente ativo que opera em seu entorno de acordo com suas características, experiências, expectativas e valores, complementando ou mesmo se contrapondo àquelas normas.

Esta socialização se refere a um processo cuja ênfase está no indivíduo e que consiste em uma preparação, em sentido amplo, para desempenhar um trabalho ou uma ocupação em geral, envolvendo a aquisição de atitudes, habilidades e condutas úteis na construção da identidade de trabalhador.

A socialização laboral está bem presente na vida dos jovens. Acreditamos que faz parte da sua condição. E, nesse processo, dois agentes têm papéis fundamentais: a família e a escola, incluindo nesta também outras instituições de formação.

É no contato com a família que o jovem recebe as primeiras informações sobre o trabalho, valores sociais, como o de responsabilidade, e normas de conduta, como a pontualidade (características da sociedade salarial, vale ressaltar), por exemplo. Além disso, ela é um elemento central na construção das expectativas frente ao trabalho dos filhos. Outro fator importante para nosso trabalho se refere à influência da família em poder alargar ou encurtar a fase de transição para a vida ativa de seus filhos. Isso pode acontecer, respectivamente, quando favorecem a continuação de seus estudos, financiando a sua formação ou, ao contrário, ao pressioná-los para que se incorporem ao mercado de trabalho. A família influencia também na própria escolha da atividade laboral de seus filhos: tanto através do seu nível sócioeconômico, educativo e profissional, representando referência das aspirações dos jovens, como, de forma mais direta, ao transmitir valores, atitudes e condutas relacionadas ao trabalho.

A escola ou as instituições de formação têm um papel importante ao mostrar a função que o trabalho desempenha em nossa sociedade e contexto cultural, ou seja, contribuem na construção do significado do trabalho. Elas buscam incrustar o interesse pelo trabalho como um valor. Por serem em si organizações, permitem aos jovens conhecimento social sobre o trabalho, suas relações e seu desempenho, além de ser um lugar privilegiado para entrar em contato e se experimentar como aluno, monitor, líder, professor, coordenador, entre outros. Além da construção do significado de trabalho, que estaria em um nível mais geral de atuação, essas instituições têm um papel fundamental de transmitir conhecimentos técnicos e acadêmicos para o desempenho de atividades específicas no futuro. Ela é um dos lugares onde o jovem pode adquirir ferramentas básicas a partir das quais ele possa seguir construindo o seu caminho no mundo do trabalho.

A socialização laboral também envolve experiências de trabalho, propriamente ditas, seja através do primeiro emprego, de um estágio, ou de atividades domésticas e de auxílio aos pais. É um momento importante de construção de identidade e de se experimentar como trabalhador.

Como veremos de forma mais detida nos próximos capítulos, o contato de qualquer ordem com atividades laborais durante esse processo de inserção já está fazendo parte da própria condição juvenil. Branco (2005) ressalta que a importância desse fato está tanto em aspectos objetivos, como na possibilidade de ter renda, por exemplo; quanto no tocante aos seus aspectos subjetivos, configurando-se como um espaço de formação privilegiado para o desenvolvimento de habilidades e autoconhecimento, para começar a construir autonomia em relação à família, de acesso a outras formas de sociabilidade e de realização pessoal.

É relevante reforçar que essa transição ao mundo do trabalho é um processo psicossocial e que a inserção laboral deve ser entendida não somente a partir das atitudes e das opções dos jovens com independência das condições sociais em que ditas atitudes e opções se tomam, tanto no contexto sócioeconômico como no âmbito mais próximo do indivíduo como a família, os amigos e a cultura (TOMÁS, 1997).

No entanto, compreendido como um processo de transição, esse fenômeno é cercado de confusões e incertezas, acentuadas, atualmente, pelas constantes mudanças tecnológicas, sócioeconômicas e culturais advindas da reestruturação produtiva e da conseqüente nova organização do capitalismo. Diante da flexibilização e da precarização que assolam o mundo do trabalho, o processo de inserção laboral pode ser definido, então, cada vez mais, como complexo, diverso e, talvez até mesmo, precário (SARRIERA et al, 1994). Nesse sentido, acreditamos também que essa realidade que pode estar dificultando a inserção laboral ou impossibilitando uma inserção laboral plena dos jovens, por conseqüência, pode provocar mudanças importantes em suas vidas como falta de sentimento de pertença, sensação de impotência e incompetência frente às demandas sociais.

Cabe ressaltar que, ao optarmos por compreender o jovem tendo por base o processo de inserção laboral, estamos considerando que este é um foco dentro da vivência mais ampla de juventude, que, a nosso ver, não é única, mas múltipla. Seguindo esse pensamento, partiremos para uma discussão no seguinte capítulo sobre a condição de ser jovem em nossa realidade.

3. JUVENTUDE: AFRONTANDO O DESAFIO DE UMA COMPREENSÃO PSICOSSOCIAL

Pudemos acompanhar no capítulo anterior uma caracterização do cenário laboral atual de intensas transformações e suas repercussões nos indivíduos. Como o objeto dessa pesquisa é a inserção laboral dos jovens no mundo de trabalho, acreditamos ser importante agora nos determos numa discussão mais aprofundada sobre as questões dos jovens hoje, buscando trazer uma visão psicossocial de sua condição e compreender as formas que eles estão desenvolvendo para se posicionar e se relacionar com o contexto contemporâneo.

3.1 Situando os campos de estudo sobre adolescência e juventude

Juventude é uma temática que está bastante em voga no meio acadêmico, mas que também tem tido grande exposição nos diferentes tipos de mídia de nosso cotidiano. Todos têm algo a dizer sobre ela. Entretanto, ao nos debruçarmos de forma mais precisa sobre essa temática, logo percebemos que a sua compreensão é uma tarefa bem complexa, já que é tema de diversas ciências sociais, além de biológicas, e remete constantemente a uma aproximação com a categoria adolescência. Vale ressaltar que esta, geralmente, se encontra de forma mais recorrente nos conteúdos de trabalhos da psicologia, enquanto que juventude está mais presente nos estudos da sociologia (TOMÁS, 1997; AQUINO, 2003). Entretanto, dentro dessas próprias ciências existem divergências na forma de compreendê-las.

Frota (2001) resolve essa questão afirmando que juventude e adolescência são sinônimos. No entanto, já que objetivamos uma visão psicossocial, acreditamos ser importante trazer algumas contribuições do campo da psicologia e da sociologia e, a partir daí, podermos chegar a uma melhor compreensão do que é ser jovem atualmente. Ou, quem sabe, deixar em aberto algumas questões.

3.1.1 Algumas contribuições do campo da psicologia

Em primeiro lugar, etimologicamente, a palavra adolescência procede do termo latim *adolescere* que significa crescer e por sua vez *ad* significa “para” e *lescere* “completar-

se”. Então, seria um momento em que acontece o crescimento do indivíduo, no qual se sairia de um estado incompleto (imperfeito, dependente) para um completo (perfeito). Ou seja, é a saída da infância e a entrada na vida adulta. No próprio significado da palavra, existe essa idéia da transição para a vida adulta.

Essa temática foi trazida à tona para o meio acadêmico da psicologia por Stanley G. Hall com o seu tratado *Adolescence: its Psychology and its relation to Phisiology, Antrophology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education* no ano de 1904. Fundador dos estudos sobre adolescência contemporânea, ele teve uma importância histórica acentuada ao distingui-la como uma fase singular no desenvolvimento humano. Vale ressaltar que ele sofre influência dos moldes positivistas da época.

Hall desenvolveu a teoria da recapitulação ou teoria biogenética da adolescência. Nesse estudo, ele defendia que a estrutura genética do homem é uma recapitulação do desenvolvimento da espécie humana (FROTA, 2001). Ou seja, a adolescência era considerada como uma etapa de transição na evolução cultural do homem, no qual o seu máximo desenvolvimento corresponderia ao das sociedades civilizadas, que representariam o adulto. Além disso, esta seria uma fase do desenvolvimento humano marcada por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade e a conduta adolescente se produziria independentemente do ambiente sócio-cultural.

Portanto a adolescência surge na academia a partir de uma visão bastante determinista, biológica e instintiva ao descrever as características dessa fase como não-estável e desequilibrada (TOMÁS, 1997).

A abordagem Psicanalítica trouxe uma rica contribuição para a concepção que se tem de adolescente hoje, sendo, até mesmo, a que predomina na maioria dos meios acadêmicos e é, vastamente, assimilada no discurso psicológico e mesmo no senso comum.

Freud (1997) concentrou bastante a sua produção teórica na infância dos indivíduos, mas teoriza sobre esse assunto na sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* e descreve a adolescência como uma recapitulação dos primeiros anos de vida e que seria o momento da primazia genital e a consumação do processo de busca não incestuosa do objeto.

Nessa mesma linha, Ana Freud, uma das primeiras psicanalistas a se dedicar ao estudo do desenvolvimento do adolescente, também considera a adolescência como uma recapitulação do passado do indivíduo, um retorno à fase pré-genital. Além disso, a percebe como um transtorno do desenvolvimento, uma crise, pois interrompe o crescimento pacífico da infância para dar lugar a alterações corporais (puberdade) e da personalidade. Segundo ela,

é muito complicado estabelecer um limite entre o que seja normal e patológico no adolescente, mas afirma que seria anormal a presença de um equilíbrio estável nessa fase (ABERASTURY E NOBEL, 1981). Alguns sintomas apresentados por ela como característicos desta fase são: o exibicionismo, as flutuações de humor, a crueldade e a desordem. E, nessa idéia, o adolescente é passivo diante dessa crise (FROTA, 2001).

As contribuições da psicanálise na temática da adolescência se deram, principalmente, com autores como Erikson (1976), Aberastury e Nobel (1981), entretanto, eles continuaram trazendo uma compreensão de adolescente fundada numa idéia universalizante e naturalizadora.

Erikson (1976) estuda o desenvolvimento humano como algo contínuo desde o nascer até a morte e considera nas suas proposições que o meio ambiente ou mundo externo tem importância nesse desenvolvimento. Esse autor interessa-se em estudar a construção da identidade e define a adolescência como um período da vida dos indivíduos marcada por um conflito nessa construção. Ele afirma a idéia de que com os progressos tecnológicos se amplia cada vez mais o intervalo de tempo entre o começo da vida escolar e o acesso final do jovem no trabalho, o que vai caracterizar um novo modo de vida que seria o do adolescente. Acreditamos, assim como Frota (2001), que esse pensamento se mostra mais interessante e rico por trazer uma preocupação com o contexto social e histórico na compreensão dos indivíduos. Ele trabalha algumas características que, segundo ele, são dos indivíduos dessa fase, como a preocupação com o que possam parecer aos olhos dos outros imaginação ilimitada, falta de segurança de sua identidade, busca de integrar-se aos seus pares e, principalmente, são caracterizados como tempestuosos.

Aberastury e Nobel (1981) trabalharam bastante juntos. Na sua obra, intitulada *Adolescência Normal*, afirmam as partes mais importantes para compreender os problemas apresentados nesse período que são os fatores intrínsecos à personalidade do adolescente. Eles desenvolvem, nesse livro, a idéia da “síndrome normal da adolescência”, segundo a qual todos os indivíduos passariam por essa fase do desenvolvimento, caracterizada por um momento de crise, desequilíbrios, instabilidades extremas, cujos principais objetivos são o estabelecimento da identidade desses indivíduos e a busca da sua liberdade.

Eles acrescentam que o adolescente deve buscar desprender-se do mundo infantil no qual vive em dependência das relações parentais, de forma cômoda, no qual suas necessidades básicas são satisfeitas e ele tem um papel claramente estabelecido. Para isso, ele vivenciaria três lutos: o luto pelo corpo infantil perdido; o luto pelo papel e identidade infantil; e o luto pelos pais da infância.

Acrescentam que o adolescente isolado não existe e que a sua patologia se manifesta no seu conflito com a realidade. Mas afirma que:

As modificações do meio vão determinar a *expressão* da normal anormalidade do adolescente, mas de nenhuma maneira podemos condicionar toda a realidade biopsicológica deste processo evolutivo às circunstâncias exteriores (ABERASTURY E NOBEL, 1981, p. 10).

Falam ainda que, ao se levar em conta os fatores sócio-culturais, estar-se-ia desviando do “problema básico fundamental da *circunstância evolutiva* que significa essa etapa com toda sua bagagem biológica individualizante” (ABERASTURY E NOBEL, 1981, p. 24).

A síndrome normal da adolescência, que se inicia nas mudanças pubertárias, tem características determinadas que são identificadas através dos sintomas apresentados pelos indivíduos. São elas:

1) busca de si mesmo e da identidade; 2) tendência grupal; 3) necessidade de intelectualizar e fantasiar; 4) crises religiosas, que podem ir desde o ateísmo mais intransigente ao misticismo mais fervoroso; 5) deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário; 6) evolução sexual manifesta, que vai do auto-erotismo até a heterossexualidade genital adulta; 7) atitude social reivindicatória com tendências anti ou associativas de diversa intensidade; 8) contradições sucessivas em todas as manifestações da conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica deste período da vida; 9) uma separação progressiva dos pais; 10) constantes flutuações de humor e do estado de ânimo (ABERASTURY E NOBEL, 1981, p. 24).

Essa condição, ao ser posta como natural e universal, passa a ser inerente a todos os adolescentes. Essa rotulação traz alguns riscos que deveriam ser fonte para uma revisão dessa idéia. Um deles é que os indivíduos que não se enquadrarem nas características dessa “síndrome da adolescência normal” seriam imediatamente considerados patológicos, anormais. E, em segundo lugar, correr-se-ia o risco de desconsiderar problemas mais sérios com sintomas reais apresentados nesse período por estar em um pensamento de achar que são “coisas normais dessa idade” (BLASCO, 1997)

Nessa visão, o contexto em que o adolescente se insere e as suas experiências de vida não são consideradas como fatores que podem estar influenciando ou modificando o comportamento desses indivíduos. Eles são considerados de forma igual, com as mesmas condições; conseqüentemente, as suas oportunidades também o serão. E esse fato tem o perigo de ocultar e legitimar as desigualdades presentes nas relações sociais que são

influenciadoras do comportamento dos sujeitos. Essa negligência da realidade social situa toda a responsabilidade do que acontece no próprio jovem e traz como consequência também a retirada da possibilidade deste de se colocar como sujeito atuante para modificar a sua condição.

Ao termos uma visão sócio-histórica em mente, não estamos de acordo com essa visão generalista sobre a adolescência/juventude. Passamos, a partir dela, a entender que as próprias formas de inserção laboral escolhidas pelos jovens não passam apenas por uma opção individualizada desses sujeitos, mas é repleta do contexto em que se inserem. E é aí que se situa o interesse desse estudo em entrar em contato com as vivências dos jovens e compreender seus processos de inserção laboral.

Antropólogos como Mead (1961) vêm trazer uma contribuição no que diz respeito a esse tema, contrapondo o que foi defendido pelos psicanalistas e que predominava no ambiente acadêmico de psicologia até então. Através dos estudos étnicos dessa autora, por exemplo, é colocada em xeque a afirmação dessa fase como sendo de crise e turbulência, pois, em algumas sociedades pesquisadas, essa era uma transição para a fase adulta vivida de forma serena e gradual. Ela defende, então, que não necessariamente o conflito é gerado pelas mudanças físicas que os indivíduos sofrem no período de maturação corporal, mas por uma influência das condições culturais em que se inserem. Ou seja, depende de como elas são significadas em determinados contextos culturais.

O referencial sócio-histórico, com o qual estamos trabalhando, vem reforçar e se propor como uma alternativa teórica para tentar dar conta de uma visão não naturalizante e não ocultadora das determinações sociais, ou seja, uma idéia mais contextualizada do que seja a adolescência.

Segundo Aguiar et al., a concepção de homem defendida por esta abordagem é a de um “ser histórico, isto é, um ser constituído no seu movimento; constituído ao longo do tempo, pelas relações sociais, pelas condições sociais e culturais engendradas pela humanidade” (2002, p. 166).

Para os teóricos desta abordagem, então, a concepção de adolescência implicaria: uma vinculação do desenvolvimento humano com a sociedade, deixando de ser algo natural em si; ser algo histórico, que acontece dentro das possibilidades dadas socialmente, por isso é uma visão despatologizante; e, juntamente com as duas implicações anteriores, defender que o sujeito se constrói e imprime suas características ao seu processo de adolecer.

Nessa perspectiva, a dicotomia social/individual, ou mesmo homem/mundo, não tem um espaço definido, pois ambos se constroem mutuamente. A sociedade, então, é

entendida como fazendo parte do sujeito e não como externa a ele. Como pontua Pitombeira (2005), deve-se ter “a idéia de condição humana [que] opõe-se à de natureza humana, haja vista o fato de que, dentro da concepção sócio-histórica, é o próprio homem que constrói, com outros homens, elementos para a satisfação de suas necessidades” (p.14).

Seguindo essa lógica, a adolescência, da forma que se compreende hoje, nem sempre existiu. Foi criada pelo homem e assimilada pela cultura enquanto significado. Associa-se a essa etapa, ou pelo menos ao seu marco de início, o conjunto das modificações pubertárias dos indivíduos nessa idade, mas essas transformações corporais⁵ têm um significado e uma interpretação diferentes de acordo com o contexto em que se vive e com os valores que lhes são atribuídos socialmente.

Alguns exemplos são interessantes para ilustrar o que estamos mencionando. Na Grécia e na Roma antigas, por exemplo, esses indivíduos eram considerados pré-cidadãos e precisavam ser treinados através de ritos de iniciação e de passagem para poderem gozar da condição de adulto. Já na Idade Média, os jovens (romanos) eram tidos como irresponsáveis e sem limites, por isso eram inseridos no mundo militar como forma de discipliná-los, fazendo com que a imagem deles fosse carregada de um caráter de selvageria, violência e crueldade, sendo considerados o mal da sociedade. Paralelamente, a dignidade cavaleiresca com a infiltração da cavalaria, representada pelo amor cortês, o sentimentalismo, a dignidade e a valentia romântica, também se apresenta nesse contexto. Um último exemplo é o da juventude judaica da Europa medieval à moderna, que compreendia as idades de dez a trinta anos. Era uma fase em que se trabalhava em serviços domésticos em casas de famílias no sentido de aprendizagem e isso se estendia até ao contato íntimo, sexual com seus “patrões” (FROTA, 2001).

Nesses três exemplos, percebe-se marcadamente a passagem para a vida adulta feita através de ritos e atividades específicas. Mas, quando nos aproximamos da modernidade, essa transição se torna mais difusa. Observamos uma maior facilidade de determinar o início da adolescência, que se daria com um marco biológico por volta do início das transformações pubertárias, do que delimitar o seu fim. Acreditamos e trabalhamos com a hipótese de que a inserção no mundo do trabalho é um marco importante para estabelecer esse limite, mas é necessário um aprofundamento teórico maior que tencionaremos ao longo deste estudo.

É interessante perceber o modo como Clímaco (1997) traz uma compreensão do fenômeno da adolescência na modernidade. Segundo ela, com a modernização e as novas

⁵ Essas transformações corporais sempre existiram enquanto desenvolvimento biológico e quanto a isso não se tem dúvidas.

tecnologias, o trabalho foi se especializando e, ao mesmo tempo, prescindindo de um grande contingente de mão-de-obra, gerando o desemprego estrutural⁶. A esses indivíduos, que antes eram inseridos no espaço da fábrica, trabalhando, foi exigido um maior tempo de formação nas escolas e, conseqüentemente, um prolongamento do tempo para o ingresso no mundo laboral. Outro fato contribuinte para essa mudança foi o avanço da ciência que possibilitou um alongamento da vida das pessoas e trouxe, com isso, problemas para a organização do mercado de trabalho.

O tempo na escola aumentou, as crianças se afastaram da tutela dos pais e se aproximaram, formando um novo grupo social de iguais. É nesse momento que a autora defende que surge a compreensão de juventude/ adolescência, período de latência social gerado exatamente pela dificuldade de entrar no mercado laboral e pela necessidade de um longo preparo técnico dentro da escola.

Algumas teorias ou abordagens psicológicas afirmam que essa nova condição gera um conflito nesses indivíduos que já possuem atribuições físicas, cognitivas e afetivas para entrarem no mundo adulto, mas são impedidos de fazê-lo por uma necessidade social. Não são autorizados a ter um trabalho que lhes garanta uma maior autonomia com relação aos adultos e a saída da condição de ser criança, mas, ao mesmo tempo, são exigidas posturas adultas de comportamento, como a responsabilidade e maturidade nas decisões. Eles são invadidos por um sentimento de impotência e, nesse sentido, é que se compreendem as atitudes observadas em muitos casos de rebeldia, instabilidade, conflitos e crise de identidade.

É importante deixar claro que não estamos dizendo que essa é uma condição vivida por todos os jovens e muito menos dizendo que não existem jovens que trabalham, pois, quando analisamos realidades econômicas diferenciadas, vemos que esses sujeitos apresentam características distintas. Por exemplo, essa realidade que citamos acima é bem mais característica dos jovens de contexto urbano e com melhores condições econômicas. Mas vamos desenvolver essa reflexão mais adiante.

Pitombeira (2005) reforça esse pensamento quando fala sobre as características associadas à adolescência: “Reconhecer a constituição histórica da adolescência é considerar que todas as características a ela atribuídas como naturais [...] sejam encaradas como características socialmente contextualizadas, e com finalidades sociais determinadas” (p. 15).

Não conseguimos pensar na existência de uma mesma concepção de adolescência independente dos períodos históricos em que ela se encontra. Nesse sentido, acreditamos que,

⁶ Essa discussão sobre o desemprego estrutural pode ser vista com mais detalhes no primeiro capítulo.

quando se fala no surgimento desta categoria na modernidade, deve-se referir que a compreensão que se tem hoje de adolescência surge nessa época e não que antes desse momento histórico essa categoria não existia como um fato real e concreto.

É interessante perceber como na psicologia vem se destacando um movimento de não predição do desenvolvimento humano, o qual passa a ser compreendido muito mais como um fenômeno multideterminado. Nesse sentido, vão surgindo pensamentos cada vez mais psicossociológicos para se pensar o fenômeno da adolescência no intuito de dar um enfoque mais completo, integrativo e complexo a esse tema. E é nesse movimento que trazemos algumas contribuições da sociologia.

3.1.2 Algumas contribuições do campo da sociologia

Como comentamos anteriormente, a sociologia é um campo do saber que traz relevantes contribuições para o tema da juventude e, juntamente com a psicologia, é uma das ciências em que essa temática é mais amplamente estudada. Muitos psicólogos bebem desses conhecimentos como uma forma de ter uma visão mais global dos fenômenos sociais que fazem parte da vida desses indivíduos.

Neste trabalho, não será diferente. Estudamos o tema juventude como um fenômeno psicossocial, tentando dar um enfoque mais integral e compreensivo ao assunto. Com esse objetivo, acreditamos ser relevante trazer as perspectivas de alguns autores acerca da juventude.

Nos estudos realizados no campo da sociologia, assim como na psicologia, observam-se formas diferenciadas e às vezes contraditórias que garantem ao tema um caráter polissêmico.

Vamos nos deter em quatro formas de pensar a juventude a partir de uma síntese feita por Pascual (1995). A partir delas se pode compreender a juventude como: estado, status, geração ou construção social.

A juventude entendida como estado remete à sua incompletude, ou seja, é um estado incompleto que significa a passagem de um estado para outro. Nesse caso, é a passagem da fase infantil para a adulta. Nesse contexto, incerteza e indefinição caracterizariam os indivíduos como grupo. Na psicologia, como pudemos perceber, há essa forma de pensar a juventude, no entanto, é compreendida como um processo de desenvolvimento, que tem origem nas transformações fisiológicas e, conseqüentemente,

psicológicas que levam a uma reestruturação da personalidade. O jovem se caracteriza por sua indefinição e incompletude natural e tem o dever moral de chegar ao estado adulto. Na perspectiva sociológica, busca-se resgatar a importância da relação com o contexto (produtivo e demográfico). Este estado é entendido como a incorporação da sociedade adulta. É um processo de transição social dependente da condição social, econômica e da família de procedência.

Podemos perceber isso na obra de Tomás (1997), para o qual a juventude é um fenômeno que surge na modernidade quando é entendida como um processo e categoria social. O marco de seu início estaria na entrada na puberdade, ou seja, final da infância, e o seu fim estaria no acesso à fase adulta em que o indivíduo assumiria a responsabilidade produtiva, conjugal, doméstica e parental (marcando o seu fim). A condição de ser jovem se finalizaria com a emancipação do indivíduo que sai da sua condição de espera, de incompletude. Este tempo de espera para entrar na vida adulta vai depender de que contexto social e econômico os indivíduos estão inseridos.

Ele se aproxima da mesma crítica que a teoria sócio-histórica faz com relação a um conceito de juventude universal, normativo e determinista, principalmente defendido por uma linha de reflexão da psicanálise, que não leva em consideração a primazia da influência do ambiente social e cultural que rodeia os indivíduos.

Também nessa mesma perspectiva encontramos Blasco (1989), para quem a juventude é concebida como um período de passagem entre um estado dado (ser criança) e um estado adquirido (ser adulto). É um tempo de precariedade, de tensão em relação ao que está por vir, de carência e incompletude. Ele também explica que os jovens estão em posição marginal em relação aos adultos, pois estão em condições desiguais de intercâmbio social, de benefícios e ofertas quando comparados a estes últimos (apud TOMÁS, 1997).

A juventude como status é compreendida como uma posição social, um modo de comportamento, um conjunto de valores seguidos pelos indivíduos desse grupo (PASCUAL, 1995).

Dentre autores que se encontram nessa posição, estão Allerbeck y Rosenmar (apud Tomás, 1979) que definem a juventude como um status incompleto, formado por um conjunto de comportamentos acumulados dentro de limites de idade aproximados, os indivíduos são dependentes socioeconomicamente e estão numa condição ainda incompleta de direitos. Há também aqueles que defendem uma “nova posição social da juventude” (TORREGROSA, BERGERE y ALVARO, 1989), trazendo algumas características que definem a posição do jovem na estrutura social. São elas: a dependência ou falta de autonomia; a subordinação

(tendência igualitária); a transitoriedade; e o idealismo.

Outros autores trabalham a juventude como geração, em que ela seria vista como um grupo em uma fase de negação e reconstrução da sociedade. Os jovens são vistos como indivíduos que se contrapõem à ordem social vigente, que lutam contra o instituído e são o motor das mudanças sociais. Esta idéia está ligada à de subcultura, com uma forma particular de perceber e interpretar a realidade (PASCUAL, 1995). Outra perspectiva dentro dessa lógica percebe esse comportamento da juventude como marginal e delinqüente, colocando em ameaça as normas sociais. Este autor pontua que há algumas críticas direcionadas a esse referencial, afirmando que haveria o risco de encobrir a diversidade e heterogeneidade de situações e contextos, quando se fala de jovens como uma geração ou como sujeito social homogêneo.

Por fim, a juventude também pode ser vista por alguns teóricos como construção social, resultante de uma série de práticas discursivas que definem o real. Compreende-se o jovem numa inter-relação com as estruturas de comunicação e os processos simbólicos.

Duas idéias presentes em discursos da sociologia são bem interessantes e trazem contribuição direta para o modo como vamos compreender o fenômeno da juventude.

Uma delas se refere a uma compreensão dos jovens como indivíduos que passam por um processo de posicionamento social, em que o “ser jovem” representa uma condição social, ou seja, é um conjunto de estatutos que essa categoria de sujeitos assume na sociedade e as funções sociais que eles desempenham nesta. Entretanto, apesar de essa idéia incluir que existem outras condições que influenciam o modo de “ser jovem”, como idade, sexo e classe social, não conseguem perceber a compreensão de juventude como processo também individual, afirmando que há uma só juventude. Esse ponto marca uma diferenciação com relação à nossa compreensão sobre o fenômeno.

Outra perspectiva interessante trazida por alguns sociólogos e bastante relevante para nosso estudo é a aproximação ou relação feita entre juventude e trabalho. Como muitos percebem que esses indivíduos estão em uma transição da infância para a fase adulta e que a inserção na vida adulta é possibilitada pela entrada no mercado laboral, autores como Prieto (1996) acreditam que transição ao trabalho e juventude acabam significando o mesmo. Ou seja, a condição de ser jovem indica um processo de ganhar autonomia através da entrada no mercado de trabalho e se inserir nos diversos campos sociais. Ele defende também que existiriam, então, várias juventudes, pois a transição ocorre de forma distinta em diferentes classes sociais. E o mesmo acontece com a diferença de sexo. Nessa linha de pensamento, também Pascual (1995) concorda com esse autor que concebe a juventude como um processo

de transição para o trabalho e baseia toda a sua tese nessa premissa.

3.1.3 (Im)possibilidades de aproximação

Toda essa discussão sobre juventude e adolescência manifestada, por vezes, como uma tentativa de diferenciação entre as ciências sociais, a nosso ver, deve tentar ser compreendida de forma mais integrada e totalizante, respeitando, é claro, as particularidades e o domínio de cada campo do saber.

Autores como Tomás (1997) defendem que juventude e adolescência não são equivalentes, já que esta última teria um significado mais psicológico, inclusive biológico em sua constituição. Ele mesmo afirma que, etimologicamente, adolescência é um termo mais adequado para demonstrar a própria forma de pensamento que ele adota em seus estudos, mas ainda assim prefere utilizar o termo juventude, por ser um conceito mais sociológico.

É difícil conseguir encontrar tal diferença ao expor alguns pensamentos psicológicos e sociológicos sobre esse tema, pois é evidente que há muitas aproximações, principalmente, no que determina as limitações dessa fase e na sua definição, como pudemos ver nos apartados anteriores.

Há alguns denominadores comuns, como por exemplo: nenhum desses campos do saber nega que biologicamente o marco dessa fase está nas transformações pubertárias; ambos levam em consideração que os jovens são aqueles que superaram a infância física e também psicologicamente, já têm condições para desempenhar as funções de adultos na sociedade em que pertencem, entretanto, não são reconhecidos como tais; reconhecem que o jovem não dispõe de meios suficientes para organizar seu próprio grupo doméstico, para tornar-se independente de sua família de origem ou para participar de forma plena no mercado laboral; além de que ambos consideram que esses indivíduos estão em um momento de espera, preparação e de transição; e que essa fase teria seu fim no momento em que eles conseguissem se inserir de forma plena no mundo adulto.

A partir dessa consideração, fica difícil não concordar com Frota (2001) e manter a hipótese de que, mesmo que se usem termos distintos na psicologia e sociologia, estamos falando de sinônimos, mas, nesse caso, talvez estejamos correndo o risco de reduzir especificidades conceituais desses dois campos de saber.

No entanto, mesmo que consideremos neste estudo a compreensão de adolescência e juventude como significando o mesmo, indicando uma condição específica dos sujeitos, temos que ficar atentos a alguns fenômenos que estão se tornando cada vez mais presentes na

realidade desses indivíduos e que podem estar contribuindo para reavaliarmos essa aproximação ou mesmo estar em um processo de sua reconstrução e ressignificação.

Mais claramente nos contextos urbanos, observa-se que a juventude, principalmente em contingentes sociais com rendas mais elevadas, está se tornando cada vez mais longa, ou seja, os indivíduos demoram mais para conseguirem essa autonomia, independência e inserção plena no mundo adulto, que é o marco que define o seu final, pois na medida em que essa fase da vida começa a representar um momento de maior qualificação, de aquisição de valores e tomada de decisões que influenciarão para o resto da vida, e que, como explicitamos, é necessária para manter uma ordem social e o funcionamento da nova estrutura do mercado de trabalho, ela tende a se prolongar. Sarriera et al (1994) afirmam que os próprios adultos, temendo perder seus lugares no mercado, legitimam esse alongamento no sentido de garantir as posições que adquiriram.

As próprias pesquisas dirigidas a esse público no Brasil pelo IBGE e pela OIT delimitam essa fase como tendo seu início nos 15 anos e se estendendo até os 24 anos. Entretanto, há uma explícita divisão desse grupo nos dados apresentados pelo Ministério da Saúde no seu Censo 2000 entre aqueles indivíduos que possuem idades de 15 a 19 anos, que são denominados de adolescentes jovens, e os de 20 a 24 anos chamados de jovens adultos. Nas pesquisas apresentadas pelo IBGE e pela OIT, também há essa divisão de faixa etária na apresentação dos dados.

No caso da OIT, esses dois períodos seriam denominados de forma diferente: o primeiro é a adolescência que vai dos 15 aos 19 anos, pois com 15 anos se supõe que o jovem já tenha um nível de escolaridade que permite seu acesso no mercado de trabalho⁷, e o marco dos 19 anos vem de uma influência do *teen* americano que vai até *nineteen*; ao passar para os 20 anos (*twenty*), se inicia uma nova fase que é a juventude propriamente dita e se estende até os 24 (MARTINS, 2002).

Em países mais desenvolvidos, como França e Espanha, chega-se a estender a idade dentro da qual as pessoas são consideradas como jovens até os 32 anos. Acreditamos que essa é uma tendência que se amplia à Europa em geral e a algumas parcelas mais favorecidas em países como o Brasil.

Em uma pesquisa realizada em 2006, na cidade de Fortaleza, intitulada *Retratos da Fortaleza Jovem*, iniciativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza, desenvolvida juntamente com o Instituto da Juventude Contemporânea, também pudemos perceber esse alongamento,

⁷ Cabe aqui comentar que essa referência só acontece quando o jovem tem acesso à escola, o que ainda não é uma condição possuída por todos.

já que eram considerados jovens aqueles que tinha idades entre 15 e 29 anos.

No meio acadêmico, escutamos muito falar de uma juventude tardia como uma referência aproximada ao termo jovem adulto e das repercussões desse fenômeno nos indivíduos e das novas questões que permeiam as vivências desse grupo.

Cabe fazer uma ressalva sobre esse fenômeno: ele é bem mais evidente entre os jovens filhos de pais de classe média e alta, que têm condições de prolongar essa “inatividade” de seus filhos para que eles possam se preparar melhor para o mercado e ter mais chances de adquirir bons postos de trabalho.

Não estamos falando de um fenômeno homogêneo, mas de algo que surge em alguns contextos e está sendo assimilado ao conceito de juventude e que, provavelmente, ganha um peso de “modelo de referência” para as recentes produções acadêmicas e para os próprios jovens enquanto um ideal a ser seguido e ao qual devem adaptar-se.

Seguindo esse raciocínio, a referência da concepção de ser jovem acaba assimilando essa ampliação em termos de idade e começa-se a observar autores como Frigotto (2004) apresentando, em contrapartida, um fenômeno denominado *adultização*, caminhando de forma paralela a esse fenômeno de alongamento. Aquele é compreendido como um amadurecimento precoce entre os jovens provenientes de famílias mais pobres que têm que entrar no mercado de trabalho muito cedo para complementar a renda familiar e a grande opção que possuem, por conta da falta de experiência e qualificação, é o mercado informal, precário em suas condições e remuneração.

Estamos apresentando esses dois fenômenos de forma paralela. O que não significa dizer que não existam jovens provenientes de famílias mais pobres em empregos formais ou das mais abastadas em trabalhos informais, pois todos se inserem em um mercado que tende à flexibilização e precarização laboral como forma de participação no mundo do trabalho. Além de que temos que considerar as opções individuais desses sujeitos com relação às preferências de inserção.

Outro fator relevante a ser considerado é que a puberdade está acontecendo cada vez mais cedo, muitas vezes por volta dos onze anos ou até menos⁸. E se consideramos que a adolescência ou a juventude tem início marcado pela puberdade, cada vez mais cedo se entra nessa condição.

Resumindo, há dois movimentos que contribuem para a extensão do período

⁸ Durante 4 anos fui professora de uma Instituição de Ensino fundamental e médio e essa questão era constante nas pautas de reuniões de pais e professores, sempre referida como um receio ou inabilidade de ambos em lidar com essa nova realidade.

denominado de adolescência/juventude: há tanto uma antecipação do seu marco inicial, evidenciado na esfera biológica, o que não significa dizer que está desvinculada do social, como um adiamento do seu fim, já que eles demoram mais a inserir-se de forma plena no mundo adulto.

Não queremos aqui tentar delimitar as fronteiras da juventude através de faixa etária, até porque pudemos observar como esses marcos são arbitrários e generalizantes. Essa delimitação tem sua importância, a nosso ver, didática para servir como um guia de referência geral, mas para dar conta de forma mais global do conceito se torna insuficiente.

Estamos querendo demonstrar que esse alongamento de faixa etária, além de indicar que uma grande quantidade de pessoas cada vez mais novas e mais velhas são enquadradas dentro da definição de adolescência/juventude, acaba tornando possível a percepção de evidências de uma diferenciação dentro do próprio grupo. Essa diferença, objetivamente expressada nas pesquisas, pode estar apontando para uma diferenciação de outra ordem, ou seja, de ordem psicossocial, referindo-se a novas questões e vivências diferenciadas relativas aos adolescentes (adolescentes jovens) e aos jovens (jovens adultos).

3.2 Em busca de uma compreensão psicossocial de juventude

Em primeiro lugar, a partir de uma compreensão mais psicossocial, a juventude é vista como um construto social, histórico e cultural, daí a dificuldade de se ter uma concepção unívoca para essa categoria.

Em consonância com esse pensamento, Keil (2004) traz a idéia de juventudes plurais que é bastante interessante para esse estudo, pois ela abandona a compreensão de juventude em função de critérios puramente etários e de realidade psicológica desvinculada do social e também abandona a idéia de uma juventude ideal e estereotipada: urbana, branca e ocidental. Nessa perspectiva, a Juventude seria vivida de modo distinto em cada um dos gêneros, nas classes sociais, nos espaços urbano ou rural, nas etnias, na religião etc. Portanto, a esfera sócio-histórica e as expressões juvenis são respostas que se dirigem ao contexto social, confirmando, assim, que não existe uma essência juvenil.

Ela não existe em si, pois seus limites temporais e também suas funções e significações sociais dependem largamente dos contextos em que são produzidos, da realidade concreta dos indivíduos. Como exemplo disso, há o imaginário produzido da juventude como uma potência de rebeldia, contestação, ruptura e renovação (que é uma forma de manter o

controle e poder sobre eles); ou então a imagem de que os jovens situados fora da burguesia transformam-se, aos olhos desta, em bandidos, marginais, delinquentes, constituindo os chamados grupos de risco ou até mesmo “perigosos”.

A própria significação do que é ser jovem ou, opostamente, velho, adjetivamente falando, não passa apenas por uma questão etária. Tendo como parâmetro a inserção profissional, quando comparamos um atleta e um médico cirurgião, por exemplo, o primeiro está no seu auge em uma faixa etária bem reduzida e chegando aos trinta anos ele dificilmente pode competir, sendo considerado velho. No entanto, o médico nessa idade é considerado bem jovem e chega no auge de seu reconhecimento com uma idade já bem avançada. “Cortes etários ou geracionais são o reflexo das regras circunstanciais de envelhecimento em seus respectivos campos” (GUIMARÃES, 2005 p.153). O trabalho, território privilegiado da nossa investigação, tem a possibilidade de ser um importante fenômeno que serve como parâmetro para esses cortes.

Acrescentando a essa questão, existe o fato concreto de que vivemos em uma sociedade que cultua a eterna juventude, que prega que nunca se deve deixar de ser jovem. Nesse sentido, cada um interpreta essa ideologia de sua maneira, seja tentando rejuvenescer na aparência física, através dos tratamentos estéticos e das cirurgias plásticas, seja no sentido de buscar uma juventude de outra ordem mais subjetiva que estaria relacionada a manter o “espírito jovem”.

Esses são apenas pequenos exemplos dentre tantos que indicam como o social é fator imprescindível na forma de compreensão e significação da juventude e também aponta para uma complexidade que a envolve.

Em termos históricos-culturais, há várias juventudes que convivem num mesmo tempo e espaço social. Seguindo esse raciocínio, haveria também o aspecto geracional, mas mesmo assim não há uma idéia unívoca de juventude, mas vários tipos fazendo parte de uma mesma geração.

Há muitos interesses econômicos e políticos na própria delimitação dessas fronteiras da juventude, razão pela qual elas podem estar se apresentando de forma bastante flexível em congruência com a sociedade em que vivemos.

É importante ressaltar também que, dentro dessa concepção psicossocial, o jovem deve ser visto como sujeito ativo, e não simplesmente produto de seu meio ou da realidade dada. Tendo essa compreensão, ele reage à sua realidade e busca formular suas próprias respostas, busca dar-lhe sentido para que consiga inserir-se nela de forma mais ativa.

Ele faz parte de um grupo que, dentro dessa vivência entre o mundo infantil e

adulto, constrói referenciais comuns em um dado momento histórico e cultural. Essa idéia de grupo, entretanto, não reduz a noção da singularidade que é manifestada por cada indivíduo que faz parte desse coletivo.

Definir o que seja “ser jovem” dentro de um referencial psicossocial não implica somente se basear na vivência da puberdade, pois ela não é significada igualmente por todos os sujeitos ou por culturas diferentes, ou definir um limite de idade cronológica, já que a entrada na puberdade e a saída da condição juvenil acontecem diferentemente nos indivíduos e é interdependente às condições sociais; ou apenas estabelecer um ritual de passagem que delimite essa condição. Segundo Frota (2001), implica, principalmente, em compreender esse momento como uma possibilidade de construção subjetiva e “reinstalação de si – mesmo”.

Em suma, uma compreensão psicossocial da juventude não deve se restringir a dizer o que não é ser jovem – não estar mais na infância ou ainda não estar na fase adulta – e fazer a sua compreensão recair simplesmente sobre sua negação, mas tentar dimensionar o que faz a juventude adquirir um sentido em si mesma, o que compreende a vivência de ser jovem em nosso contexto sócio-histórico, incluindo a importância dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais, estabelecendo traços que caracterizam a condição juvenil atual e, em nosso caso, ter essa compreensão na realidade brasileira.

3.3 Retratos da juventude no cenário contemporâneo

Tanto no meio acadêmico como no político, observamos que se faz referência, grande parte das vezes, com uma conotação denunciante e reprovadora, a um tipo de jovem “mudado”, com atitudes bem diferentes daquelas presentes nos jovens de algumas décadas atrás.

Esse saudosismo se reporta ao período dos anos 50 e que se expandiu pela década de 70, quando, de um modo geral, estudantes secundaristas e universitários estavam cada vez mais engajados na luta sindical e presentes em movimentos contestatórios sociais e políticos contra o governo populista e a ditadura militar. Através de manifestações artísticas, que burlavam a repressão do regime militar, a movimentação, mobilização, ação e criação dos jovens eram enormes, configurando-se como um movimento de contracultura, de luta contra o estabelecido. Ser jovem nesse contexto era ser rebelde e contestador. Falava-se de jovens mais engajados.

Ainda comentando de forma geral, na década de 80, em contrapartida, começa-se a

observar o início de uma fragmentação dos movimentos juvenis e a formação de jovens com consciência política difusa e sentimento de solidariedade abalado típico de uma sociedade de consumo alienante.

No século XXI, essas características se fortalecem, produzindo um tipo de jovem que se adapta perfeitamente às atuais demandas sociais e do capital: indivíduos apáticos, alienados, despolitizados e muito mais consumidores. Não estamos desconsiderando as multiplicidades de condições juvenis dentro dessa realidade e a existência de movimentos alternativos a esse contexto. Estamos, pois, apontando que os jovens que vivem o novo século estão experimentando novas formas de socialização e de produção de subjetividade diferenciadas daquelas dos anos anteriormente referidos. E esses jovens são reforçados a seguir nesse modelo por apelos midiáticos e lógicas próprias de uma situação modelar de sociedade de consumo.

Castoriadis (1997) compreende desse indivíduo como alguém que se mostra sempre distraído, zarpando de uma fruição para outra, que não tem memória e nem projeto, que está pronto a responder a todas as solicitações de uma máquina econômica que, cada vez mais, destrói a biosfera do planeta para produzir mercadorias, que segundo ele são ilusões.

No capítulo anterior, explicitamos o contexto de mudanças de ordem econômica, política e social que estão afetando a população no seu modo de viver e de ver as coisas. Também pontuamos que os jovens são bastante atingidos por essas transformações, colocando-se em uma situação de perda de referenciais, de não saber como enfrentar as dificuldades apresentadas pelo mercado de trabalho e de falta de expectativas quanto a um futuro melhor. Todo o avanço tecnológico não tem trazido melhores oportunidades para eles. Eles são amplamente afetados pelo desemprego e pela precarização laboral e não conseguem vislumbrar uma saída para esses problemas que se apresentam cada vez mais à coletividade, mas que são vivenciados de forma individual.

Diante desse contexto, acaba-se produzindo atitudes e comportamentos de ceticismo, desesperança, distanciamento e desconfiança com relação ao sistema em que estão inseridos. E como a legitimidade do próprio sistema é questionada, observamos uma geração de desencantados e com sentimentos de impotência diante da possibilidade de transformação social (BAQUERO, 2004). E aí se evidencia cada vez mais uma atitude conformista e de aceitação da realidade, é como se “faltasse gás” para agir, disseminando uma imagem bem diferente de outrora.

Dando continuidade a essa compreensão sobre os jovens no cenário contemporâneo, em 2005, foi publicado o livro “Retratos da Juventude Brasileira: análises de

uma pesquisa nacional” que trouxe uma série de artigos, analisando os resultados da pesquisa denominada “Perfil da Juventude Brasileira”. Esta se configurou como um amplo levantamento de dados quantitativos sobre os jovens de 15 a 24 anos do país. Sua amplitude foi bem importante, pois a amostra foi de 3.501 jovens em diversos âmbitos geográficos e contemplou uma grande variedade de temas (mais de dez) considerados relevantes.

Traremos aqui alguns conteúdos que a nosso ver podem estar contribuindo para compreendermos a condição dos jovens atualmente e discutirmos algumas questões importantes para este estudo.

A pesquisa confirmou o que é trazido pelos teóricos sobre a juventude moderna, afirmando que essa condição de ser jovem está ligada a um período de ambigüidade, transição e tensão. É um adiamento de deveres e direitos da produção, reprodução e participação, um tempo socialmente legitimado para a dedicação exclusiva à formação para o exercício futuro dessas dimensões de cidadania. Entretanto, ela vai mais além.

Uma tendência revelada por esse estudo indica que, cada vez mais, os jovens vivenciam certos elementos que são considerados de transição para a vida adulta sem, no entanto, realizar a independência da família de origem.

Um fato que é bastante observado entre esses indivíduos é a possibilidade da vivência de uma sexualidade ativa, dissociada da função reprodutiva, e que já é mais amplamente tolerada que em décadas de um passado recente. É claro que existem diferenças em relação ao gênero, pois as mulheres não vivem ainda essa sexualidade de forma tão plena quanto os homens. Ainda há uma preocupação moral com relação à virgindade e com a imagem social pejorativa que advém como conseqüência para elas.

A vivência dessa sexualidade pode dar origem a algumas situações que estão bem mais freqüentes nos lares que têm jovens entre seus membros. A experiência da maternidade ou paternidade precoce é uma delas. Nesses casos, muitos jovens continuam vivendo na casa dos pais ou sendo sustentados por eles. É bastante comum que os cuidados e o sustento da criança acabe ficando a cargo dos avós. Essa não é uma razão de causa e efeito por conta da vivência da sexualidade, mas ela abre espaço para que isso aconteça e também devemos levar em consideração as dificuldades econômicas que se constituem obstáculos para independência desses jovens.

Com relação à constituição de um núcleo familiar, a proporção de jovens casados aumenta à medida que diminui o grau de escolaridade, entretanto muitos deles continuam dependentes da família de origem.

Keil (2004) faz referência em outra pesquisa à situação dos jovens que ainda

moram com os pais, dizendo que a maioria, embora morasse com os pais e não chegasse a contribuir com a manutenção da família, dependia do próprio salário para manter as esferas do lazer, comprar livros e roupas. Alguns dependiam totalmente dos pais e apenas um número reduzido era totalmente independente.

Esse é um fato interessante de ser apontado, pois apesar de o controle dos pais ser citado por muitos jovens como bastante negativo, poucos daqueles que ainda moram com eles têm perspectivas ou mesmo desejo de sair da casa paterna, justificado uma tendência ao prolongamento da condição juvenil. Ressaltamos que essa situação deve ser avaliada também levando em consideração o contexto econômico atual, que torna cada vez mais difícil a independência financeira para constituir uma nova unidade doméstica, o que traz implicações para os modelos de inserção laboral do jovem. Também devemos considerar que a família é a instituição em que os jovens mais confiam em todos os aspectos e que remete à segurança.

Segundo a pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, a maioria dos jovens, numa proporção de 74%, diz que há mais coisas boas do que ruins em ser jovem.

Entre aqueles elementos positivos apontados pelos próprios jovens sobre sua condição está a possibilidade de viver com menos responsabilidades, com mais alegria, de ter mais liberdade para sair, passear e se divertir. A juventude é citada também como um momento propício e fácil de fazer mais amizades e poder compartilhar aquelas alegrias e diversões em grupo. Outro ponto bem positivo dessa condição é a presença e apoio da família dando suporte financeiro e emocional.

Um aspecto interessante que aparece também como uma das melhores coisas de ser jovem está na possibilidade de trabalhar e ter uma maior independência financeira para poder começar a tomar conta de suas próprias coisas e ir se afastando do controle dos pais. Esse trabalho muitas vezes é representado por um estágio, por um período de experiência ou mesmo por trabalhos menos qualificados que dão a possibilidade de ter algum ganho financeiro e experimentar um pouco dessa realidade adulta. Mas uma grande parte deles permanece morando com os pais. Um dado interessante relacionado ao trabalho trazido pela referida pesquisa é que 76% dessa população jovem está incluída no mercado de trabalho, seja como ocupada, desempregada, buscando outro emprego ou em busca do primeiro trabalho (GUIMARÃES, 2005). Mas essa questão dos jovens no mercado de trabalho será mais aprofundada no capítulo seguinte.

Já entre os aspectos negativos de ser jovem encontramos a falta de liberdade, num sentido de independência mais total, mais plena; a falta de trabalho e renda citada, principalmente, pelos jovens no grupo de 18 a 20 anos com relação à falta de experiência; e

também o convívio com riscos constantes com relação ao acesso e uso de drogas e a violência entre eles que cada vez mais aumenta nos lugares que freqüentam.

É também significativo apontar os assuntos que estão entre os interesses e preocupações dos jovens para compreendermos a vivência juvenil e assim podermos pensar em estratégias de forma mais coerente com as suas necessidades.

A educação e o emprego/atividade profissional são os dois assuntos que se apresentam como sendo os de maior interesse dos jovens atualmente, presentes em 75% das falas dos jovens pesquisados. Esse interesse com relação à primeira se coloca como congruente com o que se espera do jovem hoje e está ligado às exigências de formação, de preparação e aquisição de conhecimentos para que eles possam se inserir no mundo adulto. Já em relação ao emprego, apresenta-se como um drama vivido no presente quanto às expectativas em relação a um futuro próximo. Nesse sentido, há uma vontade de se qualificar bastante para ter um conhecimento da realidade e assim poderem criar suas trajetórias e alternativas frente às dificuldades no cenário laboral.

Segundo a pesquisa, o emprego interessa mais aos mais velhos, e mais aos homens que às mulheres. Ele não varia tanto com relação à escolaridade, mas sim com a renda, pois há maior interesse por esse assunto à medida que descende a escala social (ABRAMO, 2005).

Além desses dois temas, outros assuntos também entram na lista dos que mais despertam o interesse juvenil. São alguns deles: o lazer e a diversão, a cultura, os esportes em geral, as relações amorosas e a família.

Quando se pergunta aos jovens sobre suas preocupações, os assuntos que surgem giram em torno da segurança e violência, como uma categoria, e, mais uma vez, do emprego/atividade profissional.

É conveniente analisar que a educação aparece como um tema de grande interesse, mas que não preocupa muito, o que parece congruente com a idéia de que a escola é um lugar assegurado pelo menos como possibilidade e, portanto, é avaliada positivamente como algo com o qual não se deve preocupar. Já quando observamos o emprego/atividade profissional como algo que interessa e preocupa ao mesmo tempo, podemos estar tendo indícios de que o trabalho, mais do que a educação, aparece como ponto crítico e chave para essa geração de jovens, além de apontar para a percepção desses sujeitos da dura realidade laboral apresentada no capítulo anterior. Também aqui vislumbramos a importância em estudar os processos de inserção laboral desses jovens através de suas vivências.

Continuamos nessa mesma questão quando vemos que o direito ao qual os jovens fazem alusão como sendo o mais importante de ser criado para eles refere-se ao direito ao

trabalho e emprego. Nesse sentido, há uma confirmação de que estes ainda não são legitimados ou assegurados. É bem diferente da educação que aparece como um direito reconhecido pelo jovem.

Se os jovens estão afirmando o emprego/atividade profissional como interesses e preocupações, eles demonstram um conhecimento das reais dificuldades do mundo do trabalho. Entretanto, Branco (2005) traz uma reflexão sobre essas preocupações que vale a pena ser compartilhada:

A visão de um futuro que traz consigo sinais de graves dificuldades não pode ser traduzida para o presente simplesmente como se fosse uma antecipação a ser vivida, ou seja, o jovem que vê, entre os principais problemas a preocupá-lo, a necessidade de, em futuro breve, ter de encontrar emprego/atividade profissional não está declarando, com isso, que a forma de melhor eliminar essa preocupação residiria na imediata obtenção de um emprego ou no pronto desempenho de alguma atividade econômica (p. 139).

Isso nos leva a pensar que essa preocupação com o futuro imediato no que concerne ao trabalho constitui uma das partes da própria vivência de ser jovem. Ela é uma antecipação e preocupação que se dá no presente e, portanto, é também um dos fatores que os definem.

A partir do que foi apresentado nessa pesquisa, podemos dizer que a juventude brasileira atual é vivida centralmente no seio da família de origem. Isto nos leva a crer que a extensão da duração dessa etapa é um fenômeno mais comumente vivido entre várias classes sociais e todos os gêneros, claro que guardando as variações e diferenças advindas dos contextos específicos, como apresentamos anteriormente.

No entanto, esse novo e amplo espaço que se cria passa a englobar novas instâncias de socialização e formação de valores que não somente a família e a escola, e gera novos lugares de lazer e cultura propriamente jovens. Podemos inclusive dizer que a “moratória” juvenil hoje tem cada vez menos o sentido de suspensão e espera para poder realizar melhor as coisas no futuro quando os jovens forem adultos. Ela passa a trazer mais a noção de uma possibilidade de vivência e experimentação de esferas que fazem parte do mundo adulto no que diz respeito a trabalho, sexualidade, participação cultural e política. Entretanto, o fazem com menos compromissos e encargos do que quando se casam e têm filhos, por exemplo; com vínculos menos definitivos, como na experiência de namorar sem compromisso sério que é o chamado “ficar”; com mais alegria e curiosidade, em função do maior vigor e disponibilidade para a experimentação e menos constrangimentos. Com relação

à condição de ser jovem, podemos dizer que eles são indivíduos que vivem um momento de formação tanto escolar como profissional e vivenciam preocupações com relação ao momento de transição laboral que estão passando e com relação ao mundo adulto que os espera. Além de estarem muito próximos de vivência de risco relacionada à violência e às drogas (ABRAMO, 2005; BRANCO 2005).

Não estamos querendo dizer que essas características não existam em outras fases da vida e que estejam todas presentes na vivência de todos os jovens. Elas são referências baseadas em características presentes em muitos jovens de nosso contexto. E também não é porque eles podem passar por alguma experiência típica do mundo adulto que deixam de ser jovens, pois essa experimentação tem características próprias, demonstradas anteriormente, e são englobadas na própria condição de ser jovem.

Todo esse conjunto de elementos faz com que a vivência da experiência juvenil passe a adquirir sentido em si mesma e não mais somente como preparação para a vida adulta. Ou seja, estamos no sentido que nos leva a dar um passo à frente, saindo de uma perspectiva de conceituar a juventude a partir de sua negação, sem perder de vista que a experiência dos jovens burgueses continua como padrão ideal de referência para tudo que se refere à juventude.

Outro ponto que queremos retomar é que o fenômeno do alongamento da juventude, seja relacionado ao início cada vez mais precoce ou ao retardamento de seu fim, faz com que essa categoria possa estar comportando momentos e vivências diferenciadas dentro de um mesmo grupo de indivíduos. Por exemplo: o momento inicial, em que os indivíduos seriam denominados adolescentes jovens, seria mais afetado pelas transformações biológicas e suas conseqüências psicossociais; já aqueles aos quais se está denominando de jovens propriamente ou de jovens adultos, como alguns preferem, viveriam questões mais centradas em torno da busca da inserção sóciolaboral, o que estaria mais condizente com as características que vimos apresentando até o momento.

Ai poderíamos estar caindo em um novo impasse: se há mesmo essa diferenciação, onde terminaria a adolescência e se iniciaria a juventude? Será que existe um espaço assim tão delimitado?

Acreditamos que um fechamento para essas questões, para nós tão instigantes, não é possível nesse momento, pois vai para além dos objetivos deste estudo. Deixo-as como reflexões. Temos, entretanto, que pontuar algo que consideramos fundamental para refletir nesse sentido: quando se tem uma visão psicossocial como foco de análise, é muito importante relativizar os marcos etários, tendo em vista que as histórias pessoais,

condicionadas pelas diferenças e desigualdades sociais de muitas ordens, produzem trajetórias diversas para os indivíduos concretos.

O que queremos delimitar é que, para este estudo, a compreensão de jovem que estará sendo utilizada e onde nosso foco de interesse se concentra se aproxima mais da noção de jovem adulto, não no sentido etário do termo, mas no que concerne às questões relativas a uma busca de uma inserção social e onde o processo de inserção laboral aparece na vivência desses indivíduos como uma demanda mais emergente.

A partir da discussão trazida nesse capítulo sobre a juventude, partiremos para uma compreensão mais aprofundada sobre a relação dos jovens com o trabalho através do processo de inserção laboral.

4. COMPREENDENDO O PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL DE JOVENS

Após termos nos detido em uma contextualização do mundo do trabalho, enfatizando as repercussões que suas transformações têm tido nos sujeitos e, em um segundo momento, na tentativa de compreender a condição de ser jovem hoje, buscaremos agora abordar mais especificamente o processo de inserção laboral desses sujeitos.

Para termos uma compreensão mais global sobre como está acontecendo esse processo, é importante trazer a situação dos jovens no mercado de trabalho atual, através de pesquisas e de discussões de alguns teóricos, ou seja, abordar de forma mais específica as relações que estão sendo estabelecidas entre eles e o mundo laboral.

4.1 A Inserção laboral dentro de um contexto mais amplo de transição para a vida adulta

Vimos discutindo, principalmente no capítulo anterior, que, quando pensamos a juventude como um processo de transição para a vida adulta, podemos cair no risco de compreendê-la pela sua negação, por aquilo que os jovens não mais seriam ou que ainda não o são. Por outro lado, considerar esse aspecto da transição traz para a compreensão de juventude a idéia de processo, transformação, temporalidade e historicidade (CAMARANO et al, 2004). E, portanto, a partir daí, reconhecemos e reforçamos que os jovens se constroem em processos de transição e em trajetórias diferenciadas em suas realidades sócio-históricas concretas.

A literatura tanto do campo psicológico como do sociológico traz a inserção laboral como um evento fundamental dentre aqueles que estão envolvidos nessa transição para a vida adulta. Buscaremos, então, em nosso trabalho, tentar compreender essa inserção dentro de um processo mais amplo de transição para a vida adulta e, portanto, como um fenômeno relevante na vivência dos jovens.

É importante ressaltar que, juntamente com o fato de encontrar um trabalho, seja permanente ou temporário, - por meio do qual o indivíduo possa suprir a si ou a uma possível família dos recursos materiais necessários à sobrevivência - também entrariam nesse processo de transição outros eventos como: sair de forma definitiva da escola; formar a primeira união relativamente estável, ou seja, viver com o companheiro em uma mesma residência; e, por

fim, ter o primeiro filho (CAMARANO et al, 2004; OLIVEIRA; RIOS-NETO; OLIVEIRA 2006; VIEIRA, 2006).

Entretanto, o processo de transição para a vida adulta, hoje, pode-se dizer que é cada vez menos marcado por uma linearidade do modelo tradicional: saída da escola – inserção no mercado de trabalho – casamento – filhos. Contribuindo nesse sentido, Vieira (2006) traz a idéia de que esses eventos que compõem a transição para a vida adulta estão cada vez mais descolados uns dos outros em nossa sociedade e afirma que dois processos contribuem para esse descolamento denominados por ela de descristalização e latência. O primeiro se refere a uma dissociação das diversas dimensões da vida adulta. Haveria hoje a possibilidade de experimentar algumas funções próprias dessa vida sem assumir todas como, por exemplo, a sexualidade ser ativa sem necessariamente ter que assumir um núcleo familiar. Já a latência se refere a uma desvinculação entre a habilidade de desempenhar uma função e seu efetivo exercício, prolongando o estado de dependência. É o caso do jovem capacitado para o trabalho que não exerce atividade produtiva.

Situações como: os filhos virem antes do casamento, o casamento antes da inserção no mercado de trabalho ou os novos arranjos familiares que não passam necessariamente pela saída dos jovens da casa dos pais estão cada vez mais presentes em nosso cotidiano.

Esses fenômenos acabam sendo decorrentes de mudanças sociais que englobam as novas perspectivas profissionais, a exigência de um maior tempo dedicado à escolarização, o aumento da expectativa de vida, os próprios padrões de moralidade menos rígidos com relação à sexualidade e tantas outras mudanças aliadas às novas necessidades e exigências contemporâneas que abordamos nos capítulos anteriores.

Podemos observar, hoje, indivíduos em vários estágios dessa transição ou pessoas que jamais completarão todo o processo, o que, no entanto, não significa que elas não atingiram ou atingirão a maioridade. Camarano et al (2004) vão mais além ao analisar esses fenômenos, dizendo que não só essas trajetórias juvenis não são mais tão lineares como ganham um caráter de reversibilidade. Essa idéia acentua ainda mais a multiplicidade de situações em que as transições para a vida adulta podem ocorrer.

Ao optarmos por trabalhar com o processo de inserção laboral de jovens, acreditamos ser importante ter em mente que ele faz parte de um processo maior de transição que engloba eventos que se influenciam mutuamente. Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2006) trazem vários exemplos típicos dessa influência como a questão do nascimento do primeiro filho afetando diretamente nas formas e possibilidades de inserção laboral; a influência que a

entrada no mercado de trabalho acaba tendo como um fator que influencia no afastamento da escola; ou a influência entre a permanência mais prolongada na escola e uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Portanto, tentar compreender os eventos presentes na transição para a vida adulta e como eles se processam através da não linearidade, descristalização, latência e reversibilidade é também estar colhendo informações sobre as tendências presentes nos processos de inserção laboral dos jovens.

Buscaremos nesse momento trazer informações mais objetivas e algumas reflexões sobre como está acontecendo a participação dos jovens no mercado de trabalho na realidade brasileira e local.

4.2 A condição do jovem no mercado de trabalho

Dentro da configuração do mercado de trabalho atual, como podemos compreender a posição que os jovens ocupam? Que formas de participação eles estão desenvolvendo? Que tendências estão aparecendo no seu processo de inserção laboral? Como esse processo está sendo afetado pelas transformações do mundo do trabalho? Estas são algumas questões que nos acompanham ao estudar esse fenômeno e que buscaremos discutir nessa parte do capítulo.

Um primeiro dado interessante que convém comentar é de que pesquisas realizadas no Brasil apontam, no momento social em que vivemos, a existência de uma “onda jovem” (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1998 apud MATHEUS, 2003), expressão usada para designar o grande índice de natalidade marcado no início da década de 80 e que teve como resultado um significativo aumento da população juvenil no início de século. Esse fato contribuiu para um aumento da presença das temáticas e discussões relacionadas a esse público na academia e na mídia.

A Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios – PNAD realizada pelo IBGE referente ao ano de 2005 apontou que a população jovem de 15 a 24 anos ultrapassou a casa dos 35 milhões. Apesar da limitação de não considerar aqueles sem domicílio, esse valor já representa em torno de 21% da população total, o que já é bem significativo. E essa proporção se repete em várias estatísticas que comparam a população jovem em relação à população mundial, como na OIT, por exemplo. Vale ressaltar que, no contexto urbano, a tendência que se apresenta é de crescimento da população jovem, opostamente ao que está acontecendo com

as demais faixas etárias.

Como vimos discutindo, existe uma dificuldade de absorver o contingente de mão-de-obra que já está no mercado de trabalho há mais tempo dentro de uma noção tradicional de emprego. No passado, o jovem, uma vez alcançado o posto de trabalho, o via como permanente e nele buscava realizar-se e melhorar sua posição. Na conjuntura atual, essa relação se modifica, assumindo um caráter de insegurança e de grande mobilidade ocupacional. Surgem as novas formas de participação, nas quais os indivíduos tendem a inserir-se no mercado com contratos de trabalho atípicos ou mais flexíveis, em tempo parcial, por tempo determinado, temporários e com subcontratação, ou formas mais débeis de vinculação, o que pode ser resumido como uma precarização laboral. Além disso, aparecem as participações que se colocam como alternativa a essa condição, mas que são ocultadas, ou seja, são formas de trabalhos não reconhecidas pela sociedade, como os catadores de lixo, os “flanelinhas”, os limpadores de vidro nos sinais, entre outros.

Absorver essa nova massa de futuros trabalhadores se torna uma tarefa ainda mais difícil, fazendo com que o cenário laboral seja um meio adverso e problemático para os jovens. Isto acontece porque a dinâmica demográfica de países como o Brasil faz com que a demanda se torne desproporcional com relação às oportunidades de inserção no mercado. Os jovens não conseguem vislumbrar boas e efetivas perspectivas de inserção.

Segundo estatísticas da OIT, a taxa de desemprego juvenil (considerada como uma medida da proporção de jovens da População Economicamente Ativa - PEA⁹ que estão buscando trabalho e ainda não o encontraram na faixa de 15 a 24 anos) era de 13,5% em 2005. No Ceará, essa proporção foi de 16,41% e em Fortaleza ela aumenta ainda mais, passando para 30,26% segundo o IDT do Ceará. Apesar de ser bem alta, esta taxa diminuiu em relação ao ano anterior.

A situação dos jovens é bem mais precária que a dos adultos, pois as chances de os primeiros estarem desempregados são três vezes maiores do que estes, tanto no cenário mundial como no local segundo as estatísticas da OIT e IDT respectivamente. Apesar de a capacidade de incorporação dos jovens no mercado de trabalho ser mais limitada, essa condição de estar desempregado tem suas especificidades. Camarano et al (2004) mostram que aproximadamente 43% dos jovens que estão procurando trabalho ainda estão

⁹ Segundo informações do IBGE, População Economicamente Ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a População Ocupada e a População Desocupada assim definidas: População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalham ou tinham trabalho, mas não estavam trabalhando (por exemplo, pessoas em férias); População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.).

freqüentando a escola e, provavelmente, morando na casa dos pais. E parte daqueles contabilizados como desempregados pode estar na condição de espera de uma oportunidade melhor no mercado. A autora também afirma em sua pesquisa que o desemprego incide mais sobre os grupos de escolaridade mediana, aqueles com uma média de 5 a 11 anos de estudo. Ela acredita ser possível que tal comportamento tenha relação com o fato de que os jovens com menor escolaridade tendem a aceitar mais facilmente as oportunidades que aparecem, ficando menos tempo à procura de emprego e, portanto, menos tempo sendo medidos como desempregados. Por outro lado, os jovens com escolaridade mediana tendem a ser mais seletivos e a ficar mais tempo à procura de emprego, esperando por melhores oportunidades e uma inserção adequada com a sua escolaridade.

Talvez esse fenômeno aconteça não somente em relação à escolaridade, mas à própria condição social da família do jovem que pode ou não permitir essa seletividade, já que nem todas as famílias têm condições de prescindir da renda proveniente do trabalho desses sujeitos.

Outra informação interessante é que, no Ceará, em 2005, os jovens representavam 25% da PEA; em contrapartida, a maioria do total de desempregados, numa proporção de 52%, estavam entre 15 e 24 anos. E representavam apenas 23% daqueles que estavam ocupados. Em Fortaleza, em dezembro desse mesmo ano, eles representavam 54% dos desempregados e 35,06% dos ocupados. Apesar de não ser tão alta, esta taxa de ocupação relativa foi a mais elevada desde 1998.

Devemos levar em consideração que a maioria desses dados apresentados reflete a realidade de um trabalho na concepção de emprego, portanto não engloba a totalidade das possibilidades de inserções no mercado laboral dentro de um conceito mais amplo de trabalho.

Outro fator a ser considerado sobre essa questão é que as leis trabalhistas estão se flexibilizando e legalizando contratos por tempo determinado ou com carga horária reduzida. Então, cabe pensar sobre esse aumento das taxas de ocupação e do índice de empregos, que as pesquisas de economia estão apontando, considerando essa modificação da própria lei, pois a partir dela é esperado que haja esse aumento.

É importante pontuar que essa situação de desemprego entre os jovens traz conseqüências negativas no que concerne à saúde desses sujeitos. A pesquisa realizada por Sarriera e Verdin (1996), mais focada no campo da psicologia, demonstra que jovens desempregados apresentam menor nível de bem-estar psicológico, devido a um sentimento de "vazio" e impotência frente às dificuldades de inserção no mercado de trabalho que os

desmotiva para obterem atitudes mais assertivas e perseverantes na busca de atividades laborais. Constata-se, então, que a vivência do desemprego pode trazer um nível de sofrimento aos jovens e ter influências em sua saúde, além de afetar a própria construção da identidade laboral.

Ao contrário da realidade laboral dentro da formalidade, não é tão fácil encontrar dados sobre a inserção dos jovens no mercado informal, muito menos achar informações mais precisas sobre inserções marginais, precarizadas e de exploração.

No entanto, Sampaio (2006) apresenta uma pesquisa do IDT datada de 2003 que nos traz alguns dados sobre informalidade que podem servir como base. Dos 64% dos jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos, que estavam empregados (ou seja, entre aqueles que estavam registrados), cerca de 48% estavam sem carteira assinada. Entre os que tinham de 18 a 24 anos, o percentual dos sem carteira caía para 43%. A carteira de trabalho não assinada foi a referência adotada na pesquisa para definir os trabalhadores que estão na informalidade.

Na pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” de 2005, já explicitada no segundo capítulo, encontramos que 76% dos jovens (considerando a faixa de 15-24 anos) entrevistados disseram que trabalham ou já trabalharam. Quando se perguntou sobre a condição desses trabalhos, surgiram as seguintes formas de participação: assalariado na cidade sem registro, 37%; assalariado na cidade com registro, 27%; conta-própria temporário na cidade (*bicofreelancer*), 16%; trabalho em agricultura familiar, 5%; assalariado no campo, 4%; Conta-própria regular (paga INSS) 3%; funcionário público, 3%; os demais constituem outros vínculos. Nesta pesquisa, a informalidade é compreendida de forma mais ampla e atual, não considerando apenas aqueles assalariados sem registro, englobando, segundo a pesquisa, 63% dos jovens, nas variadas e flexíveis condições citadas acima.

Segundo essa mesma pesquisa, a idade média com que o jovem diz ter conseguido o primeiro trabalho, considerado de forma ampla, foi de 15 anos e seis meses. O sexo masculino apresentou uma média inferior em relação ao feminino, ou seja, inserem-se mais cedo e, em relação à formação escolar, quanto maior esta for, tende a haver um aumento da média de idade com que os jovens se inserem no mundo do trabalho.

Mais uma vez se confirma que o trabalho faz parte da vivência da juventude hoje no Brasil. E essa presença faz com que se comece a falar em algumas tendências que se apresentam na relação entre o jovem e o trabalho no contexto contemporâneo. Entre alguns autores que abordam essas questões estão: Abramo, (2005) Sampaio (2006), Pochmann (2004), Frigotto (2004), Branco (2005) e Guimarães (2005).

Uma delas é fazer uma comparação entre as variáveis educação e trabalho. Nesse

caso, fala-se que quanto menor o grau de instrução, mais cedo os jovens tendem a entrar no mercado de trabalho e, além disso, o nível de informalidade e precariedade laboral é mais elevado entre os menos instruídos. Eles acabam ocupando vagas de menor remuneração e em posições subordinadas na hierarquia do trabalho. E com essa baixa escolaridade fica mais difícil que eles consigam melhores trabalhos.

Outra comparação, mas complementar à anterior, relaciona renda e trabalho. Ela faz referência ao fato de que na medida em que diminui a renda familiar, o número de jovens dedicados integralmente aos estudos se reduz, eles entram mais cedo no mercado de trabalho e estão mais expostos ao desemprego. O trabalho é visto como uma das poucas condições de mobilidade social. Não há, como entre aqueles provenientes de famílias com média e alta renda, a possibilidade de financiar a sua “inatividade” (POCHMANN, 2004) – ou melhor dizendo, um adiamento da entrada no mercado de trabalho –, ou elevar a escolaridade para ter acesso a melhores vagas e remuneração e a postos mais altos na hierarquia. Segundo ele, o funcionamento do mercado de trabalho termina por ampliar as diferenças originárias de uma sociedade de classes.

Os jovens, em si, já são um dos alvos mais atingidos pela flexibilização e precarização laboral, mesmo antes de se considerarem essas variáveis anteriormente apontadas. Um dos fatores que contribui para que esse fato se mantenha é a questão da experiência, ou melhor, da falta dela, que é uma das características atribuídas a esse grupo no mundo do trabalho. Como vimos, é na juventude que eles começam a buscar o primeiro trabalho. Isso faz com que a inserção do jovem seja ainda mais complicada, pois, além das dificuldades geradas pela própria crise do mercado que afetam não só os jovens, é exigida a experiência como requisito fundamental. E, em sua maioria, a experiência considerada como válida é aquela registrada em carteira de trabalho tanto pelas empresas como pelos próprios jovens que terminam por assimilar essa exigência sem questionamentos.

Algo que acaba sendo posto como compensação para essa falta de experiência é a educação ou formação através de cursos, sejam profissionalizantes ou acadêmicos. Há o discurso de que é preciso dominar tudo ou o máximo em diversas áreas para ser competitivo, ou seja, o importante é ser polivalente e generalista. Bock traz uma crítica interessante sobre esse fato:

[...] a educação tem sido usada ideologicamente como um artifício para justificar a existência de desigualdades sociais. Trata-se de um problema matemático: tem-se x números de empregos e y números de pessoas que precisam ocupar as vagas existentes. [...] É sabido que x é menor que y . [...]

mesmo que todos sejam qualificados não há espaço para todos. Portanto, a qualificação é necessária, mas resolve apenas um problema individual e não o de todos (2002, p. 14 e 15).

É seguindo esse pensamento que surge o discurso da empregabilidade, que significa reunir qualidades que capacitem o indivíduo a ser empregado. É importante ressaltar que ele se baseia na idéia de pleno emprego. Então, aqueles mais preparados terão acesso aos postos de trabalho que surgem, ou seja, estarão prontos para aproveitar e se adaptar às possibilidades que emergirem.

De forma complementar, há também outro discurso que prega o empreendedorismo. Baseando-se na justificativa de que a oferta de emprego está cada vez menor, a solução é posta no trabalho do autônomo “inovador”, que aproveita boas oportunidades. Nesse sentido, sobrevivem os que sabem ter boas idéias e as gerenciam com sucesso, ou seja, os melhores, mais qualificados, inovadores, os mais competentes, resumindo: os empreendedores. Cria-se a ilusão de que há um perfil ideal e somente incorporando-o pode-se conseguir um lugar no mercado de trabalho. No trabalho autônomo, cabe pontuar que a responsabilidade está exclusivamente no trabalhador, exaltando ainda mais o individualismo e desresponsabilizando o Estado de suas obrigações para com os trabalhadores.

Diante da realidade laboral não muito promissora, uma das opções para os jovens tem sido o engajamento em áreas de voluntariado, terceiro setor e organizações-não governamentais - ONGs como perspectiva de inserção laboral. As próprias entidades governamentais promovem políticas sociais para a juventude as quais repassam uma grande responsabilidade para as ONGs no sentido de promover a inserção dos jovens no mercado de trabalho (SINGER, 2005 e BAQUERO,2004). Não que sejamos contra essa forma de inserção, mas criticamos, mais uma vez, sob o ponto de vista de um repasse de uma responsabilidade que deveria ser do próprio Estado.

Seguindo essa mesma perspectiva, Alonso (2000) faz uma análise sobre essa inserção dos jovens em atividades voluntárias no terceiro setor, afirmando que hoje ela se apresenta com uma dualidade marcante. Ele mostra que essa atividade é uma mescla de altruísmo com individualismo. Por um lado, existe uma solidariedade e preocupação com questões referentes à exclusão e marginalidade social, entretanto, muito reduzida à micro-participação, a um sentimentalismo, segundo ele, que não traz uma reflexão política ou ideológica consigo. Por outro, há o fato de que esse passa a ser visto como um primeiro espaço de transição ao mercado de trabalho para jovens qualificados e que se encontram sem

emprego, sendo uma oportunidade de adquirir experiência, portanto, um espaço a mais. Essa atuação, que é uma forma barata para o Estado de passar responsabilidades suas para a sociedade civil, se mostra incapaz de promover reformas estruturais, pois se restringe ao assistencialismo que não entra na questão da redistribuição de renda e fica na realização de políticas paliativas orientadas para a reintegração de grupos marginais. Para o autor, somente o associacionismo voluntário crítico poderia impulsionar a mudança social e o desenvolvimento da cidadania construída por atores sociais concretos.

Logo, ao ter a consciência da crise do contexto que o cerca, o jovem passa a perceber e a temer um futuro de dificuldade de inserção laboral. Diante da falta de perspectiva, os projetos e expectativas se apresentam cada vez mais vagos (BOCK, 2002).

Matheus (2003), em sua pesquisa intitulada: “O discurso adolescente numa sociedade na virada do século”, encontrou, entre os jovens do estudo, um *ceticismo* em relação às possibilidades de mudança da sua realidade e às suas possibilidades de inserção social. Isto se manifestou, principalmente, em relação às mudanças amplas do país e da sociedade. Vale ressaltar que essa falta de perspectiva e restrição das expectativas encontradas como resultados da pesquisa não estão somente relacionadas às camadas menos favorecidas. Um outro fator, que acreditamos ser relevante para este estudo, é que o trabalho foi colocado, pela maioria, como sendo representante da condição para a conquista do reconhecimento e da inserção social. Estes dados só vêm apontar para a importância do trabalho num processo mais amplo de inserção.

No entanto, estamos falando de inserções cada vez mais heterogêneas, o que torna cada vez mais difícil pensar em um modelo, como o do emprego, por exemplo, a partir do que vimos estudando, pois formas mais flexíveis e fragmentadas aparecem a todo instante.

Um fato que contribui para essa heterogeneidade, além da própria configuração do mercado laboral, encontra-se também na variedade de sentidos atribuídos ao trabalho por parte dos jovens. Ainda utilizando dados da pesquisa Perfil da Juventude Brasileira como ilustração, quando perguntados sobre as palavras que mais se aproximavam do que eles pensavam sobre o trabalho, na soma de duas menções, apareceram as seguintes informações: 64% o vêem como necessidade; 55% como fator por meio do qual se conquista independência; 47% o associaram a crescimento; 29% como fonte de auto-realização e 4% o associam à exploração. Seja qual for o sentido adotado, ele vai ter influência direta sobre as opções e escolhas desses indivíduos.

Abramo tece uma interpretação relevante para a compreensão do processo de inserção laboral, afirmando que, “hoje, é mais a falta de inserção pelo trabalho do que o fato

de estar trabalhando o que mina a sensação de viver a juventude” (2005, p. 56). Como podemos perceber, as transformações no mundo do trabalho estão afetando diretamente as formas de inserção laboral dos jovens que passam a ser cada vez mais parecidas com a própria configuração do mercado: flexível e precária.

Se acreditamos, assim como Sarriera et al (2001), que o vínculo com o social a partir do trabalho possibilita um sentido de participação e utilidade, ele poderá ser possibilitador de construção de identidade na medida em que puder proporcionar aos sujeitos um sentido de vida. No caso dos jovens, à medida que o trabalho possa ser fonte de informação, de aprendizagem, de novos contatos sociais, ele contribui de forma positiva na construção desses sentidos.

Como os jovens poderão encontrar um sentido de vida através do trabalho, ou melhor, que sentido será esse, frente à possibilidade de desemprego ou de atividades precárias e de pouca qualificação? É importante termos em mente que o ingresso precário e prematuro no mercado de trabalho pode marcar desfavoravelmente a vida laboral do jovem e afetar a sua forma de se ver no mundo.

Encontrar uma solução para essas questões é um desafio, mas tem sido posto em debate entre os teóricos das ciências humanas, sociais e políticas. No intuito de tentar dar conta dessas demandas de inserção laboral dos jovens, a psicologia através da orientação profissional vem desenvolvendo trabalhos bem interessantes. E é sobre esse campo que nos deteremos no apartado que se segue.

4.3 A orientação profissional como um campo privilegiado de discussão das questões sobre a inserção laboral dos jovens.

Alguns psicólogos que atuam e desenvolvem pesquisas no campo da orientação profissional têm demonstrado interesse e trazido contribuições relevantes para a discussão do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Uma grande parte desses estudos, entretanto, se preocupa em obter informações sobre as exigências do mundo laboral, os comportamentos dos jovens frente a essas exigências, a forma como eles a partir delas fazem suas escolhas profissionais, mas, principalmente, observamos uma preocupação em desenvolver conhecimentos e técnicas de orientação que proporcionem um processo mais eficaz de inserção para os jovens. A partir

daí, são elaborados programas de orientação profissional que se propõem como uma das alternativas de enfrentamento das questões postas pelo mercado de trabalho.

É bem interessante perceber como a forma de trabalhar essa orientação vem evoluindo para uma maior consideração dos aspectos sociais dentro da compreensão das escolhas dos jovens. O que significa dizer que cada vez mais se considera, entre outros aspectos, aqueles referentes às transformações do mundo do trabalho dentro dos programas de orientação profissional.

Ao longo dos últimos trinta anos, a história da orientação profissional aponta que, em um primeiro momento, os trabalhos estavam muito focalizados na utilização da entrevista e na aplicação de testes para medir interesses e aptidões, estando, nesse sentido, a serviço de uma busca em colocar o homem certo no lugar certo. Esse pode ser entendido como um movimento herdado da própria forma como a psicologia foi ganhando espaço no cenário acadêmico científico.

Com as contribuições de Bohoslavski (1977), essa visão psicometrista começa a perder lugar para um enfoque mais clínico do processo de orientação voltado para uma análise do momento do indivíduo ou do grupo, através de um diagnóstico que permite desenvolver estratégias para esclarecer a escolha profissional, trabalhar aspectos relacionados à maturidade pessoal e vocacional.

Alguns anos depois, o mesmo autor, em seu livro “Orientação Vocacional: teoria, técnica e ideologia”, acaba trazendo uma nova perspectiva para a compreensão da orientação, afirmando que a escolha é muito mais da sociedade do que do próprio indivíduo. Apesar de se configurar como uma perspectiva de determinismo social em que o sujeito tem pouco ou nenhum controle sobre os aspectos sociais, consideramos essa visão importante por trazer à tona o contexto em que os indivíduos estão inseridos e realizam suas escolhas. Questões sobre como o pertencimento a determinadas classes sociais acaba levando a certas escolhas e quais são as conseqüências delas nos indivíduos estão entre aquelas que passam a ganhar espaço nas discussões do campo da orientação profissional.

As abordagens mais atuais, porém, tendem a assumir uma posição menos extremada, compreendendo a escolha profissional como resultado da interação entre as expectativas pessoais e as determinações sociais. Surgem, assim, estudos que objetivam discutir a condição do adolescente no mercado de trabalho que trazem contribuições na compreensão do período de transição pelo qual estão passando. É o que percebemos nessa reflexão de Sarriera e Verdin:

Sem o *status* de aluno e o apoio da escola, sem a influência da família da qual o adolescente tenta se distanciar para construir a sua própria identidade, sem o *status* ainda de trabalhador e do apoio da empresa, o adolescente, se não estiver preparado e devidamente apoiado para adquirir um *status* de cidadão ativo e produtivo, pode se debater em sentimentos de impotência, insegurança, apatia e desorganização. Em consequência dessa situação podem fazer-se presentes o adoecimento, os comportamentos anti-sociais e fuga da realidade (1996, p. 60).

Há por trás dessa reflexão, a nosso ver, um objetivo ou pelo menos uma preocupação em preparar os adolescentes, ou, como preferimos dizer, os jovens, para conseguirem enfrentar as transformações do mundo do trabalho refletidas na diminuição das oportunidades de inserção, no aumento do desemprego e em ofertas de postos de trabalho dentro de uma lógica de precarização.

Observamos, então, uma série de estudos e pesquisas que são desenvolvidas no intuito de obter o maior número de informações possível sobre como esses contextos de intensas e rápidas transformações se organizam e afetam os indivíduos e, a partir daí, se criarem estratégias de orientação voltadas para a inserção mais efetiva dos jovens.

A constatação da realidade acima exposta se deu através de contato com um grupo de pesquisa em psicologia comunitária na PUCRS que estuda as questões relativas à escolha profissional, orientação e inserção de jovens no mercado de trabalho. Eles afirmam que o objetivo principal do grupo seria, nas palavras do seu coordenador:

[...] preparar os jovens para sua saudável inserção social e no mercado de trabalho, conscientes das dificuldades cada vez maiores que vão ter que enfrentar, fortalecendo suas capacidades, desenvolvendo habilidades e construindo um conhecimento crítico da realidade e dos seus direitos e deveres como cidadão trabalhador (SARRIERA, 1998, p. 80).

Entre algumas de suas pesquisas, algumas inclusive já abordadas ao longo deste capítulo, estão estudos sobre os aspectos psicossociais do desemprego (SARRIERA, 1993); sobre o papel da escola na preparação para a inserção laboral de jovens (SARRIERA et al, 1994), sobre aspectos sóciocognitivos relativos às percepções dos jovens do papel da escola, família e deles mesmos face a sua inserção no mercado de trabalho (SARRIERA E VERDIN, 1996); outros trabalhos mais recentes se concentram na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de um programa de inserção ocupacional para jovens desempregados (SARRIERA, CÂMARA e BERLIM, 2000); e também há, inclusive, estudos sobre a ótica dos empregadores no que diz respeito aos aspectos psicossociais e legais que são considerados no momento de contratar os jovens, tentando traçar um perfil profissiográfico a partir da

expectativas dos empresários sobre a empregabilidade dos jovens (CÂMARA, SARRIERA e PIZZINATO, 2004).

Um outro grupo com trabalhos bem interessantes nessa área é o Laboratório de Informação e Orientação Profissional (LIOP) que é um projeto de extensão do Departamento de Psicologia da UFSC. Além de diversos trabalhos oferecidos à comunidade, existem várias publicações da professora Dulce Helena Penna Soares e artigos disponibilizadas no site do laboratório (<http://www.ufsc.br/~liop/>) sob sua coordenação. Encontramos, principalmente, artigos teóricos sobre as abordagens em orientação profissional e a atuação do orientador; sobre a escolha profissional, sua importância na vida dos jovens e fatores que a influenciam, como a cultura e a família; sobre as profissões, principalmente, vinculadas à universidade; e sobre o mercado de trabalho, trazendo críticas à sobrecarga de trabalho, à concorrência e às novas exigências feitas ao trabalhador, destacando a importância da qualidade de vida no trabalho, as consequências negativas do desemprego, entre outros.

Acreditamos que esses estudos têm trazido à tona questões interessantes e relevantes para que a psicologia possa estar cada vez mais aprimorando o seu campo de atuação em orientação profissional e avançando na compreensão dos processos de inserção laboral dos jovens.

A preocupação com a integração dos jovens ao mundo social e laboral é extremamente atual. Entretanto, temos que ficar atentos para alguns riscos que podemos estar correndo ao tentar resolver essa problemática em curto prazo.

É também louvável o esforço para desenvolver novas técnicas de orientação que facilitem esse processo de inserção do jovem no mercado de trabalho, mas não deve ser a qualquer custo. O problema está na questão de que como, aparentemente, há uma percepção e informação sobre as dificuldades e problemas existentes, mas talvez não uma reflexão crítica sobre elas, corre-se o risco de estar numa busca ou tentativa, por vezes urgente, de encontrar recursos que procurem adaptar, ou melhor, adequar os jovens às demandas do mercado de trabalho e, conseqüentemente, à lógica do capital. Quando nos referimos a não haver uma reflexão crítica, estamos nos referindo ao fato de que, a nosso ver, não há uma intenção última de transformação da realidade posta, mas um esforço em fazer com que os jovens conheçam essa realidade, informem-se sobre seus direitos e tentem encontrar formas de melhor se adaptarem à situação. Essa constatação é relevante, mas não toca no ponto que vimos abordando desde o princípio: no de que a juventude tem sido uma das grandes vítimas das transformações do mundo do trabalho.

O próprio Sarriera pondera que as abordagens de orientação profissional vieram evoluindo em uma rapidez tal que se tem “[...] a sensação de um processo psicossocial que atropela os ritmos de implantação, desenvolvimento e amadurecimento dessas referidas abordagens” (1998, p.75). O que implicaria na necessidade de um esforço ainda maior dos psicólogos sociais que pretendem trabalhar com os jovens em busca de inserção no sentido de criar espaços para a reflexão crítica sobre sua atuação.

Talvez na ânsia de dar respostas a uma questão tão séria e que afeta de forma perversa os jovens, estejamos-nos concentrando tanto na busca do maior número de informações sobre o funcionamento da lógica do mercado para tentar garantir a inserção dos jovens que podemos estar deixando de lado algo que é tão precioso para uma Psicologia Social Crítica: a transformação da realidade.

Na perspectiva que trabalhamos e buscamos construir, não negamos as exigências concretas advindas das transformações do mundo do trabalho tão bem desenhadas por Antunes (1998; 2003). O foco, entretanto, se modifica. Procuramos compreender e refletir sobre os novos espaços que estão sendo apropriados e ocupados pelos sujeitos e que novos significados estão sendo gerados a partir desse contexto social e histórico concreto.

Buscamos ir de encontro ao que Lane (1987) caracteriza como alienação, que significa ter como natural um fato social. Portanto, não encaramos a nova configuração do mundo do trabalho dentro de uma perspectiva naturalizante ou como a única verdade a ser seguida. Acreditamos que essa forma de pensar leva a posturas conformistas e passivas e a sentimentos de impotência frente à mudança da realidade. Temos o desafio de construir um saber comprometido e crítico que possibilite a participação ativa dos sujeitos na construção e transformação de sua realidade.

Continuando com o objetivo de apresentar algumas discussões do meio acadêmico sobre as possíveis soluções apontadas no que concerne às questões da inserção laboral dos jovens, trazemos agora propostas de alguns teóricos que buscam contribuir na fundamentação e elaboração de políticas públicas nesse campo.

4.4 Algumas propostas para a problemática da inserção laboral dos jovens

É inegável que, no Brasil, vivemos em uma estrutura socioeconômica por muitos denominada de excludente – que preferimos denominar de desafiliação, tomando por referência o que coloca Castel (1997), já que se coaduna com as idéias que vimos

desenvolvendo até agora sobre as formas de inserção – e que está longe de resolver seus problemas sociais mais básicos. Entretanto, diante dessa demanda tão crescente de inserção, que alternativas podem ser viáveis?

Muitos vislumbram o trabalho como opção. Singer (2005), no entanto, alerta que os altos índices de desemprego e a precarização estão abalando, nos indivíduos, a possibilidade de inclusão pelo trabalho. Quando percebemos que são os jovens que encontram ainda mais dificuldades e apresentam uma demanda muito forte nesse campo, começam a ganhar relevo questionamentos sobre os próprios rumos da sociedade. E então surgem as tentativas de solução para essa problemática.

Há uma insistência muito forte, principalmente por parte do governo, em afirmar a importância da criação de empregos formais como solução para essa crise do trabalho. Esse ponto tem estado na pauta de grande parte dos discursos eleitorais e nas promessas dos candidatos, muitas vezes feitas de forma não tão bem fundamentadas, tal como temos visto nas últimas campanhas tanto para a ocupação de cargos executivos como legislativos no Brasil. No caso de ações voltadas para geração de oportunidades de trabalho aos jovens, o foco se encontra em projetos que visam à inserção no primeiro emprego que fazem parte, por exemplo, do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) implementado por Lei, em 2003, pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). Este é uma iniciativa bem estruturada e que atende um número considerável de jovens. Uma dessas ações é o Programa Jovem Aprendiz que une ensino formal com curso técnico. Ele possibilita que jovens de 14 a 24 anos possam aprender uma profissão e que empresas de médio e grande portes cumpram com a cota de aprendizes estabelecida entre 5% a 15% de seu quadro de pessoal. O jovem recebe formação que pode variar de seis a 24 meses e tem carteira profissional assinada. Tem como objetivo a qualificação sócio-profissional e inserção desses jovens no mercado formal de trabalho. Cabe ressaltar que muitas empresas não o vêem como um ganho e somente o cumprem por ser uma obrigação por Lei.

Com esses projetos, há um incentivo, a nosso ver, louvável à formação e à aquisição de experiência. Observamos, entretanto, que essa postura se fundamenta numa tentativa de resgatar o ideal de uma realidade de bem-estar social nos moldes do pleno emprego. Contudo, como vimos apresentando ao longo deste estudo, esse pensamento parece desconectado das tendências atuais do mercado que apontam para uma crise evidente dessa modalidade de trabalho. Inclusive vai de encontro às políticas neoliberais que visam reduzir o papel do Estado no controle das relações de mercado. Consideramos extremamente relevante a ação do Estado nessa direção, que deve sempre estar presente como uma das opções, mas

ainda não dá conta da grande e, principalmente, heterogênea demanda juvenil que estamos até aqui apresentando.

Há ainda a ação “Jovem Empreendedor” que procura criar oportunidades de ocupação e renda para jovens de baixa renda através de financiamento. É o que o MTE denomina de auto-emprego. No entanto, ainda tem o limite de não proporcionar um acompanhamento ou suporte para que o negócio criado possa prosperar. A responsabilidade continua no indivíduo.

Indo de encontro a essas posições de inserção imediatas dos jovens no mercado de trabalho, estão autores que defendem que se deve adiar ao máximo essa inserção. Pochmann (2004), por exemplo, volta ao passado para fundamentar sua posição dizendo que:

[...] foi com a conscientização social e o estabelecimento de legislação apropriada que se tornou possível reduzir, posteriormente, a presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. [...] o Brasil avançou, oferecendo lentamente ao longo do tempo educação pública, alimentação escolar e garantia de renda às famílias pauperizadas, como condição de libertação da ocupação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho (p. 230).

Ele se coloca inteiramente a favor da viabilização de condições para a inserção o mais tardia possível para os jovens, ou seja, da criação de mecanismos financiadores do que ele denomina de inatividade juvenil. Ele também usa como argumento que a expectativa de vida está aumentando cada vez mais e, nesse sentido, prescinde-se da presença dos jovens no mercado de trabalho.

Branco (2005) vai nessa mesma direção quando pensa em uma solução no plano imediato. Ele acredita que caberiam políticas públicas voltadas para o desestímulo ao ingresso juvenil na PEA, retardando-se ao máximo o contato desse contingente com o trabalho, mas dando suporte à sobrevivência da família. Entretanto, o autor complementa que não se estaria levando em consideração a busca da ocupação como uma opção que se coloca fortemente entre os jovens de hoje e caracteriza a sua condição. Seja porque as próprias famílias não poderiam prescindir dos acréscimos de renda provenientes das atividades produtivas desses indivíduos, seja por razões de afirmação de sua própria autonomia, os jovens estariam optando por conquistar espaços no mercado de trabalho.

Deve-se observar esse tipo de proposta com cautela, pois, se ela se resume a um adiamento apenas, poderá trazer conseqüências às gerações futuras parecidas com a que estamos vivenciando com os nossos jovens depois de retardar a inserção das crianças e

adolescentes. Estratégias imediatas devem ser traçadas, mas não isoladamente para que não se restrinjam a mascarar a situação.

Propor soluções isoladas deixa-nos limitados. Não acreditamos ser suficiente apenas o adiamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, promovendo a elevação de escolaridade através da conclusão dos ciclos regulares de formação e de qualificação por meio de ensino profissionalizante, tampouco uma insistência em inserir os jovens no mercado de trabalho, principalmente, formal.

Pensamos de forma congruente a autores como Abramo (2005) e Branco (2005) que propõem uma combinação escolarização/inserção, mas considerando alguns parâmetros. No caso de incluir o trabalho na vida do jovem, a jornada de trabalho deve ser flexibilizada, não no sentido de ratificar o modelo vigente, mas na intenção de ser uma atividade adaptável às demandas desses indivíduos, pois, já que eles precisam qualificar-se e formar-se, essa jornada de trabalho deve ser reduzida e ter um caráter de experiência e formação; deve haver uma rigorosa fiscalização e controle nos ambientes de trabalho que os tiverem em seu quadro de funcionários; e, principalmente, construir meios mais efetivos de apoio e acompanhamento desses jovens na construção de suas trajetórias nas esferas do trabalho e educação. É importante, sempre que possível, tentar conciliar tais responsabilidades, até então novas para os jovens, com outras práticas ligadas à cultura, ao esporte, ao lazer que se referem ao aproveitamento da vida e à alegria de viver tão citadas por eles como um dos melhores aspectos dessa condição, além de incluir um leque variado de práticas de participação social cujo engajamento ocorre justamente nessa etapa da vida.

Acreditamos ser necessária a pluralidade de ações, sejam do governo ou da sociedade civil, que permitam oferecer uma maior variedade de opções para os jovens, as quais, além de atenderem as demandas e tendências do mercado laboral, considerem os interesses e os novos e heterogêneos significados que assume o trabalho para esses indivíduos no contexto contemporâneo.

Para finalizar este capítulo, deixamos como reflexão para o futuro dos jovens o que Costa (2004) aponta como sendo duas saídas, vislumbradas por ele, para a juventude: uma delas seria que eles continuassem a perpetuar um modo de vida, que a ele parece pobre, por estreitar os horizontes da ação humana em uma só direção, qual seja, a do sucesso econômico, do cuidado obsessivo com o próprio prazer e da indiferença em relação ao mundo; ou uma outra saída que seria voltar-se para o outro, construir uma sociedade da qual todos tenham direito ao mínimo necessário à satisfação das necessidades elementares, para

que, então, possamos ser, de fato, livres para criar tantas formas de sermos felizes quantas possamos imaginar.

Cabe decidirmos o que queremos construir e pautarmos nossas ações nessa direção. E enquanto psicólogos sociais do trabalho continuarmos no nosso papel de facilitadores de uma reflexão crítica sobre os fenômenos laborais que envolvem não somente os jovens, mas todos os indivíduos.

5. DEFINIÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA

Este é um espaço no qual nos deteremos na exposição do método escolhido para o desenvolvimento da pesquisa “O Processo de Inserção Laboral: uma Visão Psicossocial a partir da vivência de Jovens da Periferia da Cidade de Fortaleza”.

Temos, em primeiro lugar, a clareza de que ela é uma pesquisa eminentemente psicossocial e isto traz algumas considerações e pressupostos com relação à nossa forma de compreensão do fenômeno pesquisado, que, aqui, terá como norte as idéias de Minayo (1994).

Seguindo essa perspectiva, o papel do pesquisador implica aceitar alguns critérios, como, por exemplo, o de historicidade, pois o objeto das ciências sociais – o homem –, apesar de ser tratado por cada uma de forma particular, é histórico. Isto é, os indivíduos, bem como os grupos e sociedades existem num contexto determinado cuja configuração presente é marcada por um passado e projetada num futuro, num processo constante de construção e transformação. Nesse sentido, as questões sociais e o conhecimento produzido a partir delas são marcados pela provisoriedade, dinamismo e especificidade. Além disso, esse sujeito tem consciência histórica, pois suas ações e construções são repletas de significado e intencionalidade perpassados pelas estruturas sociais de seu tempo.

O pesquisador assume uma postura de humildade frente ao conhecimento, pois tem a consciência de que ele é aproximado e construído. Outro fator importante é que existe uma identidade entre sujeito e objeto nas ciências sociais, uma vez que ambos têm a mesma natureza e, portanto, o pesquisador também faz parte de sua observação. No caso, a relação seria melhor definida entre dois sujeitos.

Outro critério a ser assumido se refere ao caráter ideológico do conhecimento produzido, tendo em vista que as ciências sociais veiculam visões de mundo e interesses historicamente construídos. O pesquisador é ciente de que não se pode ter uma neutralidade frente aos fenômenos estudados e tem o papel de deixar claro sob que perspectiva está trabalhando.

Ainda tendo como referência Minayo (1994), acreditamos que o objeto das ciências sociais é prioritariamente qualitativo. Nosso estudo, portanto, adota, como opção epistemológica, uma perspectiva qualitativa de pesquisa e, portanto, de produção de conhecimento. Temos, então, como princípios, apoiados no que nos traz Rey (2002), a crença de que o conhecimento é uma produção construtiva e interativa que acontece numa realidade

plurideterminada e a compreensão de que a singularidade se configura como um nível legítimo de produção de conhecimento.

A pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Nesse sentido, configura-se como um espaço de aprofundamento das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis (MINAYO, 1994).

A razão desta escolha está para além de um embate entre os métodos quantitativo e qualitativo e indica, antes de tudo, uma opção epistemológica, teórica e ideológica. Muitas vezes, costuma-se também referir-se ao primeiro método como mais objetivo e, por conseqüência, mais científico que o segundo. Discordamos desta forma de pensar e contribuindo, nesse sentido, utilizamos o pensamento de Beltrán (1994) que diz que método quantitativo e empirismo não são a mesma coisa. Ele afirma que, de fato, o método quantitativo é sempre empírico, mas não é certo o contrário, pois empírica é também a investigação qualitativa, na medida em que não é puramente especulativa, senão que faz referência a determinados fatos.

A diferença entre quantitativo e qualitativo está na forma de abordar a realidade. Eles não se opõem, mas se complementam. Nessa perspectiva, Alonso (1995) ressalta que devemos considerar que as aproximações metodológicas quantitativas e qualitativas operam e se desenvolvem em níveis diferentes da informação e comunicação interpessoal, levando-nos a assumir uma postura não valorativa diante desses dois métodos.

A partir dessa discussão, passamos agora a pensar no objeto que pretendemos estudar. Acreditamos que ele deve estar definido e delimitado, já que é o referencial fundamental que determina todo o resto da investigação. É importante, no entanto, ter em mente que, antes de se tornar um problema a ser investigado cientificamente, o fenômeno deve se apresentar como um problema da vida prática. No estudo que pretendemos realizar, a problemática está no processo de inserção laboral dos jovens, que, a partir do que discutimos nos capítulos anteriores, se apresenta como uma questão complexa diante das transformações do mundo do trabalho. Estas têm trazido, muitas vezes, repercussões negativas para a vida desses indivíduos, fazendo com que o processo de inserção laboral esteja como um dos pontos de preocupação mais importantes nas pautas de criação de políticas públicas e nos anseios na sociedade como um todo em relação ao futuro dos jovens.

Mais especificamente, queremos estudar o processo de inserção laboral de jovens a partir de suas vivências, ou seja, queremos saber como os jovens estão vivenciando o seu processo de inserção laboral na cidade de Fortaleza.

Estamos compreendendo o termo vivência através de uma aproximação deste conceito na Gestalt-Terapia a partir de autores como Perls (1977), Ribeiro (1994), Polster e Polster (2001).

Segundo esses autores, as vivências são elementos básicos da vida. Elas constituem a totalidade daquilo que um sujeito experimenta num determinado momento do tempo, como, por exemplo, sensações, sentimentos e pensamentos. Para Dilthey, que tem influência no pensamento desses autores e é citado por todos eles, a vivência é a própria vida. Dentro de uma compreensão “gestáltica”, ela é a forma específica que cada indivíduo tem de viver.

A vivência implica um foco na experimentação do presente, o que não significa dizer que há uma negação do passado e do futuro, mas uma atualização, pois lembranças e projeções fazem parte da vivência, são vivenciados no aqui e agora, dentro de uma compreensão de “presentificação”.

Quando se fala em vivência se está referindo a uma forma de ser no mundo sempre em contato com a realidade como um todo: biológica, psíquica, social e espiritual. Sua constituição implica uma presença no “aqui-agora”, ou seja, a existência de um tempo, um espaço e um corpo. Portanto, a idéia de vivência de um sujeito está no agir e experienciar desse indivíduo em um campo específico.

A possibilidade de compreensão da realidade pelos indivíduos, segundo esses autores, se dá a partir de suas vivências. E vão além dizendo que a própria realidade se confunde com a vivência, isto é, o que é real é vivenciado e o que é vivenciado é realidade. Ou seja, a realidade existe a partir do sujeito que a vivencia, a apreende e que, portanto, tem consciência dela e lhe dá significado.

Dentro de um contexto global comum – que remete à idéia de “fundo” em Gestalt – e na singularidade de suas vivências, os indivíduos co-experimentam valores, objetivos, expressões, significados, crenças e, assim atuando, co-participam da criação ou construção desse “todo” a que pertencem e que lhes pertence também.

Tivemos contato com idéias da autora Leny Sato que lança mão dessa categoria quando fala da noção de vivência dos trabalhadores. Ela trabalha com temáticas importantes para o campo do trabalho, entretanto, não encontramos um texto em que ela se detivesse na configuração dessa noção de vivência em termos teóricos. Contudo, a própria autora, em contato por e-mail (anexo 2), nos definiu como ela a compreende: a vivência se vincula à experiência direta de um indivíduo numa dada situação, algo que não pode ser mediado por outra pessoa ou coisa. Diz ainda que dessa experiência direta é possível construir

conhecimentos e sentidos singulares. Acreditamos que essa noção se aproxima da nossa e nos dá mais confiança em seguir com essa categoria.

Um dado importante e que nos guia no esclarecimento do método desta pesquisa está no fato de que a vivência é captada através de sua descrição, através da qual o sujeito entra em contato com ela e dela se apropria ou, em outras palavras, toma consciência e reflete sobre ela. Ou seja, podemos compreender a vivência de um indivíduo a partir da descrição que ele faz da realidade em que está inserido e da forma como ele a vive. É nesse foco no “como” está sendo o processo de inserção laboral que trabalharemos diante dos sujeitos pesquisados.

Acreditamos que a escolha do método de investigação deva ser feita em consideração ao objeto de estudo, ou seja, ele é quem deve determinar o método mais adequado para a sua análise. Buscaremos clarificar como vamos abordar a questão que queremos investigar, ou seja, os parâmetros que escolhemos para nos guiar na produção de conhecimento acerca desse objeto.

É importante ressaltar que compreendemos que o fenômeno escolhido é plurideterminado e comporta uma série de dicotomias que fazem parte de sua constituição, como determinação x autonomia, indivíduo x social, racional x emocional, entre outras.

A Psicologia Sócio-Histórica, com a qual nos orientamos e que se apresenta de forma congruente com os pressupostos da pesquisa social, tem como base a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e procura desde sua criação superar essas dicotomias (BOCK, 2002).

Essa opção nos faz compreender o homem como um ser ativo que é senhor de seu destino e, por isso, transformador de sua realidade; é social, pois se constitui nas relações sociais, e histórico, estando inserido numa realidade que é transformada e construída por ele através do trabalho.

O fenômeno psicológico, assim, não pertence à natureza humana, não é preexistente ao homem, mas reflete a condição social, cultural e mesmo econômica em que vivem os indivíduos e na qual eles agem ativamente. A compreensão da subjetividade passa pela idéia de que ela é uma construção dada através da ação do homem na natureza e a resposta desta atuando também no homem num processo de construção e reconstrução. É, portanto, produto da relação com o mundo material e social.

Ao se pensar na subjetividade, estamos nos referindo a uma relação eminentemente de mediação realizada através dos instrumentos criados pelo homem que potencializam suas ações sobre o meio, ultrapassando suas próprias limitações. A própria

linguagem compreendida como instrumento-signo produzido social e historicamente tem um papel fundamental na mediação da subjetividade através da internalização da objetividade (materialidade), permitindo a produção de sentidos pessoais da realidade, além de ser fator de mediação das relações sociais por meio das quais o homem se individualiza e humaniza.

A psicologia Sócio-Histórica se posiciona como uma perspectiva crítica, pois não pensa a realidade social, econômica e cultural como exterior ao homem, mas busca uma compreensão do fenômeno psicológico trazendo a realidade social em que ele se constrói e, ao mesmo tempo, em uma relação dialética, estará contribuindo para a compreensão do mundo social (AGUIAR, 2002; BOCK, 2002).

Assumindo essa postura frente à construção do conhecimento, não podemos fugir da necessidade de tomar a realidade humana em toda sua complexidade e contradição. E é a partir desse ponto que se deve caminhar em direção à reflexão, investigação e compreensão dessa realidade.

O fato de trabalharmos com uma categoria da Gestalt Terapia – vivência – e uma perspectiva Sócio-histórica está na compreensão compartilhada por ambas de que o homem é um ser social, formado nas suas relações, dentro de um contexto historicamente dado. Portanto, acreditamos que elas se complementam e enriquecem a nossa pesquisa, seja através da visão mais global do indivíduo desenvolvida pela primeira, seja pela perspectiva crítica da realidade trazida pela segunda.

Tendo essas questões em mente, procuramos desenvolver o nosso trabalho científico que, como já dissemos anteriormente, objetiva analisar a vivência do processo de inserção laboral de jovens na cidade de Fortaleza.

É, para nós, inegável que uma aproximação a esse processo de inserção laboral a partir da vivência dos jovens em nosso contexto traz grandes contribuições para o saber e a prática psicológica. Buscamos com essa pesquisa dar voz àqueles que estão diretamente experimentando esse processo, pois acreditamos serem fundamentais as suas visões para que propostas mais adaptadas às suas demandas possam ser pensadas.

Inicialmente, o nosso projeto era trabalhar com os jovens na faixa etária de 16 a 24 anos, contemplando os dois sexos, que estivessem participando do projeto “Centro de Emprego e Empreendedorismo” da Secretaria de Trabalho e Emprego - SETE e IDT. Entramos em contato com esse projeto através do NUTRA que, em 2006, realizou um trabalho junto aos jovens do “Centro de Empregos”.

De forma bem resumida, esse projeto se apresenta como um espaço de articulação, integração e promoção das políticas do trabalho e do empreendedorismo, que visa

minimizar o problema do desemprego e assegurar maior efetividade no processo de inclusão social dos trabalhadores no Ceará, principalmente, no que concerne à inclusão produtiva no mercado formal.

Mais especificamente, havíamos escolhido um dos serviços que esse projeto oferece e que se refere a um trabalho de orientação profissional feito com os jovens. Partíamos do pressuposto de que a participação em um projeto como esse implicaria uma mobilização desses sujeitos para uma busca de espaço no mundo do trabalho, ou seja, estariam no que definimos como processo de inserção laboral, o que os enquadrava dentro do foco da pesquisa e, por isso, o interesse por esse grupo nesse contexto. Nesse caso, a participação dessa instituição na pesquisa se dava através de uma intermediação ou possibilidade de contato entre a pesquisadora e os jovens.

Entretanto, ao entrarmos em contato com a realidade, enfrentamos algumas dificuldades. Chegamos a entrevistar 10 jovens no Centro de Empregos da Aldeota. Percebemos, entretanto, que o fato de estar realizando as entrevistas em um momento imediatamente após as oficinas de orientação profissional do SINE ou marcá-las, mesmo que para outro horário, mas utilizando esse espaço, fazia com que os jovens tendessem a manter a mesma linha de raciocínio dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos com eles. Era como se a entrevista estivesse se configurando como mais uma etapa pela qual eles deveriam passar dentro do programa do Centro de Empregos e sendo situada e significada pelos jovens como mais uma estratégia ou oportunidade de busca de emprego. Esse fato acabou nos prejudicando na obtenção das informações que buscávamos e não atendia às demandas da pesquisa que se desenvolvia muito mais no sentido de analisar a vivência do processo de inserção laboral deles.

Sabemos que em um trabalho de pesquisa devemos estar sempre abertos às mudanças que a realidade nos demanda, principalmente, quando temos o pressuposto de que, inegavelmente, ela se configura de forma dinâmica. Deparamos-nos, então, com a necessidade de mudar.

Pudemos constatar também que, quando estabelecemos um contato mais duradouro e de maior confiança, o tipo de envolvimento e de resposta dos entrevistados é muito superior, motivo pelo qual também fizemos a opção de mudar, já que seria complicado manter esse vínculo dentro dos moldes do projeto do SINE/IDT.

A partir dessas constatações, tivemos a idéia de pensar uma alternativa que fosse viável diante do tempo que nos era disponível para a conclusão da dissertação no prazo

exigido. Vislumbramos, então, como possibilidade resgatar o contato com os jovens que haviam sido entrevistados por nós no período da monografia.

Os aspectos que nos deram segurança por optar por esse caminho estavam no vínculo que já existia entre nós e que havia sido estabelecido na época dos trabalhos que realizamos junto à associação comunitária de sua comunidade e, por consequência, na monografia. Já havia, portanto, um conhecimento sobre a disponibilidade que eles tinham em participar de pesquisas e a vivência anterior que foi bastante positiva.

Para o estudo realizado na monografia, foram feitas entrevistas com cinco jovens vinculados a uma associação de moradores de um bairro da periferia de Fortaleza. Este grupo foi obtido por conveniência a partir de uma parceria firmada através de um projeto do NUTRA¹⁰. Dois deles faziam parte da equipe coordenadora da entidade e os outros três eram participantes de um curso profissionalizante vinculado ao programa “Primeiro Emprego” disponibilizado pela associação. Isso mantinha esses potenciais entrevistados dentro do nosso território de interesse da dissertação referente ao processo de inserção laboral.

Quando da realização da monografia, foi agendado um encontro com todos os integrantes do grupo para que fosse apresentado o objetivo deste trabalho e explicar como seria a participação deles. Voluntariamente, todos os indivíduos se dispuseram a ser entrevistados. Tentei esclarecer que não poderia realizar a entrevista com todos (25 jovens), então eles pediram que fosse feita uma oficina ou duas para que, de alguma forma, todos fossem contemplados.

Depois de um breve diagnóstico de necessidades, foram programadas duas oficinas teórico-práticas relacionadas à temática geral da inserção laboral, em que foram realizadas atividades de colagens, apresentação de painéis, *role-play*, exposição teórica e debates com os jovens. A primeira oficina concentrou-se numa discussão sobre os sentidos do trabalho, a noção de emprego e precarização laboral, e a segunda abordou a questão da entrevista no processo de seleção, além de informações sobre currículo e postura profissional.

Esses trabalhos se deram durante o primeiro semestre de 2005. Nessa época, eles tinham entre 18 e 20 anos.

Tivemos, no segundo semestre de 2007, a oportunidade de entrevistar esses mesmos sujeitos e entrar em contato com dois momentos distintos da sua vida e de seu

¹⁰ O Núcleo de Psicologia do Trabalho realiza um projeto intitulado “Inclusão Social dos Usuários dos Programas de Redução de Danos (PRDs) de Fortaleza” vinculado ao SESu-MEC do qual fui estagiária. Esta associação foi uma das beneficiadas no primeiro ano do projeto e um novo contato foi feito para que trabalhássemos com os jovens de um curso profissionalizante que, infelizmente, não pôde ser viabilizado. Nesse sentido, surgiu a minha demanda pelas entrevistas já que o grupo era formado por indivíduos que estavam de acordo com as intenções deste estudo.

processo de inserção laboral. Como essa nova opção não estava prevista na formatação do meu projeto de dissertação, não podemos estar denominando este trabalho de um estudo longitudinal. Alguns cuidados seriam necessários para caracterizarmos uma pesquisa como de fato longitudinal como a existência de um grupo controle e o controle de variáveis, o que não aconteceu. Mas não podemos deixar de pontuar que ele tem características dessa ótica longitudinal, uma vez que entrevistamos esses sujeitos em dois momentos distintos de sua história.

A nosso ver, essa nova opção se mostrava bem significativa para termos uma noção de como esses sujeitos se desenvolveram na sua percepção ou na sua vivência em relação ao mundo do trabalho, já que contávamos com aproximadamente 2 anos e meio de diferença entre as entrevistas. Esse fato ainda deixava esses indivíduos dentro da faixa etária com a qual nos interessávamos em trabalhar, pois eles tinham entre 20 e 22 anos.

É importante ressaltar que essa alteração do grupo não comprometia a proposta enviada ao comitê de ética (anexo 1), uma vez que os parâmetros da pesquisa não foram modificados e que no projeto enviado não havíamos definido um grupo *a priori*. O fundamental para nós era o contato com jovens que estivessem vivenciando o seu processo de inserção laboral e não estudar uma instituição específica. Como dissemos, a escolha do Centro de Empregos do SINE estava muito mais no sentido de posicioná-lo como intermediação ou possibilidade de contato entre a pesquisadora e os jovens.

Nosso passo seguinte foi entrar em contato com a associação comunitária no intuito de localizar os cinco jovens. Tivemos a sorte de saber que todos ainda residiam na comunidade e poderiam ser facilmente contatados por telefone ou pessoalmente. Foi o que fizemos. Entramos em contato com eles, explicamos como era a pesquisa e perguntamos se eles gostariam de dar essa contribuição novamente. Todos aceitaram participar das entrevistas. Algumas foram realizadas no espaço da associação e outras nas próprias casas dos jovens.

Neste trabalho, portanto, a investigação foi toda feita através de entrevistas. Esta técnica bastante usada nas ciências humanas pode ser definida como:

Um *processo comunicativo* pelo qual um pesquisador extrai uma informação de uma pessoa [...] uma conversação entre duas pessoas, o entrevistador e o informante, dirigida e registrada pelo entrevistador com o propósito de favorecer a produção de um discurso *conversacional, contínuo e com uma certa linha argumentativa* do entrevistado sobre um tema definido no marco de uma investigação (ALONSO, 1995).

Através dela, buscamos fazer com que os sujeitos da pesquisa focalizassem a descrição do seu processo de inserção laboral, ou seja, nos relatassem como ele estava sendo.

Mais especificamente, estávamos utilizando como instrumento de coleta de dados a entrevista aberta semi-dirigida. É importante compreendê-la como um sistema comunicativo no qual se reforça a importância da linguagem e do significado da fala e que se retroalimenta. Assim como um sistema aberto, não pode ser entendida como a soma de suas partes, mas como uma circularidade interacional entre o entrevistador e o entrevistado.

Ao utilizar esse instrumento, reforçamos a idéia de conceber os indivíduos como sujeitos de sua história, indivíduos atuantes e construtores do sentido de sua experiência. Tendo a capacidade de se apropriarem de seu contexto e dar-lhe significado, fazem com que o papel do entrevistador seja o de tentar conhecer os sentidos e a vivência destes sujeitos, a partir dos próprios termos utilizados por eles e da forma como eles compreendem o seu mundo e seus atos.

Segundo Alonso, a entrevista aberta se mostra um instrumento útil para “obter informações de caráter *pragmático*, quer dizer, de como os sujeitos diversos atuam e reconstruem o sistema de representações sociais em suas práticas individuais” (1995, p. 226). Essa compreensão de entrevista também reforça a busca da noção de vivência que adotamos neste trabalho.

Neste tipo de entrevista, existe um guia temático que remete aos objetivos do estudo, mas que vão seguindo uma lógica determinada de acordo com a relação que estabelecemos com o indivíduo entrevistado. A interação verbal, do ponto de vista do entrevistador, acontece de duas formas: as consígnas e os comentários. As primeiras são instruções que determinam o tema do discurso do entrevistado e o segundo são explicações, observações, ou perguntas exploratórias (ALONSO, 1995). Neste caso, reforça-se não um papel passivo do entrevistador, como alguns possam pensar, mas uma atividade. Este lugar ativo, entretanto, não implica que o entrevistado perca a fala livre.

O material das entrevistas foi gravado com o consentimento dos participantes e transcrito. As informações dadas foram bastante ricas e nos possibilitavam trabalhar com uma gama bem vasta de conteúdos. Esse fato nos deixou tranquilos para seguir em frente com a análise.

Ainda como no projeto, submetemos o material a uma análise de conteúdo. Esta pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por

procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2000, p.42).

Esse é um tipo de análise que surge nas ciências sociais diante da vasta utilização de informações eminentemente qualitativas em suas pesquisas e da necessidade de uma sistematização e objetivação desses conteúdos comunicativos diversos.

De forma geral, os passos a serem seguidos para a realização desse tipo de análise são os seguintes: há um primeiro momento de formulação de pressupostos e definição de objetivos, de onde se segue na construção do *corpus* da pesquisa; realiza-se uma leitura flutuante deste *corpus* para definição do seu recorte em unidades e estruturação da forma de sistematização e codificação dos dados obtidos, e chega-se a um momento importante da análise de conteúdo, que é o estabelecimento das regras de categorização.

Esse processo de categorização ou estabelecimento de categorias pode ser de natureza sintática, semântica, ou pragmática. Os métodos centrados no nível semântico são os mais clássicos da análise de conteúdo, bastante utilizados no campo psicológico, e giram em torno da análise temática por meio de esquemas categoriais.

Neste procedimento, são enfocados os significados do texto, os sentidos e intencionalidades dos produtores do discurso, relacionando-os sempre ao contexto em que se inserem, como nos dizem Navarro y Díaz (1995) que o texto:

Vem, pois acompanhado por certa informação adicional, de caráter extra textual, que resultará vital para seu ulterior exame. Trata-se de informação acerca dos autores, o contexto de produção [...] que vão lhe permitir não só estabelecer conexões teóricas importantes, senão também organizar o próprio processo de análise (p. 192).

Isto indica que, ao focalizarmos na descrição dos conteúdos dos sujeitos, assumimos uma postura que vai além de uma leitura literal, pois o papel do analista de conteúdo, em um caráter semântico, não deve ser apenas de um receptor qualquer, mas que deve estar atento às relações entre as informações e o seu contexto de produção.

Na análise de conteúdo, o pesquisador deve centrar-se nos temas que surgem no discurso dos entrevistados, levando-se em conta a direção (positiva, negativa ou neutra) e a intensidade (mais ou menos pronunciada) em que eles aparecem.

Nesse momento em que haverá uma exploração do material, chega-se à última etapa da análise, representada pelo processo de inferência e interpretação dos dados, feita a partir de uma leitura crítica fundamentada, em nosso caso, no saber psicológico e no que isso

guarda relevância ao que denominamos de vivência.

Essa análise de conteúdo mais crítica que coloca o sujeito em evidência é defendida por autores como Minayo (1994) e Rey (2002). Para eles, o produto final da análise de uma pesquisa deve ser sempre tomado de forma provisória e como uma aproximação. Portanto, nos colocamos sempre abertos à possibilidade de superação futura dos conhecimentos que produzimos.

Diante do exposto, optamos por realizar uma análise de conteúdo de corte semântico, uma vez que acreditamos que esta escolha contribuiu para os propósitos de compreender como estão acontecendo os processos de inserção laboral desses jovens a partir de suas vivências de uma forma contextualizada.

6. COMPREENDENDO A VIVÊNCIA DOS JOVENS E SEU PROCESSO DE INSERÇÃO LABORAL

Neste capítulo, buscaremos trazer as vivências dos jovens com relação aos seus processos de inserção laboral. Aqui as suas falas ganham lugar de relevo e são as bases sobre as quais tecemos algumas análises.

Como já explicitamos no capítulo anterior, foram realizadas entrevistas com cinco jovens de uma associação comunitária da cidade de Fortaleza. Vamos fazer referência a eles durante esta análise de conteúdo utilizando as seguintes siglas: LM (sexo feminino, 22 anos); D (sexo feminino, 20 anos); J (sexo masculino, 22 anos); L (sexo feminino, 22 anos); C (sexo feminino, 20 anos).

Os conteúdos colhidos nas entrevistas e que consideramos relevantes para compreender a vivência do processo de inserção laboral desses jovens foram agrupados por nós em quatro categorias. É importante destacar que essa subdivisão é didática, pois, como poderá ser observado ao longo da análise que se segue, há uma profunda interseção entre elas. As categorias foram:

- Sentidos atribuídos ao trabalho: essa primeira categoria foi escolhida por nós para explicitar as formas como o trabalho foi referenciado pelos jovens ao longo das entrevistas. Ela representa o ponto de partida, uma base para chegarmos a uma compreensão mais global dos processos de inserção laboral vivenciados por esses jovens, pois acreditamos que é a partir do sentido dado à atividade laboral em suas vidas que eles vão pautar as suas escolhas no mundo do trabalho.

- Vivências na relação com o trabalho: buscamos com essa categoria trazer os conteúdos surgidos a partir do contato desses jovens com o trabalho. Encontramos nesse apartado sentimentos em relação ao mercado de trabalho, as formas como eles encaram as dificuldades existentes no contexto em que eles se inserem e as possibilidades que eles vislumbram hoje e buscam numa atividade laboral, por exemplo.

- Trajetórias de inserção: nessa categoria, buscamos trazer os caminhos que estão sendo percorridos por esses jovens no que diz respeito ao mundo do trabalho. Aqui serão abordadas de forma mais direta as suas opções e escolhas, as formas propriamente ditas de inserção que estão sendo vivenciadas por eles no presente.

- O que mudou?: essa última categoria adveio da transformação da realidade que impôs uma nova configuração à pesquisa. Portanto, aqui, encontram-se os conteúdos advindos

de referências às primeiras entrevistas realizadas com esses jovens em 2005. Eles falam como eles estão hoje, fazendo uma comparação com o passado, principalmente, fazendo menção ao que mudou no que concerne à sua relação com o trabalho, à forma como eles o vêem e suas possibilidades.

Novamente ressaltamos que a divisão didática das categorias não significa dizer que elas estejam sendo compreendidas de forma isolada. Essa nossa opção teve por objetivo aclarar ao leitor a organização dos dados e seguir com os critérios da análise de conteúdo semântica.

É importante ressaltar também que, durante toda essa análise, as categorias com as quais estamos trabalhando trazem como foco a vivência desses jovens compreendida por nós a partir das referências da Gestalt-Terapia e da autora Leny Sato citadas no capítulo anterior.

6.1 Sentidos atribuídos ao trabalho

Ao falarem como estava acontecendo o seu contato com o trabalho, os jovens nos davam relatos da forma como eles viam a atividade laboral, quais os sentidos e a importância que eles davam para o trabalho em suas vidas. Acreditamos que essa é uma categoria interessante para iniciarmos essa análise, pois ela dá bases para compreender as opções desses sujeitos frente ao mercado de trabalho e, portanto, as próprias formas de inserção laboral seguidas por eles.

Todos eles iniciam as suas entrevistas ressaltando o quanto hoje o trabalho é importante em suas vidas. Apesar de nem todos considerarem que estão trabalhando atualmente, essa importância aparece com bases em vivências anteriores e nas experiências de seus pares.

Pudemos perceber de forma muito significativa nas falas dos jovens um sentido instrumental dado ao trabalho. Esse fato se mostra em concordância com o que vimos discutindo ao longo dos capítulos anteriores sobre a questão de que atribuir ao trabalho o sentido de emprego é uma característica marcante de nossa sociedade. Isso reflete a função da atividade laboral como um meio de ganhar o dinheiro para ter condições de satisfazer outras necessidades do cotidiano. O trabalho, portanto, é visto como fonte de renda, meio de sobrevivência e sustento.

Para mim o trabalho hoje é importante. Assim, para a nossa sobrevivência. Assim, de você comprar alguma coisa que precise. Tá certo que o dinheiro não traz a felicidade não

para a gente, mas ele já ajuda em uma boa parte, né?! Com o trabalho a gente planeja coisas novas, deseja... por exemplo, eu quero uma coisa diferente, eu quero ter algo eu pretendo ter algo, tá entendendo? E assim com o trabalho, daqui para o futuro com um trabalho mesmo, uma coisa sendo fixa, de carteira assinada eu posso ter mais do que eu já tenha ou do que eu pretenda ter (J).

O trabalho para mim na minha vida é o sustento. O meu sustento, aliás, para mim não é só meu, mas da minha família (D).

Na minha vida, na minha opinião, trabalho é assim muito importante, apesar de nesse momento assim eu não estar trabalhando. Mas pra mim é muito importante, é uma ajuda na renda de casa assim. O que mais eu posso dizer? É o básico, porque é com o trabalho que a gente se sustenta e a gente se mantém, né. É com ele que a gente ganha dinheiro. [...]No momento agora quem tá fazendo essa parte é o meu marido. Ele é que tá dando a renda pra dentro de casa. Ele é quem trabalha. Já que eu não posso, eu num consegui nada, num to podendo trabalhar, é ele que tá trabalhando por mim... por nós (L).

É interessante perceber na fala dessa última entrevistada que a vinculação do sentido do trabalho como um meio de ter renda faz com que ela não reconheça a sua atividade atual de “dona de casa” como um trabalho. Apesar de que em um momento mais adiante em sua entrevista ao falar de sua atividade atual ela tenha reconhecido a sua importância para a família e para dar condições para seu marido trabalhar também.

Agora é isso que eu faço. Eu sou dona de casa, cuido dos meus filhos e ajeito a casa [...]O meu trabalho agora é esse.[...] Assim eu acho que cuidar deles é importante porque, assim, eu convivo mais com a educação deles, eu tenho tempo pra educar melhor. [...] É e tem outra, também se num tivesse isso sendo feito a casa ia virar de pernas pro ar. Se num tivesse ninguém pra ajeitar, isso aqui ia virar uma zona! (risos) por isso que eu acho importante. Porque se num varrer, vai ficar lixo por cima de lixo só acumulado. Num lava nem nada. E a louça? Se num lavar como é que nós vamos almoçar no outro dia? (L).

Podemos observar aqui uma ilustração interessante do que aponta Antunes (2003) sobre a importância de atividades que criam condições indispensáveis para a reprodução do capital, como é o caso dos trabalhos domésticos. Entretanto, segundo o autor, como este não é um trabalho diretamente mercantil, ele acaba sendo menos valorizado e, muitas vezes, nem reconhecido socialmente.

Ainda na atribuição de um sentido instrumental à atividade laboral, o trabalho é situado como um meio para conquistar objetivos na vida, possibilitando fazer planos futuros tanto relacionados ao próprio trabalho como a outras esferas da vida, como estudo, família, lazer, entre outras. Isso é trazido por autores como Matheus (2003) como uma das justificativas dadas pelos jovens para ressaltar a importância do trabalho em suas vidas. Podemos observar esse sentido atribuído ao trabalho na fala desta jovem:

Você trabalha para realizar os seus objetivos. É um objetivo em busca de outros objetivos [...] desde nova eu sempre objectivei trabalhar. [...] Para quê? Esse era o meu objetivo. Trabalhar para que eu pudesse conseguir outras coisas como ingressar em uma faculdade, ter a minha própria casa, conseguir sustentar a minha família, né? Ter alguma coisa que eu quero, né? Suprir as minhas necessidades. Então, esses são os outros objetivos que eu vou conseguir realizar através do trabalho (LM).

É bem interessante observar, na fala que se segue, como o trabalho ganha o sentido de ser uma fonte de conquista da independência tão desejada pelos jovens. É uma forma de integração no mundo adulto, de ter autonomia e poder ter uma vida melhor.

Hoje em dia os jovens querem ser mais independentes. [...] A gente tem que conseguir, assim, um trabalho para a gente ter uma forma de vida, principalmente, onde a gente mora. Porque eu acho que a gente tem que batalhar pela nossa independência, os jovens querem ser independentes demais. Eu quero ser independente. E aí eu trabalho para mim ser independente, ter minhas coisas, não precisar de ninguém, entendeu? Seguir, ter uma vida só minha, não precisar, assim, de ninguém (C).

Aqui vemos que essa vontade de conquista da independência, de um lugar singular na sociedade, também pode estar refletindo o próprio processo de construção de identidade, tão falado na literatura (SARRIERA et al, 2001; FROTA, 2001; BOCK, 2002; BRANCO, 2005), como algo que faz parte da condição juvenil. É um movimento que ilustra o próprio processo de transição para a vida adulta.

Outro conteúdo que nos chamou a atenção e que reforça a opção por um tipo de trabalho pôde ser percebida na fala de um jovem que faz referência ao que seria um trabalho de “vergonha”. Segundo ele, o trabalho reconhecido como uma atividade de verdade ou de “vergonha”, como ele próprio denomina, é aquele que se encaixa nos moldes do emprego que possibilite um mínimo de segurança e possibilidade de planejamento, ou mesmo aquele que possibilite uma boa renda. Ou seja, só o emprego seria considerado um real trabalho.

[...] bicos, essas coisas assim para mim não é trabalho. Essas coisas assim não é um sustento. [...] Então, com certeza se eu tivesse um trabalho de carteira assinada mesmo que seja para ganhar um salário mínimo ou até mais ia ser muito bom. Muita coisa ia melhorar. Porque eu vou começar a comprar minhas coisas, eu vou começar a me sustentar [...] E comprar tudo que eu quiser. [...] Sair, curtir, se divertir com os amigos. E é isso. Com certeza para mim o trabalho traz isso. [...] Ajuda na questão financeira, e sei que o dinheiro não vai trazer felicidade não mas ele já ajuda em uma boa parte. Com certeza. Principalmente, se é um trabalho de vergonha. Ser uma pessoa que ganhe bem. [...] Assim, pode ser qualquer função, qualquer cargo, mas que eu tenha o meu dinheirozinho por mês, por quinzena ou por semana, eu não sei. Para mim eu encaro aquilo como um trabalho. Ou como serviços gerais, ou como limpeza, de telefonista, de qualquer coisa (J).

Dentro dessa lógica, o conteúdo da atividade em si ou o interesse pessoal não é o mais importante. O que realmente importa são os benefícios conquistados por meio do emprego, mas, mesmo nessa condição de exigir menos da atividade e de aceitar um trabalho muito mais pelo que ele pode oferecer em troca, há o reconhecimento de que, ainda assim, hoje, ser um assalariado é difícil. Podemos pensar que aqui há a constatação, já apontada por Bock (2002), de que no mercado não há lugar para todos aqueles que desejam nele inserir-se, é um problema matemático. Como, por exemplo, observamos na fala dessa jovem:

Eu dei reforço escolar para crianças. Eram crianças da primeira até a 6ª ou 7ª série. Era em casa mesmo, não era voluntário. Eles pagavam tipo uma taxa, entendeu? Era até legal no sentido de eu gostar de trabalhar com crianças. Mas aí veio o sentido que eu tinha que buscar, que cair na real, que eu tinha que procurar, encontrar um emprego, entendeu? [...] Por que o jovem hoje em dia não procura assim a questão do trabalho tipo eu quero trabalhar disso, eu vou trabalhar disso. Hoje é mais no sentido assim de ser um assalariado, acho que nesse sentido. Aí hoje em dia é isso que a gente busca, mas também tá difícil (C).

Na fala de outra jovem entrevistada, também nos chamou a atenção a forma como ela percebe uma dupla dimensão presente no processo de trabalho. Observamos claramente que a sua vivência numa atividade laboral traz uma forma de atribuir-lhe sentido que se aproxima da dialética afirmada por Antunes (2004): emancipação x alienação, criação x subordinação, libertação x escravização.

Para mim trabalho é muito gratificante... é também cansativo... é produtivo. Tem seus lados bons e ruins, né. É bom porque você é recompensado. Mas nem sempre você é bem recompensado pelo que você faz. Eu gosto muito de trabalhar. Eu gosto muito do que eu faço, mas eu esperava ganhar bem mais, né?! Eu não estou trabalhando só por interesse, mas eu estou estudando para conseguir coisas melhores. Tentar conseguir um trabalho melhor. Eu acho um saco trabalhar dia de sábado e domingo (D).

Ainda nesse sentido, o trabalho, quando associado a aspectos positivos, ele é referido como possibilitador, por exemplo, de ter uma vida normal, de ter uma boa imagem frente à sociedade, de gerar uma sensação de valorização de si, de ter poder e, inclusive, é apontado como uma sorte nos dias de hoje por uma entrevistada. É o que vemos na seqüência de falas que se seguem:

O que eu queria era poder entrar no mercado de trabalho e ter uma vida assim normal, ter minha casa, casar, ter filhos, né, e aí vai (C).

O trabalho está sendo uma oportunidade de ser a vista melhor que na sociedade. Por que quem não tem trabalho hoje em dia não é nem reconhecido em nossa sociedade [...] Ele te transforma numa pessoa digna (LM).

[...] eu posso te dizer que hoje eu acho o trabalho importante. Se você tiver com dinheiro no bolso, pelo menos 1 real, eu garanto que você tem praticamente a amizade da metade do mundo. E você sem nenhum centavo no bolso... eu to pra ver quem é que quer ser seu amigo. Porque se eu vou curtir com os amigos, eu sento numa mesa vamos tomar um chop, vamos beber alguma coisa, vamos comer alguma coisa, se eu tiver dinheiro no bolso, vai aparecer um milhão de amizades pra mim. Agora eu garanto como se eu num tiver um centavo no bolso ali é que eu vou ver. É por isso assim que o trabalho hoje é importante com certeza na parte da relação financeira, na parte de alimentação, na parte da pessoa ser humilde, ser pobre, mas humilde, pra gente poder ajudar as outras pessoas (J).

E é uma auto-valorização. Porque eu me sinto bem trabalhando [...]Eu me vejo hoje no meu trabalho assim: sendo uma peça fundamental, entendeu? Ajudando as crianças a mudar a realidade delas. Eu tenho consciência de que eu sou fundamental. Eu sou mesmo! (LM).

Trabalho para mim é poder. É você querer e poder ter suas coisas. Se eu não trabalho, e eu quero ter uma coisa eu não posso. Não trabalhar é querer comprar uma roupa para mim, comprar sapato, poder ajudar na minha casa e não poder, entendeu. E eu trabalhando eu posso fazer isso. É difícil é mas eu posso (D).

Trabalhar para mim hoje está sendo uma sorte, porque a sociedade também está precária em questão de trabalho (C).

Percebemos também que o trabalho foi apontado como possibilitador de aprendizado, de crescimento pessoal, de novos relacionamentos e do desenvolvimento da habilidade de relacionar-se bem com os outros. Ou pelo menos observamos que, para eles, essas deveriam ser qualidades presentes nas atividades laborais. Quando essas características estão presentes no trabalho, ele traz satisfação.

É também importante no aprendizado, porque através de um trabalho você aprende muita coisa. Aprende... dependendo do que você faz no seu trabalho você aprende a ver a convivência com outras pessoas aprende várias dessas coisas num trabalho. Ele ajuda a se relacionar com as outras pessoas melhor, eu sinto isso (L).

Trabalho para mim é algo onde você está sempre aprendendo, não só sendo monótono, só tá naquilo, né?! O trabalho que eu queria para mim era um trabalho que todo mundo fosse livre, entendeu. Certo que você sabe que tem que trabalhar por causa da necessidade [...] você gostar de trabalhar é você aprender com aquilo que você está fazendo [...] Eu queria um trabalho onde você pudesse ter a liberdade de conversar, se está tendo um problema você poder falar. Se uma pessoa está tendo dificuldade, você não ir lá e entregar pro seu chefe e detonar aquela pessoa, entendeu. Mas você chegar lá, todo mundo sentar para tentar ajudar aquela pessoa na dificuldade que ela tá tendo. E eu já tive isso lá na associação! (D).

Vemos aqui uma referência ao que é apontado por Sarriera et al (2001) sobre o potencial positivo do trabalho em proporcionar um sentido de vida aos jovens quando ele traz

consigo a possibilidade de aprendizagem e de novos contatos sociais, por exemplo. E à medida que ele proporcionar aos sujeitos um sentido de vida ele também estará viabilizando o processo de construção de identidade. Portanto, na fala desses jovens sobre suas vivências, podemos apreender o que eles esperam de uma atividade laboral adaptada à sua condição e aos seus desejos.

Ainda continuando essa idéia, é bem interessante a fala dessa mesma jovem que relata a sua vivência com relação ao seu atual trabalho comparando-o com o anterior. Ela traz uma crítica ao trabalho mecânico e ressalta a importância de uma atividade laboral que proporcione, de certa forma, crescimento pessoal e seja um espaço de criação e não de repetição.

Era bem mais gostoso (o antigo trabalho) por que eu conhecia tanta gente, [...]Eles dizem: ai eu lembro de ti por que você me ensinou isso, e isso, e isso. E hoje não. Eu sou assim tipo mecânica. Sempre só trabalho nos mesmos cantos, não adquiero novos conhecimentos, só se eu for atrás, não pelo trabalho mas pelos estudos. Antes eu trabalhava e adquiriria novos conhecimentos. Agora não [...] ele é mecânico (o trabalho atual) porque é eu chegar, atender o cliente, vender, limpar, repor e pronto. É só isso. E antes não. Eu chegava, repassava às informações para os alunos e eles me ensinavam também algumas coisas. E os clientes não. Eles só querem saber se a gente atende eles e só. [...]A gente fica tipo uma prisioneira, uma escrava daquele trabalho. Não faz mais nada além daquilo. Só vive aquilo. Num tempinho livre é que você tira para ir atrás de um outro conhecimento (D).

Outra jovem traz em sua entrevista a importância de desenvolver um trabalho que também traga um sentido social, de que seja uma atividade comprometida com as questões sociais e que vai para além de objetivar apenas a esfera financeira.

Logo no começo, quando eu comecei ensinando, falando assim lá pela raiz quando eu comecei a ensinar na minha casa o meu maior objetivo era aquele dinheiro, né?! E eu só me importava se o menino terminava a tarefa toda e pensava no dinheiro que no final do mês eu só quero é isso. Até eu fui percebendo que mais do que isso eu posso fazer. Eu poderia muito mais ajudar, ajudar e ajudar aquela pessoa conseguir desenvolver a sua dificuldade. E logo no começo eu não tinha muito essa visão do social não, sabe. Eu era realmente capitalista mesmo [...] Eu me tornei uma pessoa que acredita que o trabalho serve muito mais que isso (LM).

Percebemos que esses sentidos atribuídos à atividade laboral pelos jovens se mostram congruentes com aqueles mais frequentemente referidos pela pesquisa “Retratos da Juventude Brasileira” discutida anteriormente por nós no capítulo quarto, quais sejam: necessidade, independência, crescimento e auto-valorização.

Pudemos apreender que o caráter dominante que o trabalho ganhou no discurso desses jovens foi o instrumental, que é ilustrado na modalidade de emprego. É interessante

perceber que não houve modificações substanciais em relação ao período das primeiras entrevistas em 2005, as quais também indicaram essa instrumentalidade do trabalho/emprego, além de ter havido algumas falas quanto à importância do trabalho enquanto condição de ser cidadão e de ser útil socialmente.

Esses sentidos vão poder ser percebidos nas falas dos jovens e vão permear o seu discurso durante todo esse trabalho.

6.2 Vivências na relação com o trabalho

Observamos de forma clara nas entrevistas que a vivência desses jovens com relação ao trabalho se mostra como um momento de construção que, frequentemente, traz referência a uma possibilidade de concretização dos seus planos laborais futuros. Como vimos discutindo nos capítulos anteriores, a própria condição juvenil é caracterizada por essa vivência no presente de uma preocupação quanto ao futuro profissional e pela construção da identidade ocupacional ou laboral. Essa referência pode ser percebida na fala dessas jovens e uma delas parece ter bem claros todos os degraus que subiu e os que ainda precisa subir para chegar à realização de seu objetivo:

Eu estou trabalhando, estudando para poder futuramente ter uma coisa melhor (D).

Eu estou trabalhando para construir a minha vida futura. Por exemplo, eu estou na faculdade de pedagogia, eu pretendo terminar essa faculdade e depois cursar a faculdade de artes cênicas. Porque o meu maior desejo de ser professora de teatro, né?! Então [...] assim eu gosto de duas coisas como que eu vou fazer, o que eu vou ser? Eu vou juntar o útil ao agradável. Eu vou ser professora de artes cênicas [...] Eu já comecei e já de início nesse trabalho dando aula de teatro para os meninos do projeto a gente já está até montando um espetáculo né. Então isso vai ser a minha primeira experiência. Vai ser um espetáculo montado totalmente por mim e por eles, né?! [...] então vou insistir nisso de ser professora de artes cênicas. E aí é o que eu estou fazendo agora. Pretendo continuar nesse trabalho (ela trabalha como professora de crianças), né?! Por que é ele que tá me dando condições de investir numa faculdade e de investir futuramente numa faculdade de artes cênicas. Para dar continuidade ao meu objetivo (LM).

Os estudos, o trabalho para se sustentar, o trabalho voluntário como uma forma de ganhar experiência e os próprios estágios representam essa construção presente da identidade ocupacional e é também uma forma de estarem se experimentando enquanto trabalhadores.

Isso vai poder ser melhor abordado no momento seguinte quando falaremos sobre as trajetórias de inserção.

Na maioria das falas deles, percebemos que aqueles que se encontram inseridos em um trabalho no presente demonstram que ele se configura, muitas vezes, como uma atividade passageira, transitória, ou um degrau para chegarem àquele trabalho que esperam para si.

O que eu quero é ser professora de biologia. Porque o telemarketing é tipo uma forma objetiva de entrar naquela área que eu realmente quero ficar, entendeu?! Aí quando eu chegar lá é só tchau telemarketing ©

Agora eu tô no ramo da revelação, mas eu não pretendo continuar lá. Eu pretendo realmente entrar na área técnica ou ser auxiliar administrativo ou ter meu escritório... se eu conseguir passar na faculdade eu quero trabalhar na área do direito no futuro (D).

Entretanto, algumas vezes, essa inserção se dá em trabalhos precarizados, pois, geralmente, são as oportunidades que aparecem para eles e que se mostram como a forma de dar bases para a construção dessa realidade laboral futura que se aproxime mais daquilo que eles desejam para si. E, nesse sentido, essa atividade pode ser vivenciada de forma negativa, como algo que não traz realização.

[...]Na profissão que eu to, eu não encaro isso como um trabalho não. Eu encaro assim como... uma coisa que eu não quero ficar assim, entendeu?! por mais que seja um trabalho, mas eu não encaro como um trabalho. Porque ele é cansativo, é desgastoso, a falta de alimentação que é muito pouca, aí você já depender dos outros, da própria mãe, né. Aí fica chato para mim. [...]Porque por mais que um bailarino seja um trabalho, seja uma profissão, mas cadê assim o ganho, o custo, o que é que eu estou recebendo em troca? Além disso, né? eu não to ganhando quase nada. [...]eu ganho por festa, tem mais é final de semana duas, três festas por noite... [...]não é nem carteira assinada! (J).

O que se observa, todavia, na literatura e nas pesquisas sobre essas inserções precoces ou em trabalhos precários (POCHMANN, 2004; ABRAMO, 2005), é que fica difícil para esses jovens deixarem esse contexto laboral, quando vivemos em uma realidade de extrema concorrência e acabam tendendo a permanecer nessas atividades por não conseguirem melhores oportunidades. Muitas vezes, não podem mais deixar esses trabalhos por dependerem da remuneração conquistada através deles e, portanto, se torna mais difícil abdicar desse lugar, ou seja, arriscar aquilo que conquistaram para tentar novas possibilidades no mercado.

Apesar da tendência a permanecerem nessas atividades em que se inseriram precocemente apontada pelas pesquisas, esteve permeando constantemente a fala dos jovens a questão da importância de trabalhar em atividades que lhes dão prazer. Essa é uma vivência bem significativa de almejar sempre fazer o que gostam, seja qual for o sentido atribuído ao

trabalho e, então, eles afirmam que acreditam que vão conseguir algo melhor e que devem lutar por isso.

Uma das jovens afirma que está no atual trabalho pelo dinheiro que ganha, mas que só isso não a satisfaz, precisa de algo mais para realmente estar bem com aquilo que desempenha e fala que vivenciava isso no seu antigo trabalho:

Eu fiquei assim pensando: ah não é isso que eu quero para mim. Não é ser mandada, ser humilhada que eu quero. Eu quero trabalhar para mim ou então trabalhar para uma pessoa mais humana num setor em que eu trabalhe por prazer, com algo que eu goste e não só por dinheiro. [...] Então para mim era mais prazeroso e proveitoso, né, trabalhar sendo rígido, aprendendo e brincando do que é hoje eu trabalhar num lugar rígido, mas que eu não aprendo nada, entendeu, não brinca nada, as pessoas não lhe compreendem, isso mudou nessa forma (D).

É interessante perceber, na fala dessa outra jovem, como ela foi se descobrindo e se identificando com o que fazia ao longo de suas investidas no mundo laboral. Ela demonstra estar conseguindo fazer o que gosta e isso traz uma vivência de auto-realização e auto-afirmação no que diz respeito à sua identidade de trabalhadora:

Eu comecei a trabalhar com isso aos 14 anos de idade. Eu comecei trabalhando na minha casa como reforço escolar, né. [...] E aí as mães foram gostando e as crianças também. Eu fui vendo que eu tinha uma certa habilidade com aquilo ali. Aí uma tia minha que também percebeu essa habilidade que eu tinha fez contato com uma diretora de uma escola daqui do bairro mesmo. [...] Fui chamada para ser auxiliar de sala. Como eu me adaptei e gostei muito, no ano seguinte eu já passei para ser professora mesmo. [...] E aí veio o desejo de crescer e saber mais sobre a profissão [...] aí fui fazer pedagógico. E aí hoje em dia e eu sou a educadora. Eu me considero educadora né. [...] Eu busquei e hoje eu estou muito feliz com o que eu estou fazendo (LM).

Essa postura de buscar realizar uma atividade laboral de que gosta e que traga prazer é bem característica do jovem. Esse pensamento está de acordo com autores como Abramo (2005) e Branco (2005) que trazem como um fator marcante da condição de ser jovem essa busca pelo prazer, pelo divertir-se com o que faz, dentro de uma busca maior na direção de aproveitar a vida.

Já o que observamos a partir da entrevista com esse outro jovem é diferente. Ele está trabalhando com o que gosta: a dança. Entretanto, ele trabalha de uma forma definida por ele ao longo de sua entrevista e em fragmentos já citados nesse trabalho como algo negativo, não recompensador, pois a remuneração é baixa e oscilante, é cansativo e não se sente reconhecido. Isso faz com que ele queira buscar outro trabalho, mas sempre com o objetivo de não parar de trabalhar com a dança:

É uma grande vontade que eu tenho e eu já falei pra minha mãe. Porque eu pretendo pelo menos assim, como eu to trabalhando na banda no final de semana, trabalhar na semana de segunda a sexta, fazendo qualquer tipo de serviço, ganhando e eu montar uma pequena empresa pra mim trabalhar com dança, né. Que eu sei que vai ser muito bom e eu vou gostar com certeza. Porque vai ser difícil, se eu parar vai ser difícil. Porque eu acho que eu vou sentir falta, vou ficar deprimido. Eu num sei o que é que vai acontecer não se eu parar de dançar! Porque minha mãe sabe que eu to dançando e é uma coisa que eu gosto de fazer, que eu sei fazer (J).

Portanto, é relevante pontuar que não basta que a atividade laboral a ser desenvolvida traga em si o prazer, mas que ela possa aliar este a outros fatores como a uma boa remuneração, no caso especificamente citado por esse entrevistado, ou como ao reconhecimento e às boas condições de trabalho.

Outro conteúdo significativo que aparece na vivência desses sujeitos com relação ao trabalho é a questão de sua condição social surgindo como um fator de influência nos seus processos de inserção laboral.

O acesso à universidade, por exemplo, foi um dos conteúdos trazidos como sendo um ponto em que eles se vêem numa situação desfavorecida por sua condição social. É sabido que a concorrência nas universidades gratuitas é enorme e suas vagas, geralmente, são preenchidas por aqueles que têm condições de pagar por um colégio preparatório particular. E, apesar de haver um grande número de universidades particulares, elas são bem caras para uma grande parcela da população.

Eu me sinto pequenina diante disso, dessa dificuldade. Porque hoje em dia está muito fácil entrar na faculdade, mas na particular. Mas assim na do estado, né não está tão fácil assim. Então é isso que os jovens hoje em dia buscam. Prestar o vestibular para fazer um curso superior, para ter o nível superior, e isso fica difícil pra quem não tem condição de pagar (C).

Também foi trazido por eles o conteúdo da necessidade de sobrevivência que foi dito como algo que está bastante presente na realidade em que se encontram. Essa necessidade de se sustentar desde cedo e se inserir no trabalho que aparecer como a oportunidade de garantir uma renda é, muitas vezes, vivenciada como uma imposição do meio, aparecendo como algo que não é fruto de uma escolha, mas que tem que ser feito. Percebemos um pouco disso na fala desta jovem:

Também porque depois que o meu pai faleceu, ficou ainda pior. Quem realmente cuida da minha casa sou eu [...]Eu fiquei no lugar dele, apesar de ter a minha mãe[...] Está sendo difícil por que tem muita gente assim dependendo de você.[...]Vou tentando com a

ajuda da minha mãe, porque ela também trabalha, mas a responsabilidade maior é minha, como eu já falei. Não tem pra onde correr, não! Mas eu vou tentando conciliar uma coisa com a outra. O trabalho, o estudo, a casa, né, as responsabilidades. Tento conciliar tudo. Eu me sinto uma jovem de responsabilidade. Sem falar que ainda tem os estudos, né. Tem que fazer os três: cuidar da casa, estudar, trabalhar... é difícil (D).

Aqui, fazendo referência ao pensamento de Pochmann (2004), percebemos que o trabalho é visto como uma necessidade e uma das poucas condições de mobilidade social para aqueles que provêm de famílias de baixa renda. Vemos também nesse caso uma ilustração clara do processo de “adultização” definido por Frigotto (2004), confirmando o que se aponta na literatura sobre essa tendência de um amadurecimento precoce dos jovens provenientes de famílias mais pobres, principalmente, no que concerne ao trabalho.

Ainda utilizando a fala dela, podemos perceber que eles se sentem desfavorecidos na concorrência seja por um lugar na universidade ou no mercado. A situação de trabalhar em tempo integral e estudar com o objetivo de uma melhor inserção acaba sendo desleal frente àqueles que têm condições de adiar essa inserção para se dedicarem exclusivamente à formação.

Eu já tinha feito dois anos de pré-vestibular e tinha levado bomba 4 vezes no vestibular, duas na UFC e duas na UECE. Porque é difícil você trabalhar e conciliar o trabalho com os estudos. Porque tem gente que só se mata para estudar de passar e eu não. Eu tinha que me matar para estudar, para trabalhar e tentar passar no vestibular. Então não consegui (D).

Entretanto, entra também a questão de que a forma de trabalho em tempo integral, característica da condição adulta e que é posta como uma necessidade por eles, acaba dificultando bastante a formação e o momento de aprendizagem que também são tão importantes para esses sujeitos enquanto jovens. Acreditamos que é nesse sentido que alguns autores defendem o adiamento da inserção desses indivíduos e outros apóiam inserções adaptadas especificamente para os jovens, ou seja, por tempo parcial e em caráter de formação.

Não defendemos aqui o adiamento da inserção laboral desses sujeitos, pois acreditamos que ela faz parte da vivência de ser jovem hoje. Está presente em suas falas essa vontade de trabalhar e de ver a juventude como o momento propício para investir na construção do trabalho que querem para si, ou mesmo, em nossa compreensão, na construção de suas identidades de trabalhadores.

[...]Je a gente sentiu a necessidade [...]Por que ia ficando mais jovem, sentindo a necessidade de sair, ter suas coisas. Aí eu tive que procurar esse trabalho que eu tô agora (D).

Eu quero planejar isso agora ainda dá tempo enquanto eu to novo, bonito, forte, né. Lindo e maravilhoso, né. Então, eu quero ta com essa boa vontade de trabalhar com qualquer outro tipo de serviço pra mim poder terminhas coisas. E ter o que eu quero, fazer isso. Ter esse salão pra eu não deixar de dançar, ter minha moto, ter tempo também pra namorar, curtir com certeza porque isso faz parte da vida (J).

É importante reforçar que esse trabalho no qual eles buscam se inserir é algo que faz parte da vivência do jovem hoje, como pudemos perceber nas discussões teóricas anteriores. Ele é tido como algo que eles desejam para si, mas, dependendo de como ele se caracteriza, pode, algumas vezes, ser vivenciado como uma realidade que mina a própria sensação de viver a juventude. Podemos mais uma vez dizer que eles buscam um trabalho que possa ser aliado à necessidade de aproveitar a vida, de fazer algo que lhes dê prazer, pois esse é o modo como eles vivenciam a própria juventude. Na entrevista de uma das jovens, podemos observar isso de forma clara quando ela fala na sensação de estar “vegetando”:

Eu até posso dizer que hoje eu vivo vegetando [...]Eu não aproveito a minha juventude hoje porque por mais que eu queira sair eu tô tão cansada, tão cansada que eu vou dormir [...]Eu sei que eu não aproveito a minha vida como jovem, como era para eu aproveitar: sair, se divertir, brincar, entendeu. Eu só faço sempre a mesma coisa. Casa pro trabalho, do trabalho pro colégio de noite, do colégio pra casa... sempre a mesma coisa. E com certeza essa não é a vida que eu quero para mim. Por isso que eu quero trabalhar em outra coisa. Eu não quero trabalhar nem no sábado nem no domingo por que é para eu tirar domingo só para mim se divertir com meus amigos, brincar [...]eu não tenho esse tempo de fazer isso hoje. Por que eu trabalho demais (D).

Para que eles consigam conquistar esse trabalho que almejam, eles enfrentam algumas dificuldades que concernem, principalmente, à falta de experiência, típica dos jovens, e à forte concorrência do mercado.

É interessante perceber que a questão da importância de ter experiência apareceu como um conteúdo muito forte e bem mais presente nas entrevistas realizadas em 2005. Acreditamos que, naquele momento, eles ainda se viam numa condição de não ter experiência alguma ou muito pouca, e ficava bem clara a necessidade de adquiri-la. A experiência era colocada como a única possibilidade de encontrar um lugar no mercado de trabalho. E eles se punham numa contradição, pois lhes era exigido, sempre que buscavam a primeira oportunidade de trabalho, que tivessem experiência, mas como tê-la se não tinham a primeira oportunidade? E o mais complicado era que essa experiência tinha que ser registrada em carteira, segundo eles. A solução encontrada para driblar essa falta de experiência estava na

realização da maior quantidade de cursos possíveis, ou seja, terem uma formação polivalente para poderem aproveitar qualquer oportunidade que surgisse para terem a primeira experiência¹¹.

Uma das jovens entrevistadas já no segundo momento voltou a trazer esse conteúdo da importância da experiência, principalmente, como um fator que dificulta a sua inserção laboral. Ela traz ao longo de sua entrevista a vivência de um sentimento de certa forma de incompetência ou incapacidade de atender às demandas do mercado e de diminuição das expectativas quanto as suas possibilidades. Não podemos deixar de pontuar que essa jovem teve filhos bem cedo e esse fato está diretamente relacionado com esses sentimentos relacionados às suas perspectivas frente ao mundo do trabalho.

Porque é muito concorrido. Devido às entrevistas, essas coisas assim. É muito difícil pra mim entrar no mercado de trabalho. Toda vida que eu ia, eu era barrada nas entrevistas, essas coisas assim. Eu fazia alguma coisa que num tava certo. Ai toda vida era isso. Ai tinha que ter experiência no mercado de trabalho e num tinha, nunca trabalhei de carteira assinada, não tinha experiência. Ai nunca... por isso assim que eu digo que cada vez mais só vai diminuindo as minhas perspectivas por causa disso. [...]Eu pretendia arranjar alguma coisa assim em telemarketing [...] eu até tive a oportunidade de fazer algumas entrevistas, mas não deu certo. Não procurei mais porque eu tinha filho muito novo. Eu tinha pouco tempo. Ai eu não procurei mais emprego eu fiquei só cuidando da casa e dele, né [...]E agora eu podia ter arranjado outro, aí eu engraidei de novo (L).

Já outra entrevistada traz essa questão da experiência em outro sentido: o de se sentir mais preparada, de ter um sentimento de maior confiança para entrar no mercado de trabalho por já acumular alguns cursos em seu currículo:

Tem a facilidade assim de ter mais cursos, por que eu fiz mais cursos tipo de recepcionistas, vendedora lojista, informática, eu fiz outro também de telemarketing. Ai eu me sinto mais capacitada para entrar no mercado de trabalho. Com certeza! (C).

O discurso que outra jovem traz a nosso ver é bem significativo diante dessa dificuldade enfrentada pelos jovens em adquirir experiência. Ela fala que eles têm que se sujeitar ao trabalho que conseguem. Em primeiro lugar, porque são jovens e precisam da experiência e, em segundo lugar, porque, como hoje a concorrência está muito grande, as pessoas aceitam qualquer tipo de trabalho e estão dispostas a trabalhar por baixos salários.

Se você não está a fim, tem milhares que querem fazer aquele seu serviço, por mais que seja para ganhar bem pouquinho. Acaba sendo difícil para gente que é jovem

¹¹ Essa análise sobre a experiência laboral pode se encontrada de forma mais detalhada na monografia: COELHO, R. N. **Juventude e Trabalho: o processo de inserção laboral**. 2005. 76p. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

porque assim [...] você sabe que você tem a capacidade de estar numa coisa melhor do que aquilo, mas você tem que aguardar. [...] tudo que fosse me impor era para eu aceitar, porque... é uma humilhação é, você tem que aceitar. Por que como é seu trabalho de carteira assinada, é a sua abertura para o mercado de trabalho. Por que se você não tiver experiência, o mercado não lhe aceita. Então, eu tinha que aceitar tudo. Hoje todo mundo que é jovem tem que aceitar o sofrimento, a humilhação no mercado que é para poder abrir as portas para novos trabalhos. Por que agora depois que eu sair desse, eu já vou ter a carteira assinada e já vou poder provar que eu já tenho uma experiência num trabalho. Então, eu já vou ser aceita no mercado de trabalho (D).

O mercado se aproveita dessa vulnerabilidade dos jovens e é nesse sentido da necessidade da experiência e de uma primeira oportunidade que dizemos que eles são um dos alvos mais facilmente atingidos pela precarização laboral. Acabam inserindo-se em atividades que não lhes trazem nenhuma satisfação pessoal.

Pudemos perceber que o conteúdo da concorrência como uma das principais dificuldades vivenciadas por eles aparece muito mais nas entrevistas realizadas este ano. Acreditamos que, como alguns deles já trabalharam, já têm alguns cursos e se sentem mais preparados em termos de experiência, surge com mais facilidade a concorrência que eles têm que enfrentar para conseguir um lugar no mercado. Esse é um fato concreto do atual mundo do trabalho: existe um grande contingente de pessoas para poucas oportunidades. Isso acaba inclusive, desconstruindo um pouco do discurso de que, tendo muitos cursos e até mesmo experiência, se tem garantido um lugar no mercado.

Um dos entrevistados fala que a grande quantidade de pessoas que querem se inserir no seu ramo é o fator que o impede de crescer mais. Há pouca oferta e muita procura:

Eu gosto de dançar. É o que eu sei fazer. Mas devido eu levar tanto carão por eu não estar crescendo e eu num sei o que diabos é isso. Também! Porque assim, a concorrência no mundo do forró é muito grande. São muitos bailarinos tanto homens quanto mulheres. Então, a concorrência é muito grande (J).

A solução para tentar driblar essa concorrência ainda se coloca na especialização e na capacitação através da realização de cursos diversos; há um sentimento de confiança de que a formação lhes garantirá uma melhor posição no mercado, como fala uma das jovens:

Tá difícil a concorrência, o jovem tem que ter muita capacitação para poder entrar no mercado de trabalho, tem que fazer curso direto, direto, direto, estudar bem muito para você não sofrer, né, nem ser humilhado quando você entrar no mercado de trabalho... (D).

Outra entrevistada, além de pontuar a questão de que há muita gente para pouco espaço no mercado, fala que existem muitas pessoas bem qualificadas, que na teoria teriam

seu espaço garantido, e que, mesmo assim, não estão conseguindo se inserir. Ou seja, vem a questão do discurso com relação ao “estar preparado” que, a nosso ver, tende a ser falacioso, já que, mesmo havendo a experiência ou a qualificação exigida, não há garantias de um lugar no mercado. Essa exigência por preparo e especialização, frequentemente veiculada pela mídia, acaba ocultando ou camuflando as reais dificuldades, que também são estruturais do processo de inserção laboral. É mais uma vez aqui referenciamos o que aponta Bock (2002) que fala que essas dificuldades advêm de um problema de ordem matemática: muitas pessoas para poucas vagas.

Hoje em dia está complicado porque assim muitas pessoas também buscam essa área não só eu, mas todos aqueles que fizeram curso estão também hoje em dia atrás de trabalho justamente nessa área. Então assim fica difícil. [...]Eu participei da seleção da telemar, da camed, da coelce, da hap vida. [...]não fiquei porque tinham pessoas mais capacitadas ainda. Muitas pessoas tinham até nível superior. Aí são essas pessoas que entram no mercado de trabalho. As pessoas que têm mais conhecimento acabam entrando. E mesmo assim ainda um monte ficou de fora [...]A concorrência demais, entendeu?! (C).

Essa mesma jovem traz uma crítica interessante sobre a questão da qualificação, dizendo que hoje o importante é acumular cursos, não importa em quê. É como se houvesse uma hierarquia: se há uma vaga, primeiro ela é de quem tem ensino superior e depois ela fica pra quem tem uma formação inferior. Às vezes, a vaga nem necessita uma formação superior e pessoas sem essa formação são até mais qualificadas e têm experiência especificamente para aquela vaga e não entram por conta dessa idéia de que quem tem curso superior é sempre melhor preparado. Isso a deixa de certa forma desiludida frente às possibilidades do mercado. Ela diz que não concorda com essa exigência por milhares de cursos, dizendo que não necessariamente eles garantem a inserção.

Eis a questão. Muitas das pessoas que ficaram (numa seleção) que eu conhecia duas só tinham nível superior de pedagogia. Aí o que aconteceu: as pessoas que tinham curso de telemarketing, informática acabou ficando para trás, entendeu. No caso eu fui uma das. [...]Desde esse dia eu fiquei chateada assim no sentido de o mercado de trabalho não visar realmente aquelas pessoas capacitadas. Mas sim aquelas pessoas que têm mais estudo, mais assim capacidade mesmo, mas muitas vezes não é a capacidade certa para que ele trabalho, entendeu (C).

Aqui cabe uma crítica sobre essa exigência do mercado por capacitação. Há a nosso ver uma confusão entre formação específica para uma atividade e grau de ensino. A sensação que temos é que saímos de um parâmetro qualitativo, ou seja, de uma formação direcionada a um trabalho – capacitação - para um quantitativo: “quanto mais melhor”, não importando o objetivo dessa formação. Sabemos que nem todas as atividades laborais exigem

curso universitário para serem realizadas, por exemplo. Mas mesmo assim, dentro da lógica quantitativa do mercado interessada em pessoas polivalentes, o grau de instrução indica superioridade, pois são aqueles que têm mais conhecimento. É reforçada a idéia do acúmulo de competências com um sentido em si mesmo. A acumulação pela acumulação.

É também interessante pontuar que percebemos entre esses jovens uma queixa de que há uma dissociação entre escola e trabalho. Hoje, o que presenciamos são instituições que preparam os alunos para passar no vestibular e entrar em um curso universitário. Os currículos escolares defasados não preparam os alunos para entrarem no mercado, pois este exige habilidades que não são desenvolvidas na escola e acabam sendo buscadas em outros espaços. Daí os jovens entrarem em uma busca do acúmulo infindável de cursos para no mínimo aumentar a sua empregabilidade.

Não somos de acordo nem com esse direcionamento para o vestibular nem mesmo acreditamos que a escola deva assumir a função de preparar os alunos para entrar no mercado de trabalho. A educação está para além dos objetivos do mercado, ou pelo menos deveria estar. Não estamos aqui negando o papel de socialização laboral que a escola proporciona, mas chamando a atenção para que a própria escola não perca o seu papel de formação social e global dos sujeitos e seja cooptada pela lógica mercadológica.

Por fim, outro conteúdo bastante significativo, a nosso ver, que traz bases para compreendermos essa vivência do processo de inserção laboral dos jovens, diz respeito a um sentimento de culpabilização de si pela não inserção no mercado de trabalho. As dificuldades existentes no contexto social são postas de lado e eles acabam buscando apenas neles mesmos as razões do fracasso. Não concordamos que eles assumam uma postura de vítimas diante das dificuldades encontradas e não se responsabilizem pelas suas escolhas, mas que também possam ter consciência de que existem fatores de ordem social que agravam as dificuldades desse processo de decisão e inserção.

Apesar de, durante as entrevistas, terem apontado fatores de seu contexto que dificultam o seu processo de inserção, encontramos falas que defendem que há espaço suficiente no mercado e o que falta é pessoal qualificado:

Hoje em dia tem muito trabalho, mas tem poucas pessoas capacitadas, entendeu. Então tem muito trabalho. Eu acho isso. Eu acho que tem muitas oportunidades de trabalho o que tá faltando é pessoas qualificadas, existem pessoas que não são capacitados para o trabalho. [...]Eu me acho capacitada. Eu acho que a minha dificuldade é só ir em rua. Eu ir à procura. Eu não sou muito de ir atrás, entendeu. Eu apenas deixo currículo, por isso eu acho que eu perco as oportunidades. [...]Eu acho que a culpa minha mesmo (C).

Ou ainda na fala desta jovem, que se vê como alguém que não aproveitou oportunidades e não sabe conversar direito, vemos a busca das razões de não conseguir inserir-se em suas próprias características:

[...]já no momento eu to desempregada. Só quem trabalha é o meu marido. E eu... mudou muito assim porque eu podia ta empregada, ter aproveitado mais o curso que eu fiz de telemarketing e ter ido atrás, mas eu não procurei deixei passar o tempo. Agora fica difícil. [...]Porque eu não tenho experiência, ai tem as entrevistas, ai a gente é cortada logo nas entrevistas. Ai eu num sei nem se é porque eu num sei conversar direito, eu acho que pode ser por isso. (risos). Ou então é porque num era bem pra ser. Aí justamente por isso que eu optei por ficar trabalhando em casa e vendendo os meus salgados (L).

E no caso deste entrevistado que diz que a dificuldade está na falta de interesse dos jovens em buscar um lugar no mercado:

Eu acho que a dificuldade de entrar no mercado tá só no interesse da gente mesmo. Deu se interessar na entrada do trabalho, eu fazer algum curso, né? Eu não vejo dificuldade não, apenas se existir curso ou treinamento, ou ensino, dicas ou qualquer coisa, isso já é uma entrada já, saber de alguma coisa. [...]É por isso que agora estou me preparando, estudando muito. Já ta na hora né?! To tentando criar vergonha na cara porque eu tô levando muito carão da minha mãe. Não só dela como da minha tia também (J).

Pudemos acompanhar que, assim como aponta a literatura comentada ao longo dos capítulos anteriores, essa vivência com relação ao trabalho e, mais especificamente, ao processo de inserção laboral dos jovens é marcada por um caráter de experimentação e construção da identidade de trabalhadores, que tenta aliar-se à necessidade de aproveitar a vida, cheia de expectativas com relação a um futuro laboral que se aproxime de seus desejos, mas que não deixa de entrar em contato e ser diretamente influenciada pelas dificuldades e limitações que o contexto muitas vezes impõe.

É importante deixar claro que tudo que discutimos até agora e que ainda iremos discutir faz parte da vivência desses sujeitos, mas decidimos dividir os conteúdos de forma didática para aclarar a organização dos dados para o leitor. Partiremos agora para uma discussão de forma mais específica sobre as trajetórias de inserção e os planos que esses jovens estão traçando no presente.

6.3 Trajetórias de inserção

Ao observarmos tanto a bibliografia que trata sobre o processo de inserção laboral como também as histórias dos jovens com os quais tivemos contato, pudemos perceber que a primeira tentativa de inserção propriamente dita em uma atividade laboral se dá no mercado de trabalho formal. Pelo menos é o que eles referem, no nível do discurso, como sendo a primeira opção que eles tentaram ou pretendem tentar, mesmo já tendo havido uma participação laboral deles anterior em outros espaços, como nos trabalhos domésticos, voluntários ou ajudando os pais. Constatamos que o que estão buscando hoje é um trabalho nos moldes do pleno emprego. Os caminhos escolhidos por eles são diversos, mas o fim ou o objetivo principal é freqüentemente vinculado à segurança, aos benefícios e ao reconhecimento social da profissão formalizada.

Esse seria o trabalho com o qual eles sonham e têm hoje como objetivo de conquista futura.

Eu pretendo me ingressar em alguma coisa que eu ganhe mais do que eu to ganhando hoje pra mim montar um salão pra mim trabalhar com dança, pra mim num ta num serviço trabalhando como, por exemplo, office boy [...]e eu não quero deixar de trabalhar, de dançar, eu ainda quero trabalhar dançando, é meu grande sonho. Então, eu pretendo trabalhar numa academia, ou até mesmo montar um salão, pretendo montar uma academia pra mim ter minhas coisas até futuramente (J).

De forma congruente com o que discutimos na análise das entrevistas até agora, essa construção, no presente, de uma identidade de trabalhador está baseada na vontade de fazer aquilo que gostam, que crêem ter habilidade e sabem fazer bem, objetivando sempre a realização de um trabalho por eles sonhado. Eles constroem um projeto pessoal, na maioria das vezes, de longo prazo, sobre uma profissão escolhida e na qual pretendem obter realização pessoal. É a tentativa de aliar o prazer e o trabalho. Talvez nesse sentido possamos entender o porquê de ser considerado um sonho.

Para conquistar esse trabalho sonhado, eles seguem a trajetória dita como normal para os jovens contemporâneos: primeiramente, especializar-se para, em seguida, estar preparado para entrar no mercado de trabalho. Essa especialização que eles trazem em seus discursos é a universitária. Somente o nível médio não é mais suficiente para adquirirem um bom lugar. Ele não é mais uma garantia segundo essa entrevistada que hoje se dedica exclusivamente a se preparar para o vestibular:

Só cursinho. Só estudando mesmo para prestar o vestibular mesmo para biologia. Faço isso por que também no mercado de trabalho eles exigem curso superior. E assim existe tanto a vontade como também a precisão porque hoje em dia as pessoas que têm nível médio não conseguem emprego muitas vezes. Eu sou uma das que tá começando, mas já conheço

muita gente que não conseguiu também justamente por causa disso. Mas estou buscando justamente para isso para entrar no mercado de trabalho. E também é um objetivo que eu quero alcançar, ser professora de biologia (C).

E aí se deparam com outra dificuldade: o acesso cada vez mais restrito à universidade pública. O que acaba desviando a trajetória para outro tipo de especialização que são os cursos técnicos:

Aí eu disse: não! vou ver se eu entro num curso técnico, vejo que a área se dá certo para mim vou procurar trabalhar naquela a área e ser alguma coisa diferente. Depois, quando já tiver um conhecimento naquela área eu tento faculdade para aquilo (D).

Entretanto, a partir do contato com outras realidades e novos conhecimentos, o plano pode sofrer modificações e adaptar-se, mas vemos que não se deixa a universidade de fora dos objetivos futuros. Isso fica mais claro na continuação da fala dessa jovem:

Mesmo assim gostaria de fazer faculdade, de poder trabalhar na área que eu estou estudando que é técnico em administração ou então... ano que vem eu quero fazer a faculdade de direito, porque o meu sonho é ser advogada ou na área administrativa porque eu também gostei muito dessa questão de cálculo (D).

Ainda confirmando a idéia de que o curso universitário é uma alternativa promissora para uma boa oportunidade no mercado de trabalho, um dos jovens entrevistados que já trabalhava com o que gostava se viu na necessidade de mudar, pois não está conseguindo manter-se com esse trabalho. E a opção escolhida se volta para a universidade, mesmo que para isso deixe um pouco de lado aquilo com o que ele sempre sonhou em trabalhar.

Desde os 15 anos, eu me formei como bailarino. Aí eu tenho um grande sonho de ser um dançarino futuramente até mais grande, né. Eu pretendo seguir essa carreira, mas eu vejo que não tá dando. Não tá dando por que o ganho é muito pouco e eu preciso. [...] Agora próximo ano eu vou começar o cursinho do vestibular. Eu sei que o curso de jornalismo é concorrido. Então, eu nem sei o que é que eu vou fazer com isso aí. Não custa nada tentar, né. [...] São esses dois tipos de sonhos que eu vou tentar buscar. Um eu já estou buscando, né. Mas se não der certo eu vou partir para o jornalismo ou então se não vai ser outro qualquer. Sei lá, outro tipo de trabalho (J).

A trajetória desses jovens também nos revela um momento bem peculiar e característico de sua própria condição social que se refere à busca ou realização de um trabalho (instrumental) para que eles possam manter-se e, principalmente, para que eles possam custear a tão sonhada formação universitária, pois acreditam que, sem uma melhor

qualificação e formação, não há chance de um trabalho melhor. Portanto, buscam o que chamamos de trabalho real, o trabalho possível no presente.

Aí assim não que eu não vou lutar para entrar numa faculdade do estado, né. Mas assim eu vou fazer como todos estão fazendo eu vou optar pela facilidade. Arranjo um trabalho... sei lá de qualquer coisa e faço uma faculdade assim bem mais em conta que eu possa conseguir pagar. Aí sim, eu vou ser professora de biologia (C).

Pela própria dificuldade financeira em que se encontram e a complexa realidade laboral atual, buscam um trabalho possível de ser realizado no presente, com a formação que possuem, para que possam ter a possibilidade de se aproximar da atividade que sempre sonharam para eles e ir construindo o seu futuro, conscientes de suas possibilidades reais. Isso implica duas formas de ver o trabalho: uma no plano real e outra no plano ideal, o que, a nosso ver, reforça a idealização da atividade laboral como algo que dá sentido ao sujeito.

Muitas vezes, esse trabalho possível no presente está bem distante daquilo que eles esperam, algumas vezes são precarizados (no caso de J. no trabalho com as bandas de forró), ou informais (no caso de L. vendendo comida) ou mesmo quando formais são tidos como mecânicos, que não trazem realização (no caso de D. na loja de revelação de fotos). São vivenciados como algo passageiro, como pudemos acompanhar durante a análise da categoria vivências na relação com o trabalho.

Mesmo tendo que adiar seus sonhos e projetos profissionais, a maioria deles não desiste de apostar no seu futuro profissional. Entretanto, observamos em uma das jovens a fala de sua mudança de planos, após tentativas frustradas de inserção no mercado formal, e de como ela está trilhando seu caminho no mundo do trabalho agora na informalidade:

Depois dos cursos que eu fiz esse de telemarketing eu procurei algumas coisas, fui atrás de alguns trabalhos, fiz algumas entrevistas, não deu certo. [...]Aí as coisas tavam difíceis dentro de casa, aí eu peguei e inventei de fazer salgados. Aí eu comecei a botar pra vender lá na minha mãe no bar e tava dando certo. [...]Chegava lá umas seis horas mais ou menos e saía de lá as vezes onze horas. Eu não tinha hora pra sair. Aí lá eu ficava vendendo. [...]Todo dia era a mesma coisa. De dia eu fazia os recheios e à noite eu ia vender. [...]É tanto que agora eu to só esperando melhorar mais pra mim comprar os materiais novamente e começar a fazer de novo. Porque ajudava muito na renda aqui de casa (L).

Outro aspecto bem interessante que aparece na trajetória de inserção laboral desses jovens diz respeito à importância de fazer estágios antes de entrar no mercado de trabalho. Ele proporcionaria ao jovem uma melhor base para fazer escolhas profissionais e ajudaria na própria inserção laboral, pois é uma boa forma de adquirir experiência. Outra questão a favor

do estágio é que ele mantém o caráter de aprendizado e é em tempo reduzindo, adaptando-se à demanda de estudos e mesmo de aproveitar a vida e ter tempo para divertirem-se, como eles dizem. Uma das jovens fala de como foi construindo sua trajetória e se identificando com a área na qual pretende continuar a partir de sua passagem por estágios e das formações que se seguiram a eles:

Então, o que é importante? Na minha opinião, o que é importante para o jovem é ele estar fazendo estágio, certo? Estágios numa área que ele pense que ele queira desenvolver... [...]Eu mesma comecei como professora, fiz o pedagógico, tô na associação, tô fazendo agora pedagogia e tô vendo que essa é minha área (LM).

Entretanto, nem sempre o estágio é carregado apenas de pontos positivos. Muitas vezes, eles são utilizados pelos empregadores de forma distorcida, perdendo seu caráter de aprendizado para se constituir como um trabalho com mão-de-obra de baixo custo. Uma das jovens traz uma crítica bem direta a essa realidade de mau uso do estágio. Ela vem de uma trajetória de busca de estágio, mas, diante das condições oferecidas, ela optou por inserir-se em um trabalho formal:

O estágio na verdade é uma escravidão, né. Era para você trabalhar de 6 horas, só não tem os direitos que uma pessoa de carteira assinada tem. Mas eles mandam você fazer tudo o que uma pessoa de carteira assinada faz, entendeu. Hoje o estágio era para ser só de 6 horas para você poder conciliar estágio, estudo, colégio. Só que não acontece. Os estagiários trabalham 8 horas, fazem tudo que a pessoa que trabalha naquela empresa faz e é remunerado bem menos. O estágio é isso. Aí se aproveitam dessas pessoas mais jovens, para justamente fazer o que quiser no trabalho, né, tem que aceitar, por que se não aceitar, vai para fora (D).

Surgiu também nas entrevistas o conteúdo que, de certa forma, já era esperado por nós, no caso específico desses jovens, que diz respeito à associação comunitária sendo considerada uma instituição de referência no seu processo de inserção laboral. Todos eles trouxeram algum conteúdo referente a ela nas suas falas. Dizemos que já era esperado, pois foi através de uma associação que tivemos contato com eles, portanto, essa relação teria grandes chances de aparecer nas entrevistas.

Ela é apresentada como um veículo muito importante pra intermediar a entrada desses jovens no mercado de trabalho, pois ela complementa e amplia a formação da escola, aceitando pessoas sem experiência e treinando-as para uma inserção. Tudo isso através dos projetos que ela desenvolve na comunidade, do trabalho voluntário oferecido e das parcerias que ela estabelece.

Começou a surgir as oportunidades pra gente no Amordoce (associação comunitária). Aí eu comecei dando palestra, fazendo teatro, até ficar com o último ano do projeto. Eu fiquei um bom tempo indo nas escolas, dando palestras sobre DSTs, HIV/Aids, sexualidade, drogas. Então todo o ano agente tinha capacitação direto, direto, direto. Eu trabalhava e me divertia. Aprendi muita coisa mesmo lá (D).

Pudemos observar em algumas falas que a passagem pela associação comunitária trouxe uma visão mais social para a atividade laboral. O sentido do trabalho acaba sendo perpassado pela importância de aliar objetivos individuais com atividades que tenham um sentido social. Todos esses jovens entrevistados tinham algum vínculo com a associação e dizem que foi um momento nas suas vidas em que eles se fortaleceram e ganharam mais segurança com relação à construção de planos para o futuro com relação ao trabalho. Isso fica mais claro na fala desta jovem:

E aí como eu cresci foi quando eu entrei no Amordoce. Eu vou te dizer assim porque foi aqui, né, que eu consegui que desenvolvesse esse meu lado social. E como aqui a gente teve a oportunidade de participar de diversas atividades, uma delas foi a questão da psicologia no nosso trabalho, né. Foi muito rica mesmo. Aquela das relações interpessoais. E tudo isso que você passa, todas essas oficinas que você passa vai te dando crescimento. Vai te dando mais e mais e mais crescimento. [...] Foram essas oficinas, essa busca de conhecimentos que fizeram eu chegar aonde eu cheguei. Eu sou uma pessoa totalmente diferente do que eu era no começo (LM).

Geralmente, a associação oferece aos jovens oportunidades de trabalho voluntário na comunidade. Esse é um caminho bem comum entre eles para ganhar experiências relacionadas ao mundo laboral, entrar em contato com o mundo adulto e suas responsabilidades, além de clarear e ajudar na escolha profissional, avaliando os interesses relativos a esse campo.

Esse conteúdo da experiência e dos ganhos com trabalhos voluntários esteve muito mais presente nas entrevistas realizadas em 2005, já que nessa época eles estavam engajados diretamente nessas atividades. Mas um conteúdo bem interessante, a nosso ver, que, inclusive, aponta uma mudança no foco de interesse por essa atividade está na possibilidade de esse trabalho inicialmente voluntário se tornar um trabalho remunerado. Há aí uma referência ao que aponta Alonso (2000) sobre a dualidade que marca essas atividades, trazendo uma mescla de altruísmo e individualismo. É uma preocupação com o social, mas que não deixa de ser uma forma de conseguir experiência e, porque não, uma oportunidade de trabalho.

[...] fui me colocando, fiquei bem à vontade como voluntária. E no momento em que surgiu uma oportunidade lá dentro as pessoas não pensam duas vezes em colocar você porque sabem que é um trabalho feito com amor, né? assim eu entro com dois objetivos. O

primeiro realmente é ajudar. O segundo é de ser ajudada caso alguma coisa surja, né. Claro que nessas horas você não vive 100 % de voluntariado. Você não consegue. Como você vai se vestir, como você vai comer se você só trabalha 100% com voluntariado? Claro que o meu objetivo foi esse: eu estou indo para lá porque eu sei que eu vou crescer, obter conhecimentos, né, e claro que eu sei que numa oportunidade que aparecer lá elas não vou chamar uma pessoa de fora. Vão chamar uma pessoa que já está há seis meses ajudando, né? (LM).

Esse conteúdo também apareceu entre outros entrevistados de forma mais indireta quando se referiam ao interesse em voltar a se engajar na associação. Hoje ela representa para eles uma forma direta de conseguir um trabalho, seja na própria associação ou nos projetos que ela desenvolve com financiamento. Mas é inegável que, ao acompanhar esses jovens durante esses quase três anos, percebemos o quanto a associação comunitária ou instituições semelhantes têm um papel importante como fonte de socialização para facilitar a relação dos jovens com o trabalho.

6.4 O que mudou?

Tivemos ao longo das entrevistas a oportunidade de perceber também como os jovens se viam diferentes atualmente, tendo como referência a entrevista realizada com eles há dois anos e meio. E nesse sentido ficavam claros os conteúdos relacionados ao que mudou daquele período até os dias de hoje na forma como eles vivenciam o trabalho.

Eles reforçam em suas falas que o trabalho ganhou uma importância ainda maior em suas vidas, ele faz parte de suas vivências, é percebido como algo necessário para a sobrevivência, reconhecimento e aceitação social, como pudemos acompanhar quando nos referíamos aos sentidos atribuídos por eles ao trabalho.

Antes eu, pra mim, eu pensava que o trabalho era uma coisa assim, era um trabalho qualquer. Qualquer coisa tava bom. Trabalhava por trabalhar, ganhava um dinheirinho. Pra mim eu não via tanta importância como agora eu vejo que é muito importante pra tudo. Com certeza (J).

Uma das jovens fez referência a uma mudança na sua forma de perceber o sentido trabalho. Podemos inferir que ela é um resultado do engajamento nos trabalhos da associação comunitária que traz um sentido mais social para a atividade laboral desenvolvida e também da própria vivência positiva de identificação com o trabalho realizado por essa jovem.

Então quando eu digo assim que eu mudei, é porque eu deixei... e talvez essa tenha sido a minha melhor visão que eu deixei aquela pessoa que era capitalista que só pensava no dinheiro, que trabalho só servia pra isso. [...] o trabalho serve pro reconhecimento da sociedade, o trabalho serve pra você obter coisas futuras, né. O trabalho num serve só pra você ter aquele dinheiro no final do mês e comprar tal coisa e pronto. Acabou-se. Para que você possa aparecer diante das pessoas mais bem sucedida, ele não serve só pra isso. Ele te transforma numa pessoa digna. [...] Hoje existe essa grande diferença: eu era uma adolescente que dava aula de reforço e agora eu sou uma educadora social. Que grande diferença! (LM).

A partir de contatos mais diretos com o mundo do trabalho, observamos que houve uma flexibilização com relação às possibilidades de inserção laboral. Os seus planos se mostram mais maleáveis, talvez na tentativa de se adaptar às exigências do contexto em que se inserem. Esse fato está confirmando o que Sarriera et al (1994) também encontram em suas pesquisas com jovens. Alguns falam que mudou o pensamento de não se importarem em trabalhar hoje em algo que talvez nem seja o que querem para si no futuro. Isso entra em acordo com o que vimos acompanhando em nossa análise de que eles querem um trabalho que possa possibilitar a independência financeira imediata; que traga uma resposta às cobranças sociais por mais responsabilidade, já que estão se aproximando da realidade adulta; e também que possa ser um meio de construir ou possibilitar futuramente o trabalho sonhado.

Quem sabe se aparecer uma outra oportunidade, aí eu vou tentar novamente pra ver se dá certo. Se eu não conseguir, é que nem eu falei, eu vou continuar novamente o meu trabalho que eu faço (vender salgados). Porque apesar de ser aquele, é muito prazeroso pra mim, eu gosto de fazer ele. Apesar de não ser bem o que eu queria, né. Mas é prazeroso. Dá pra fazer. E eu preciso, né (L).

Eu acho que as coisas mudaram. Porque assim alguns tão fazendo o que gosta e outros já não tão fazendo o que gosta porque... no meu caso eu quero a dança, mas eu to vendo que não tou tendo lucro então eu vou ter que partir pra outro. Mas é desse jeito aí. Eu vou ter que encarar, né?! Querendo ou não... (J).

Alguns apontam que hoje têm uma forma menos esperançosa de ver o trabalho. É como se houvesse uma descrença quanto às possibilidades de inserção. Após um contato mais aproximado com a realidade laboral e suas tentativas – algumas vezes frustradas – de inserção, eles têm uma visão mais concreta das dificuldades existentes, percebem a força da concorrência no mercado de trabalho e a desigualdade com relação àqueles que têm uma boa condição social. Esse dado vai na direção do que aponta Matheus (2003) em suas pesquisas sobre um comportamento de ceticismo dos jovens em relação às possibilidades de mudança da sua realidade e às suas possibilidades de inserção social.

Eu pensei que fosse mais fácil, né. Lá eu pensei que fosse mais fácil assim como eu nunca tinha ido nesse negócio de fazer cursos, deixar currículo, eu pensei que fosse mais fácil. Só que não. Quanto mais o tempo passa mais dificulta, entendeu. Tem muita gente igual a mim procurando (C).

E mais especificamente, no caso dessa jovem que tem dois filhos, competir se torna ainda mais difícil.

Antigamente assim eu ainda acreditava, achava que eu podia assim trabalhar numa coisa assim bem melhor. Assim num escritório, essas coisas. E hoje em dia eu acho que eu não tenho mais capacidade. Num tenho tanta capacidade de chegar lá que nem eu tinha antigamente. Não sei porque mas decaiu o meu pensamento. [...]Eu acho que num tem tempo mais não de aprender... quem sabe quando eles tiverem maiores (filhos) aí eu consiga. Mas agora meus planos são esses, é cuidar deles, da casa e essas coisas assim (L).

Aqui podemos perceber assim como Sarriera e Verdin (1996), Sarriera et al (2001) e Tomás (1997) que as conseqüências de uma realidade que dificulta o acesso ao mundo do trabalho ou mesmo impossibilita a inserção laboral plena dos jovens são sérias. Estamos falando de conseqüências psicossociais na vida desses sujeitos advindas de sentimentos de impotência, incompetência frente às demandas sociais, falta de sentimento de pertença e até mesmo de mudanças no próprio sentido da vida.

Todos esses conteúdos aqui trazidos e analisados representam um recorte e uma forma de compreensão da realidade. Foi a forma escolhida por nós para tentarmos compreender, através de uma visão psicossocial, o processo de inserção laboral dos jovens através de suas vivências. É seguindo a crença de que o produto final de uma pesquisa representa uma visão possível sobre um fenômeno e se situa em um momento histórico-social concreto que devemos tomar esse trabalho como algo provisório. Terminamos aqui nos colocando numa posição de abertura para as futuras contribuições e superações dos conhecimentos que estamos produzindo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que acabamos de apresentar foi uma tentativa de pensar sobre o processo de inserção laboral a partir da vivência de alguns jovens na cidade de Fortaleza tendo, em vista o contexto sócio-histórico de intensas transformações no que concerne ao mundo do trabalho e à forma como os jovens estão se construindo enquanto sujeitos diante dessa realidade.

Partirmos do pressuposto de que o trabalho é fundamental na viabilização da construção da identidade dos sujeitos, de sua autonomia e do seu reconhecimento social. Portanto decidimos, em primeiro lugar, traçar algumas reflexões sobre como está a organização do cenário laboral atual para, então, compreendermos as atitudes dos jovens frente a ele. Apontamos, por exemplo, a precarização do trabalho como uma das suas características mais marcantes e que ganha destaque, principalmente, a partir da reestruturação produtiva do mercado aliada à intensificação da globalização e às políticas neoliberais. Seguimos com a intenção de visualizar as conseqüências advindas dessa nova configuração do mundo laboral nos sujeitos e percebemos que o quadro de aumento do desemprego, a competição extremada e a insegurança no mercado acabam gerando nos indivíduos comportamentos de conformismo, aceitação, medo, passividade, individualismo extremado, imediatividade, auto-culpabilização, além do surgimento de outras diversas formas de sofrimento físico e mental. Ainda nesse apartado, pontuamos que compreendemos o processo de inserção laboral como um fenômeno psicossocial e que marca a vivência dos jovens na sua relação com o trabalho. Acreditamos, então, que cumprimos o nosso objetivo de evidenciar e discutir sobre o contexto de transformações no qual os jovens estão se inserindo e baseando suas escolhas.

Num segundo momento, apresentamos algumas reflexões psicológicas e sociológicas sobre a adolescência/juventude para construirmos uma visão psicossocial sobre a condição de ser jovem. Delimitamos, a partir daí, que a nossa compreensão do desenvolvimento humano está vinculado à sociedade, ou seja, ao contexto histórico-social em que esses indivíduos estão inseridos. E, portanto, trouxemos como uma marca dessa condição o fenômeno da latência social gerado pela exigência de preparo técnico e acadêmico para que eles possam enfrentar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Outra contribuição significativa que aqui trouxemos a partir dessa visão psicossocial da juventude foi a de que ela passa a adquirir um sentido em si mesma, englobando algumas características, como a

experimentação de esferas do mundo adulto com menos compromissos e responsabilidades, preocupação e preparação para sua inserção sóciolaboral futura, alegria de viver e vontade de aproveitar a vida, entre outras. Além disso, apresentamos a discussão de que não podemos estar falando de uma única juventude, mas de vivências diferenciadas de jovens que surgem a partir de suas histórias pessoais e condição social. E delimitamos, por fim, que neste estudo estivemos focalizados na vivência daqueles que denominamos de jovens adultos para os quais o processo de inserção laboral aparece como uma demanda mais emergente. Portanto, também aqui foi satisfeita a intenção de demarcar a nossa compreensão sobre a condição de ser jovem hoje.

No sentido de amarrar a nossa reflexão teórica, construímos, no terceiro capítulo, uma reflexão mais focalizada na inserção laboral. Preocupamos-nos em situá-la dentro de um processo mais amplo de transição para a vida adulta que comporta outros eventos, como a saída da escola e a formação de um núcleo familiar próprio que influenciam de forma marcante as tendências que apontamos nos processos de inserção dos jovens. Pudemos acompanhar também alguns dados estatísticos que nos confirmam a posição desfavorecida dos jovens no mercado de trabalho como o fato de serem altamente atingidos pelo desemprego e pela precarização laboral, fazendo com que eles vislumbrem um futuro de inserção cada vez menos promissor. Também pudemos pensar um pouco sobre as alternativas elaboradas por alguns teóricos para essa questão. Entre elas, abordamos o campo da Orientação Profissional, próprio da psicologia, que, inegavelmente, traz muitas contribuições com suas técnicas que visam a um maior autoconhecimento e contextualização dos indivíduos que buscam uma melhor inserção. Mas acreditamos que elas não devem perder de vista o papel de viabilizar uma reflexão crítica para a transformação da realidade. E, por fim, discutimos outras propostas no campo das políticas públicas, como a criação de mais oportunidades de emprego para os jovens, o incentivo a novos empreendimentos e mesmo ao retardamento da sua inserção. O importante, a nosso ver, é que haja uma pluralidade de ações, mas que não se deixe de considerar a necessidade de pensar políticas adaptadas às características próprias da condição juvenil apontadas ao longo deste estudo.

Até que chegamos ao momento de nos prepararmos para a investigação que pretendíamos realizar através da definição do método de nossa pesquisa apresentado no quarto capítulo.

A partir daí, entramos em contato com os cinco jovens nas entrevistas realizadas em 2007 e pudemos vislumbrar, então, como essa nova configuração do mundo do trabalho tem impactado esses sujeitos através de seus processos de inserção laboral. Conseguimos

observar em suas vivências a presença de uma série de fenômenos que discutimos durante as nossas reflexões teóricas.

Em primeiro lugar, podemos dizer que o trabalho tem uma presença marcante na vivência desses jovens. Ele se mostrou como um dos principais possibilitadores de realização dos projetos pessoais, independência, autonomia e integração social. Portanto, acreditamos que o trabalho continua sendo uma categoria central para esses indivíduos. E a forma como o processo de inserção laboral acontece vai trazer implicações importantes na suas posições de sujeitos, ou, melhor dizendo, vai ser fundamental na sua construção enquanto sujeitos sociais. A própria forma como eles vêem o futuro, as suas expectativas e esperanças quanto a uma melhor integração social sofrem interferência direta desse processo.

Este momento em que estamos vivendo, caracterizado por profundas transformações, sejam conjunturais ou mesmo estruturais do trabalho, entretanto, está tornando cada vez mais difícil para o jovem o vislumbre de boas perspectivas de inserção laboral. Ficou evidente durante a investigação um conhecimento dessas dificuldades pelos jovens que, aliadas à sua própria condição social, também vivenciada como difícil, balizaram as suas trajetórias e tendências de inserção laboral.

Uma delas é a procura e espera dos jovens em encontrar um trabalho que se encaixe nos moldes do pleno emprego, com a segurança e os benefícios obtidos a partir dele. O interessante é que essa nova geração, pelo menos no Brasil, dificilmente experimentou essa realidade que talvez nem mesmo tenha sido vivida plenamente por seus pais, mas, ainda assim, almejam para si esta condição. Aqui encontramos apoio nas idéias de Beck (2000) quando ele fala que essa realidade de precarização não é algo novo e, a nosso ver, apesar de ela ter estado presente nas formas de inserção laboral brasileiras, os trabalhadores têm o pleno emprego como uma condição idealizada. Entretanto, essa situação hoje é, a nosso ver, compreensível quando trazemos uma contextualização do momento histórico em que vivemos de grande precarização e insegurança laboral. O emprego acaba sendo visto pelos indivíduos como a solução, vale ressaltar, individual para os problemas advindos dessa realidade.

Apesar de termos acompanhado que o trabalho está presente como um fator que possibilita crescimento, auto-realização e, até mesmo, faz parte dos planos e sonhos dos jovens para o futuro, ele é fortemente significado num sentido instrumental. Ele é vivenciado e sentido pelos jovens como um meio necessário para garantir a sua sobrevivência e manter outras esferas de suas vidas.

Portanto, diante das dificuldades apresentadas pelo mercado de trabalho com um espaço cada vez mais reduzido para a entrada de novos trabalhadores, os jovens buscam

preparar-se para lutar por seu lugar. Inseridos nessa lógica de concorrência desleal, a alternativa encontrada por eles está na formação e especialização.

Diferentemente das entrevistas que realizamos com esses mesmos jovens em 2005, o conteúdo da especialização mudou um pouco o seu foco. Se antes eles viam na especialização excessiva desde cedo, fazendo vários cursos sem sentido, a solução para garantir uma boa qualificação, hoje eles acreditam que essa garantia está na especialização universitária.

Esse agora é o discurso veiculado pela mídia e é internalizado e reproduzido por esses indivíduos na crença de que o mercado de trabalho exige que eles sejam os melhores, pois não há oportunidades para todos. Daí continuarmos afirmando que eles estão dentro de uma lógica de pensar numa solução individual para o seu problema. Isso é reflexo de uma das conseqüências da estrutura social contemporânea: individualismo cada vez mais extremado.

Ficou evidente, para nós, que a possibilidade de um jovem chegar a realizar uma profissão no futuro está muito relacionada com as suas possibilidades econômicas e culturais. Num país como o Brasil onde existe uma ampla diferenciação entre grupos sociais, isso acaba sendo ainda mais forte e a condição financeira se transforma num determinante dessa relação.

A vontade manifestada pelos jovens em ter acesso a uma qualificação universitária é uma tentativa de quebrar com esse determinismo. Entretanto, este acaba se mantendo, já que o próprio acesso a essa instituição, hoje muito restrito, é também perpassado por essa relação determinista.

Diante dessas dificuldades e das necessidades concretas de sobrevivência, esses jovens se colocam num impasse: como aliar o plano de inserção ideal que querem para si e as suas reais possibilidades de inserção? E mais: como aliar tudo isso à vontade tão presente de aproveitar a juventude?

O que observamos como a saída escolhida por eles se reflete na construção de um projeto pessoal, na maioria das vezes de longo prazo, sobre uma profissão escolhida e na qual pretendem obter realização pessoal. Em longo prazo, pois a sua condição social lhes impossibilita de concretizá-lo no presente. Como percebemos que, para a maioria deles, esse plano passa pela especialização universitária, eles precisam realizar uma atividade laboral no presente que lhes dê condições de ter acesso àquela formação, pois precisam se manter para estudar, pagar um cursinho para o vestibular ou talvez juntar dinheiro para pagar uma universidade particular (dita por eles como mais fácil de passar), por exemplo.

A realização dessas atividades laborais tem a intenção de ser passageira, apenas uma parte do plano. Com a pouca ou nenhuma experiência, os jovens, então, aproveitam as

oportunidades que surgem e é nesse momento que acreditamos que eles estão mais vulneráveis a uma realidade de precarização.

Acompanhamos entre aqueles que estavam trabalhando a vivência de atividades desgastantes, repetitivas, com baixa remuneração, que não traziam segurança e nem realização pessoal. Percebemos que a permanência nesse trabalho se dava muito pela questão da necessidade, mas também era vivenciado como algo que o jovem em geral tem que suportar se quer ter boas oportunidades no futuro e se realmente quer seguir aquele plano de inserção que construiu. Vemos que é uma situação vivenciada por eles como algo natural, um fardo pelo qual têm que passar, principalmente, por serem jovens. Essa atitude denominada de conformista e passiva por alguns teóricos, como Alves (2005), é estimulada muitas vezes pelas coerções implícitas na estrutura do mercado, como, por exemplo, os altos índices de desemprego.

Também pudemos acompanhar a vivência daqueles que não estavam conseguindo trabalho. Vemos neles as dificuldades enfrentadas pelos jovens frente às novas demandas por qualificação (em grande parte universitária), por experiência (com carteira de trabalho assinada em sua maioria) e por um perfil ideal de trabalhador. A falta de oportunidades gera nesses jovens, em busca de inserir-se no mercado, sentimentos de impotência, inadequação e de não pertencimento, além de afetar a sua auto-estima.

Inclusive um conteúdo bem marcante trazido nas entrevistas foi o de que alguns deles diminuíram as suas expectativas com relação às suas reais possibilidades de inserção e também a credibilidade em suas capacidades. Mesmo afirmando que não pensam em desistir de apostar no seu futuro profissional, apesar de terem que adiar seus sonhos e projetos diante das dificuldades, eles não negam que suas expectativas e esperanças encontram-se abaladas.

E algo bastante perverso que pudemos observar em suas vivências como consequência dessa nova configuração do mundo do trabalho é que de vítimas eles passam a se considerar culpados. Presenciamos de maneira bem marcante tanto nas entrevistas realizadas em 2005 como nas mais recentes o fato de eles acabarem se colocando numa postura de inteira responsabilização ou culpabilização de si pelo êxito ou fracasso no processo de inserção laboral. Eles buscam falhas em seus comportamentos, atitudes e habilidades para tentar explicar a razão de suas dificuldades.

Infelizmente, presenciamos a força que o sistema tem de cooptar a subjetividade dos sujeitos em benefício próprio. E o mais sério é que essa cooptação é consentida por eles, não oferecendo resistência alguma, mas sim o fortalecendo cada vez mais. É como afirma Nardi (2006) sobre uma das principais marcas do capitalismo contemporâneo: tenta se

apropriar de todas as esferas da vida e fazer com que elas se transformem em fontes de realimentação do próprio sistema.

Outra consideração importante surgida a partir da análise das vivências dos jovens diz respeito a um questionamento da tendência ao alongamento da condição juvenil tão abordada na literatura sobre a juventude. Acreditamos que, pelos menos dentro da realidade desses jovens, não pudemos perceber neles uma tendência clara de aumento da idade dessa transição como citado na literatura européia. É claro que precisaríamos de pesquisas mais específicas e que eles estivessem em idades mais avançadas para confirmar essa tendência. Entretanto, percebemos neles bem mais uma tendência ao fenômeno de “adultização” definido por Frigotto (2004) do que mesmo um alongamento de sua condição.

Não observamos esse movimento em direção a um adiamento, o que percebemos é que eles buscam se inserir no mundo do trabalho e só não o fazem, muitas vezes, por não terem oportunidades. E a busca de especialização, a nosso ver, vem muito mais de uma exigência externa, de uma obrigação do mercado. Não estamos afirmando que eles já querem ser adultos, mas que eles querem experimentar essa transição, a sua condição de ser jovem.

E diante de tudo isso que trouxemos - que diz respeito à forma desses sujeitos perceberem essa realidade de mudanças - para onde devemos seguir?

Acreditamos que ter como importância primeira a vivência de esses jovens ao pensar políticas públicas para a juventude já é um bom começo. Sabemos que eles esperam mais oportunidades de qualificação e preparo para inserir-se no mercado de trabalho; querem experimentar esferas do mundo adulto, como o trabalho, sem tantas responsabilidades; querem o direito de poder aproveitar a vida, de divertir-se, ter acesso à cultura e ao lazer.

O processo de inserção laboral é um momento crítico no desenvolvimento dos jovens. Acreditamos, portanto, que seja necessária a presença de instituições que atuem como agentes socializadores e possam estar mediando essa inserção. As associações comunitárias são um bom exemplo disso.

Faz-se necessário também trabalhar de forma preventiva e mais de perto com os jovens nas suas trajetórias. A Orientação Profissional pode ser um campo da psicologia privilegiado para essa preparação na medida em que, além de informar sobre as dificuldades a serem enfrentadas, de desenvolver habilidades e fortalecer capacidades, possa trazer uma reflexão crítica sobre essa realidade e, a partir daí, possam-se pensar alternativas viáveis para e com os jovens.

E, por fim, sabemos que essa dificuldade de inserção laboral não abrange apenas os jovens, mas todo o contingente de pessoas que estão em condições de entrar no mercado.

Não podemos continuar alimentando a esperança de que podemos retomar uma sociedade regida pelo “Estado do Bem-Estar” na qual todos tiveram como referente viável o pleno emprego, mas, ao mesmo tempo, também não podemos acreditar que a realidade de precarização é a única opção à qual devemos nos adaptar. Como profissionais de Psicologia, devemos ter um compromisso de estar constantemente questionando e pensando criticamente sobre essa realidade, nunca perdendo o foco da transformação social.

Pensar em modelos de inserção mais saudáveis e em novos lugares para esse sujeito onde ele possa ter reais opções de escolha e se sentir integrado socialmente deve ser um desafio sempre perseguido por aqueles que se propõem psicólogos sociais e do trabalho.

Descubro-me cada vez mais nesse lugar e, hoje, esse é um desafio que tomo para mim. É o caminho que pretendo continuar trilhando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência Normal**. Tradução de Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P.P.M. (ORG.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira et al. A Orientação Profissional com Adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002.

AIZPURU, M.; RIVERA, A. **Manual de la Historia Social del Trabajo**. Madrid: Siglo XXI, 1994.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2005.

ALONSO, Luis Enrique. Subjecto y Discurso: el lugar de la entrevista abierta em las prácticas de la sociología cualitativa. In: DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (Coord.). **Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales**. Madrid: Editoria Síntesis, 1995.

_____. **Trabajo y Postmodernidad: el empleo debil**. Madrid: Editorial Fundamentos, 2000.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2003.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. **Tiempo y Trabajo: un análisis de la temporalidad laboral en el sector de ocio – hostelería y turismo – y sus efectos en la composición de los cuadros temporales de los trabajadores**. 2003. 432p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2003.

_____. **Reflexões sobre a Precarização Laboral: uma perspectiva da psicologia social**. Texto apresentado na II Jornada Internacional de Políticas Públicas em São Luiz – MA. 2005.

BAQUERO, Marcello. Um Caminho Alternativo no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (ORG.). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona: Gedisa editorial, 1999.

BECK, U. Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización. Barcelona: Paidós, 2000.

BELTRAN, M. Cinco vias de acceso a la realidad social. En: GARCÍA FERRANDO, M; IBÁÑEZ, J. y ALVIRA, F. (comp) El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación. Madrid: Alianza Editorial, 1994. pp. 19- 49.

BLASCO, J. P. Una revisión de la idea de adolescencia como etapa de crisis y turbulencia. Aportaciones VII Congreso INFAD, Oviedo, 29/ 30 de maio 1997, pp.142 – 150

BOCK, Ana. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (Org.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOCK, Sílvio D. A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho. In: ABRAMO, M. H., FREITAS M. V. de, SPOSITO M.P. (ORG). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. 4ª edição. São Paulo: Martins fontes, 1977.

_____, R. **Orientação Vocacional: teoria, técnica e ideologia**. 4ª edição. São Paulo: Martins fontes, 1985.

BORGES, Livia de Oliveira. **Significado do Trabalho e Socialização Organizacional**: um estudo empírico entre trabalhadores da construção habitacional e de redes de supermercado. 1998. 423p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. O homem (não) é um ser social: um debate superado? In: SILVA, M. de F. de S. e; AQUINO, C. A. B. (Org.) **Psicologia Social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

BRANCO, Pedro P. Martoni Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P.M. (ORG.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

CÂMARA, S. G. ; SARRIERA, J. C. ; PIZZINATO, A. Que portas se abrem no mercado de trabalho para os jovens em tempos de mudança?. In: Jorge C. Sarriera; Kátia Banes Rocha; Adolfo Pizzinato. (Org.). **Desafios do Mundo do Trabalho: Orientação, Inserção e Mudanças**. 1 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, v. 1, p. 73-113.

CAMARANO, Ana Amélia, MELLO, Juliana Leitão e, PASINATO, Maria Tereza *et al.* **Caminhos para a Vida Adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. *Ultima décad.* [online]. dic. 2004, vol.12, no.21 [citado 09 Agosto 2007], p.11-50. Disponible en la World Wide Web: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-22362004000200002&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0718-2236.

CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Barcelona: Paidós, 1997.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CLÍMACO, A. A. S. **A Adolescência nas Sociedades Modernas, em especial, no Contexto Brasileiro**. Revista Educ Ativa, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 13-30, 1997.

CLOT, Yves. **A Função Psicológica do Trabalho**. Tradução: Adail Sobral. Petrópolis: Vozes, 2006.

COSTA, J. Freire. Perspectivas da Juventude na Sociedade de Trabalho. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

DEJOURS, C. Centralité ou déclin du travail? In: Kergoat J.; Boutet J.; Jacot H.; Linhart D. (dir). **Le Monde du Travail**. Paris: Édition La Découverte, 1998.

_____. **A Banalização da Injustiça Social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ERIKSON, Erik H. O Ciclo Vital: epigênese da identidade. In: **Identidade, Juventude e Crise**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

FROTA, Ana Maria M. Coelho. **O Desalojamento e a Reinstalação do si-mesmo: um percurso fenomenológico para uma compreensão winnicottiana da adolescência, a partir de narrativas**. 2001. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GÓIS, Cezar W. de L. **Psicologia Comunitária – atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P.M. (ORG.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

KEIL, Ivete Manetzeder. Dos Jovens Contestadores aos Jovens de Hoje: uma nova forma de participação na *polis*? In: BAQUERO, Marcello (ORG.). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson L. O esquema dialético. In: **Aprendendo Lógica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

LANE, S. Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, S. e CODO, W (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARTINS, Heloísa H. T. Souza. A Juventude no Contexto da Reestruturação Produtiva. In: ABRAMO, M. H., FREITAS M. V. de, SPOSITO M.P. (ORG). **Juventude em Debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MATHEUS, Corbisier Tiago. **O Discurso Adolescente numa Sociedade na Virada do Século**. *Psicol. USP*. [online]. 2003, vol.14, no.1 [citado 05 Maio 2005], p.85-94. Disponível na World Wide Web:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642003000100006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0103-6564.

MEAD, M. **Adolescencia y Cultura em Samoa**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1961.

MÉDA, Dominique. **El Trabajo: un valor en peligro de extinción**. Barcelona: Gedisa editorial, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego - PNPE**. 2007. Disponível na Word Wide Web: <http://www.mte.gov.br>.

NARDI, Henrique Caetano. **Ética, Trabalho e Subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2006.

NAVARRO, Pablo; DÍAZ, Capitolina. Análise de Contenido. In: DELGADO, Juan M.; GUTIÉRREZ, Juan (Coord.). **Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales**. Madrid: Editoria Síntesis, 1995.

OFFE, C. Precariedad y Mercado Laboral. Un análisis a medio plazo de las respuestas disponibles. In: OFFE, C. et al. **Qué crisis? Retos e transformaciones de la sociedad del trabajo**. Donostia: Hirugarren Prentsa, 1997. p. 11-50.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; RIOS-NETO, Eduardo Gonçalves; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. **Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro**. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 23, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Ago 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Disponível na Word Wide Web: <http://www.oitbrasil.org.br>.

PASCUAL, Amparo Serrano. **Insercion Laboral como Transicion Psicosocial**. 1995. 431p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid (ESP), 1995.

PASCUAL, A. S., MARTÍN, F.M., SUÁREZ, E. C. La Experiencia Subjetiva del Trabajo en una sociedad en transformación. In: TOMÁS, E. A., BERNAL, A. O. (coord.) **Trabajo, Individuo y Sociedad: perspectivas psicosociológicas sobre el futuro del trabajo**. Ediciones Pirámide: Madrid, 2001.

PAUGAN, S. **Le Salariés de la Précarité: les nouvelles formes de l'intégration professionnelle**. Paris : PUF, 2000.

PEIRÓ, José Maria. **Psicología de la Organización**. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1991.

PEIRÓ, J. M. Desempleo Juvenil y Socialización para el Trabajo. In J.R. Torregrosa, J. Berger y J.L. Álvaro (Eds): **Juventud, Trabajo y Desempleo: Un Análisis Psicosociológico**. Madrid, Colección Encuentros, nº 9, 1989.

PERLS, Frederick S. et al. **Isto é Gestalt**. São Paulo: Summus, 1977.

PITOMBEIRA, D. F. **Adolescentes em Processo de Exclusão Social: uma reflexão sobre a construção de seus projetos de vida**. 2005. 165p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

POCHMANN, Marcio. Juventude em Busca de Novos Caminhos. In: NOVAES, Regina, VANNUCHI, Paulo. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

POLSTER, Erving; POLSTER Mirian. **Gestalt-Terapia Integrada**. São Paulo: Summus, 2001.

PRIETO, Fernando et al. Socialización y Desarrollo del Rol Laboral. In: PEIRÓ, J.M^a., PRIETO, F. **Tratado de Psicología del Trabajo: aspectos psicosociales del trabajo**. Madrid: Ed. Síntesis, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Retratos da Fortaleza Jovem**. (2006) <http://www.retratosdaFortalezajovem.org.br/>

REY, Fernando Luis Gonzáles. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. **Gestalt-Terapia: o processo grupal – uma abordagem fenomenológica da teoria do campo e holística**. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

_____. **Gestalt-Terapia de Curta Duração**. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

RUMMERT, S. M. **Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho**. São Paulo: Xamã, 2000.

SAMPAIO, João Bosco. **A Participação do Jovem no Mercado de Trabalho**. IDT, 2006. Disponível na Word Wide Web: <http://www.idt.org.br>.

SANTOS, T. S. dos. **Globalização e Exclusão: a dialética da mundialização do capital**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001. p. 170 - 198.

SARRIERA, J. C. **Aspectos Psicossociales del desempleo juvenil**. Una análisis desde al fracasso escolar para la intervención preventiva. Tese Doctoral. Universidad Autónoma de Madrid, 1993.

_____, J. C. et al. Escolha Profissional e Processo de Inserção Sócio-Laboral: dificuldades e alternativas. **Psico (PUCRS)**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 157-165, 1994.

_____, J. C.; VERDIN, R. **Os Jovens À Procura do Trabalho: uma análise qualitativa**. Psico, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 59-70, 1996.

_____, J. C. Da Orientação Profissional para a Inserção do Jovem no Trabalho. Revista da Associação Brasileira de Orientação Profissional, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 75-80, 1998.

SARRIERA, J. C., CÂMARA, S. G. e BERLIM, C. S. Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para Jovens Desempregados. **Psico. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722000000100019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Nov 2007. doi: 10.1590/S0102-79722000000100019.

_____, J. C. et al. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 6, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2001000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 Ago 2007.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999

SILVA, Maria de Fátima de Sena e. A Psicologia Social e a Psicologia (Social) do Trabalho. In: SILVA, M. de F. de S. e; AQUINO, C. A. B. (Org.) **Psicologia Social: desdobramentos e aplicações**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

SINGER, Paul. Juventude como Coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W; BRANCO, P.P.M. (ORG.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2005.

TOMÁS, Esteban Agulló. **Jóvenes, Trabajo e Identidad**. 1997. 608p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidad de Oviedo, Oviedo (ESP), 1997.

TORREGROSA, BERGERE y ALVARO, J.R., J., J.L. Juventud, trabajo y desempleo: un análisis psicosociológico. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989

VIEIRA, Joice Melo. **Reflexões sobre a Transição para a Vida Adulta: o caso do Estado de São Paulo**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú – MG: 2006.

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária no estudo “Juventude e Trabalho: o processo de inserção laboral” que é uma dissertação de Mestrado em Psicologia da UFC. Temos como objetivo compreender como se dá o processo de entrada dos jovens no mercado de trabalho, entendida como a sua transição para a fase adulta. Para isso pretendemos entrar em contato com alguns jovens que estejam passando por essa etapa.

Portanto, é preciso que você esteja disposto a participar de uma entrevista realizada pela pesquisadora, sendo necessário também a devida autorização do seu responsável no caso de você ser menor de 18 anos. A entrevista é qualitativa e aberta, ou seja, você vai falar livremente sobre o tema escolhido pela pesquisadora, que no caso será sobre o seu processo de inserção laboral, dando o máximo de informações possíveis. Vale destacar que, na entrevista, será utilizado um gravador para maior fidedignidade dos dados.

Os dados colhidos na entrevista são **TOTALMENTE ANÔNIMOS**, ou seja, em nenhum momento será anunciado o seu nome ou qualquer outra informação que identifique que você participou desta pesquisa.

É importante ressaltar que esta pesquisa não terá nenhum ônus aos participantes, isto é, ela será totalmente **GRATUITA**.

Garantimos o acesso, a qualquer tempo, às informações sobre procedimentos e benefícios relacionados à pesquisa e liberdade de retirar o seu consentimento a qualquer momento, deixando de participar do estudo.

A principal investigadora é Raquel Nascimento Coelho que pode ser encontrada através do telefone 32447279 ou 99818546 e no e-mail raquel_coelho@hotmail.com. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC no telefone 3366.8338.

**SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE.
MUITO OBRIGADA!**

Eu e meu responsável legal autorizamos a utilização das minhas respostas nestas entrevistas para fins de pesquisa acadêmica.

ASSINATURA DO JOVEM

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
(No caso de pacientes menores de 18 anos)

ASSINATURA DO PESQUISADOR

ASSINATURA DA TESTEMUNHA

ANEXO 1 – Parecer do Comitê de Ética da UFC

ANEXO 2 – Definição do conceito de vivência (Leny Sato)

De: lenysato@usp.br

Enviada:terça-feira, 29 de maio de 2007 22:59:39

Para: raquel coelho (raquel_coelho@hotmail.com)

Prezada Raquel,

bom receber tua mensagem.

Quanto à utilização da noção "vivência", em meus textos, não, eu não me detive

em sua configuração em termos teóricos, mas ela vincula-se à experiência direta

numa dada situação, algo que não pode ser mediado por outra pessoa ou coisa.

Dessa experiência direta é possível construir conhecimentos

(representações) e

sentidos singulares.

Para mim, a etnografia é uma base forte para compreender a vivência dos trabalhadores.

não sei se isso pode te ajudar.

abraços e boa sorte

Leny